

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

RAKEL BRANDÃO DE SOUZA

O ANALFABETISMO FUNCIONAL E AS DESIGUALDADES  
SOCIAIS NO BRASIL

GOIÂNIA, 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **Rakel Brandão de Souza**

Título do trabalho: **O analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil**

### 2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ x ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Rakel Brandao De Souza, Discente**, em 09/02/2023, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Professora do Magistério Superior**, em 10/02/2023, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3518132** e o código CRC **90CB1815**.

---

RAKEL BRANDÃO DE SOUZA

O ANALFABETISMO FUNCIONAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS  
NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do curso de Pedagogia, da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal de Goiás - UFG,  
para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia,  
sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Daniela da Costa  
Britto Pereira lima e Coorientação de Maria Aparecida  
da Fonseca.

GOIÂNIA, 2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Rakel Brandão de  
O analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil  
[manuscrito] / Rakel Brandão de Souza. - 2023.  
CXLV, 145 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima; co  
orientadora Maria Aparecida Rodrigues da Fonseca.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia,  
2023.

Apêndice.  
Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista  
de tabelas.

1. Desigualdades. 2. Analfabetismo funcional. 3. Alfabetização. 4.  
Educação. I. Lima, Daniela da Costa Britto Pereira, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 3 dias do mês de fevereiro do ano de 2023, iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**O analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil**”, de autoria de **Rakel Brandão de Souza**, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela professora orientadora Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima (FE/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Doutora Fabiane Lopes de Oliveira (FE/UFG) e Doutoranda Maria Aparecida Rodrigues da Fonseca (coorientadora, FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 03/02/2023, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Rodrigues Da Fonseca, Usuário Externo**, em 03/02/2023, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Lopes De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 03/02/2023, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3503162** e o código CRC **03644AB3**.

Dedico este trabalho a Magda Soares por suas contribuições para essa pesquisa. Dedico este trabalho a minha mãe, em memória do meu pai, avô materno e avó paterna e aos sujeitos deste país que, assim como eram eles, se enquadram na condição de analfabetos funcionais.

## AGRADECIMENTOS

Inaceitável não citar parte importante da rede divina e humana que participou e compartilhou da minha experiência durante o meu percurso na graduação, nas vivências marcantes e significativas no processo de formação - entendendo processo como desenvolvimento e movimento contínuo. Este trabalho é fruto da colaboração de pessoas fundamentais em minha vida, é parte dos familiares e amigos queridos que me apoiaram e me auxiliaram.

Agradeço primeira e principalmente a Deus que - além de me fortificar - foi minha força. Agradeço a minha mãe, um dos pilares que me ajudou durante a escrita deste trabalho e que cooperou nos anos de minha graduação. Agradeço a meu pai que sempre esteve presente - mesmo agora, em seu descanso eterno - e que me incentivou a continuar os estudos. A minhas avós e a meus avôs que me ensinaram sobre perseverança - que rima com esperança. Agradeço aos meus irmãos pelo suporte e aos demais familiares que me auxiliaram.

A minhas amigas do Ensino Médio. A minhas amigas da Universidade, agradeço pelo auxílio e pelos divertidos e marcantes momentos que vivemos no prédio da Faculdade e fora dele, considero um privilégio estudar com vocês. Aos docentes que contribuíram grandemente para a transmissão e produção de conhecimento no decorrer do curso, essencialmente à minha orientadora Daniela da Costa e a coorientadora Maria Aparecida, peças chave na escrita deste trabalho. Também não posso deixar de mencionar e agradecer a avaliadora Fabiane Lopes de Oliveira.

À luz da sociologia é possível compreender que todos somos dependentes uns dos outros, logo meu rol de agradecimentos se amplia. Portanto, expresso minha gratidão desde os autores citados nesta pesquisa até aos motoristas de transporte público que me acompanharam ao longo desses anos.

Essas palavras não representam somente agradecimentos, mas declarações de carinho e afeto. Este trabalho simboliza uma vitória, conquista não somente minha, mas do meu pai, da minha mãe, de meus irmãos, avós, namorado, tios e tias, primos e primas, sogros, cunhada e futuros sobrinhos. Não apenas expresso gratidão e amor, mas desejo que Deus retribua em dobro todo apoio e consideração.

“O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica.” (FREIRE, 2002, p. 43).

## RESUMO

O presente trabalho, que objetiva identificar as implicações entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, constituiu-se do questionamento sobre quais as relações estabelecidas entre essas duas temáticas e a materialidade das desigualdades no país. Para atender esta problemática e este objetivo, elaborou-se a presente pesquisa, que é de abordagem qualitativa com o uso de dados quantitativos, do tipo bibliográfica e documental. Por meio da análise de dados obtidos a partir do levantamento bibliográfico realizado em repositórios de acervo virtual, foi possível refletir acerca da relação entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no país. Os resultados indicam que a realidade de extrema desigualdade no seio do Brasil repercute na Educação em todas as suas etapas e modalidades, concebendo o analfabetismo como questão histórica social do país e, que se relaciona com as desigualdades, uma vez que, o analfabetismo funcional é presente e mais profundo entre sujeitos de determinada classe socioeconômica, grupo étnico-racial, região e sexo. Portanto, o analfabetismo funcional não denota apenas os determinantes e problemas intraescolares, ele é repercussão de determinantes sociais, históricos, de raça e gênero nos quais os sujeitos desiguais estão condicionados. Estes determinantes e condicionantes são as principais causas da interrupção do processo de alfabetização, no geral, da escolarização. Ao fim do estudo, verificou-se que, o analfabetismo funcional sempre foi considerado uma temática necessária e importante, alvo de algumas políticas destinadas à sua redução e campo de estudo de outras áreas de conhecimento, que não a educação.

**Palavras-chave:** Desigualdades; Analfabetismo funcional; Alfabetização; Educação.

## ABSTRACT

The present work, which aims to identify the implications between functional illiteracy and social inequalities in Brazil, consisted of questioning the relationships established between these two themes and the materiality of inequalities in the country. To meet this problem and this objective, the present research was elaborated, which is of a qualitative approach with the use of quantitative data, of the bibliographical and documental type. Through the analysis of data obtained from the bibliographic survey carried out in virtual collection repositories, it was possible to reflect on the relationship between functional illiteracy and social inequalities in the country. The results indicate that the reality of extreme inequality within Brazil has repercussions on Education in all its stages and modalities, conceiving illiteracy as a historical social issue in the country and, which is related to inequalities, since functional illiteracy is present and deeper among subjects of a given socioeconomic class, ethnic-racial group, region and gender. Therefore, functional illiteracy does not only denote intra school determinants and problems, it is the repercussion of social, historical, race and gender determinants in which unequal subjects are conditioned. These determinants and constraints are the main causes of the interruption of the literacy process, in general, of schooling. At the end of the study, it was verified that functional illiteracy has always been considered a necessary and important theme, the target of some policies aimed at its reduction and the field of study of other areas of knowledge, other than education.

**Keywords:** Inequalities; Functional illiteracy; Literacy; Education.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras.....	38
Figura 2 - Foco temático dos trabalhos.....	75

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Áreas de conhecimento dos trabalhos em geral.....	37
Gráfico 2 - Levantamento do ano de publicações.....	37
Gráfico 3 - Quantidade de Trabalhos por região.....	38

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instrumento de Coleta de dados.....	20
Quadro 2 - Categorização dos trabalhos de pesquisa encontrados e classificação de relevância com o tema.....	25
Quadro 3 - Foco temático e classificação de relevância dos trabalhos selecionados.....	32
Quadro 4 - Tendências temáticas dos trabalhos.....	73
Quadro 5 - A categoria Alfabetização.....	80
Quadro 6 - A categoria Analfabetismo.....	81
Quadro 7 - A categoria Desigualdades.....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exposição dos descritores, trabalhos encontrados e os selecionados no repositório BDTD.....	23
Tabela 2 - Quantidade especificada de trabalhos encontrados e selecionados no repositório BDTD.....	24
Tabela 3 - Categorização dos trabalhos não selecionados na BDTD por áreas de conhecimento.....	24
Tabela 4 - Quantitativos das palavras-chave repetidas nos trabalhos selecionados.....	26
Tabela 5 - Exposição dos descritores, trabalhos encontrados e os selecionados no portal de periódicos CAPES.....	30
Tabela 6 - Quantidade especificada de trabalhos encontrados e selecionados no repositório CAPES.....	31
Tabela 7 - Categorização dos trabalhos por áreas de conhecimento.....	31
Tabela 8 - Quantidades de palavras-chave encontradas nos trabalhos.....	33
Tabela 9 - Classificação dos trabalhos encontrados e selecionados.....	36
Tabela 10 - Quantitativos das palavras-chave mais repetidas nos trabalhos selecionados.....	39

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ERE - Ensino Remoto Emergencial

INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO</b>	22
2.1 EXPOSIÇÃO DO PERCURSO DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DADOS DO LEVANTAMENTO ORGANIZADOS POR REPOSITÓRIO	22
<b>3. O ANALFABETISMO FUNCIONAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL</b>	40
3.1 O ANALFABETISMO	40
3.2 O ANALFABETISMO FUNCIONAL	42
3.3 AS DESIGUALDADES	48
3.4 O ANALFABETISMO FUNCIONAL E AS DESIGUALDADES NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES	65
<b>4. ANÁLISE DE DADOS</b>	73
4.1 TRABALHOS SELECIONADOS	73
<b>5. CONSIDERAÇÕES</b>	84
<b>REFERÊNCIAS</b>	87
<b>APÊNDICE</b>	94

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa que trata do analfabetismo funcional e das desigualdades sociais no Brasil foi produzida no contexto da Covid-19, especificamente uma fase de retorno às aulas presenciais após a adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE) - uma das medidas necessárias que foram desenvolvidas considerando as prescrições sanitárias de isolamento e distanciamento social para reduzir a propagação do coronavírus, causador da Covid-19. O ERE é uma estratégia que foi aplicada em todos os níveis e modalidades de ensino, com o uso de tecnologias, com a finalidade de suprir as aulas presenciais por meio de atividades síncronas e assíncronas.

A pandemia da Covid-19 no Brasil acentuou as desigualdades educacionais e sociais no país e intensificou desafios e problemas na Educação já existentes como a erradicação do analfabetismo e a evasão escolar. Dados foram apontados nos relatórios “Impactos primários e secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes” da UNICEF (2020), o Fundo das Nações Unidas para a Infância - uma entidade criada pela Organização das Nações Unidas encarregada com a responsabilidade de proteger e defender os direitos das crianças e adolescentes. O relatório produzido pela UNICEF (2020), a partir de uma pesquisa via telefone, evidencia que quanto à Educação

[...] cerca de 4 milhões de residentes com crianças ou adolescentes de 4 a 17 anos que relataram que elas não realizaram atividades escolares à distância servem de alerta para mostrar que há margem para um agravamento da situação de exclusão no acesso à educação de crianças e adolescentes em idade escolar em função das consequências trazidas pela pandemia (UNICEF, 2020, p. 29).

O relatório cita os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC, 2019), módulo de educação no qual aponta que 4% das crianças e adolescentes com idade entre 4 a 17 anos estavam fora da escola em 2019. Para complementar esse dado, cabe destacar a nota do PNADC no qual ressalta que entre crianças e jovens de 6 a 14 anos, no segundo trimestre de 2021, houve um aumento de 171,1% daqueles que estavam fora das escolas, na comparação com o mesmo período de 2019.

No que tange à renda familiar, o documento “Impactos primários e secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes” (2020) aborda que

Seguindo o panorama já observado em outras pesquisas, se confirma um cenário de forte impacto da pandemia de COVID-19 na renda da população, principalmente em decorrência de alterações no rendimento do trabalho. Em acréscimo a isso, a pesquisa aponta um impacto especial na renda familiar daquelas pessoas que residem com crianças ou adolescentes (UNICEF, 2020, p 28).

A UNICEF (2020) prosseguiu com a pesquisa, elaborando outros dois relatórios nos anos de 2021. O último constata que as repercussões da pandemia na renda familiar são constantes e agravaram-se de modo que é um desafio a “reestruturação” da renda familiar, se comparada a antes da pandemia, uma questão que exigirá a constituição de políticas de transferência de renda (UNICEF, 2021b); o que similarmente ocorre no que se refere à Educação, em que as repercussões pandêmicas ocasionaram certo retrocesso e o agravamento das consequências de velhos desafios, como a alfabetização.

O interesse da autora por esta tônica surgiu a partir da compreensão da emergência da problemática, tendo em vista que o analfabetismo funcional sempre foi considerado uma temática necessária e importante, alvo de algumas políticas destinadas à sua redução e campo de estudo de outras áreas de conhecimento.

A partir dos dados apontados percebe-se a maior incidência de analfabetismo funcional entre as classes empobrecidas, vítimas das desigualdades sociais. A pesquisa desenvolvida parte dessa visão e reflexão, considerando que a educação é direito do cidadão e que o analfabetismo funcional indica falha da garantia desse direito. O analfabetismo, enquanto problema público, bem como o desenvolvimento de algumas políticas com a finalidade de extingui-lo, contribuem para com a relevância do tema e a sua amplitude. Segundo Haddad e Siqueira (2015),

As políticas de erradicação do analfabetismo no Brasil vêm avançando nas últimas décadas de maneira lenta e frágil, evidenciando a magnitude da natureza do problema, que envolve não apenas a precariedade do universo escolar, mas o peso das diferenças socioeconômicas e raciais, historicamente presentes no país (HADDAD, SIQUEIRA, 2015).

A partir destes apontamentos e ainda do levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa, evidenciou-se poucos trabalhos tratando as temáticas do analfabetismo e da desigualdade social, enquanto expõe a concentração de pesquisas com o mesmo objeto em outras esferas de conhecimento, predominantemente a área da saúde, seguida pela área educacional, dispendo que o assunto interessa a outros campos além da educação, isto porque o analfabetismo funcional repercute sobre as práticas sociais, prejudicando o exercício da cidadania.

Posto isto, a autora busca desenvolver uma pesquisa que contemple o que André (2006) presume

[...] a importância de que os trabalhos atendam aos critérios de relevância científica

e social, ou seja, estejam inseridos num quadro teórico em que fique evidente sua contribuição ao conhecimento já disponível. Temos valorizado a opção de temas engajados na prática social (ANDRÉ, 2006, p. 10).

E por fim, justifica-se ainda que a pesquisa a ser realizada surgiu de um desejo pessoal em aprofundar o tema do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais, uma vez que o histórico familiar da autora apresenta parentes íntimos que se encontram inseridos em uma realidade de evasão escolar, devido às necessidades de trabalho infantil para sobrevivência no campo.

Em arremate, acredita-se que o trabalho a ser desenvolvido contribui com as demais produções acadêmicas compreendendo a importância e a necessidade de se investigar o tema com base no contexto educacional atual, a problemática da pesquisa visa acrescentar ao campo de conhecimento científico da área da Educação buscando problematizar e fomentar a reflexão sobre os objetos de conhecimento, de modo que permita pensar os rumos da educação da brasileira.

Destarte, a pesquisa a seguir objetiva identificar as implicações entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, considerando as relações entre as duas temáticas de estudo. Portanto, a problemática deste trabalho se propõe a pensar quais as relações estabelecidas entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil. Neste sentido, o presente estudo busca contemplar o objetivo geral e a problemática deste trabalho, a partir da pormenorização nos objetivos específicos, elementos base para a estrutura desta pesquisa. Contudo, a organização dos dados foi realizada em prol de três objetivos específicos, sendo o primeiro mapear os estudos que tratam das repercussões do analfabetismo funcional e sua relação com as desigualdades sociais. O segundo se propõe em compor conceitos e características que tratem do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, além de analisar o que os trabalhos selecionados tratam acerca da desigualdade social e do analfabetismo funcional e suas relações.

Para atender esse problema e esses objetivos a presente pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e documental.

A metodologia é definida por Lima e Miotto (2007, p. 39) “como uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como lente para o encaminhamento da pesquisa”, isto é, a metodologia compreende um elemento importante para a realização de um trabalho científico, tendo em vista que é necessária para apontar o desenvolvimento da pesquisa qualificando-a de modo que corresponda ao rigor exigido pela ciência. Consoante Deslandes (2002),

A metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada no campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para a análise de dados (DESLANDES, 2002, p. 43).

Ao fundamentar-se nos subsídios de André (2006, p. 5), que tece acerca dos elementos da produção de uma pesquisa, o autor aborda questões importantes que devem ser consideradas no momento da realização da investigação, como as características de um trabalho científico, os critérios de avaliação das obras e as indagações voltadas aos preceitos das metodologias e estratégias de pesquisa (ANDRÉ, 2006, p.6)

[...] a diversidade de temáticas, enfoques, métodos e contextos trouxe, naturalmente, problemas de diferentes ordens para a pesquisa em educação [...] que englobam um conjunto heterogêneo de métodos, de técnicas e de análises, que vão desde os estudos antropológicos e etnográficos, as pesquisas participantes, os estudos de caso até a pesquisa-ação e as análises de discurso, de narrativas, de histórias de vida. (ANDRÉ, 2006, p. 6).

Consoante Mendonça (2017, p. 89), independente dos tipos de conhecimento, todos objetivam explicar a realidade partindo dos seus preceitos. A autora conceitua que uma pesquisa na área de Educação é predominantemente qualitativa, indício de uma tradição que surgiu no século XIX, e que predomina atualmente. As mudanças no campo educacional potencializaram os estudos qualitativos (ANDRÉ, 2007; MENDONÇA, 2017).

Nas pesquisas em ciências humanas, mais especificamente em educação, a abordagem mais utilizada é a qualitativa; que pretende interpretar em vez de mensurar, pensa mais em termos de compreensão da realidade e dos sujeitos. Essas especificidades traduzem formas diferentes de conceber e de produzir conhecimentos (MENDONÇA, 2017, p. 90).

Ao se considerar a fala de Minayo (1994) para traçar as fundamentações específicas da pesquisa qualitativa, a autora disserta que tal abordagem é qualitativa em sua essência, pois as teorizações e estudos com base na realidade social não abarcam toda sua amplitude e riqueza (MINAYO, 1994, p. 15). Ademais apreende que os usos de dados quantitativos não são necessariamente excluídos da abordagem qualitativa, ambos se complementam (MINAYO, 1994, p. 22). Diante disso, esta pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa com o uso de dados numéricos, especificamente do tipo bibliográfica e documental.

Concebendo as contribuições dos autores citados acerca da abordagem qualitativa, o trabalho elaborado baseia-se nessa concepção de abordagem por entender que a área da

Educação exige a busca da aproximação com a realidade social, elemento importante para se compreender e refletir sobre o objeto de estudo que, se tratando desta pesquisa em específico, possui como propriedade um caráter social.

Posto isso, entende-se uma abordagem que pressuponha a reflexão e análise, buscando transcender a mera pesquisa por resultado e utilizar os dados coletados como ferramenta para estudo. O trabalho a ser elaborado é de abordagem qualitativa, uma vez que o estudo se fundamenta em produções teoricamente construídas, isto é, dados de texto e imagem (CRESWELL, 2010, p. 206) a partir de um modelo de investigação, com base nas estratégias descritas por Creswell (2010, p. 210), na coleta, na análise e na redação dos dados.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, John W. Creswell tece que

A ideia que está por trás da pesquisa qualitativa é a seleção intencional dos participantes ou dos locais (ou dos documentos ou do material visual) que melhor ajudarão o pesquisador a entender o problema e a questão da pesquisa (CRESWELL, 2010, p. 212).

O trabalho desenvolvido consiste principalmente na apuração de documentos qualitativos, documentos públicos ou privados, um tipo básico dos processos de coleta abordados por Creswell (2010, p. 214). Entende-se também que os documentos selecionados contribuem para pensar e compreender a problemática desta pesquisa, considerando as contribuições de Cellard (2010)

A pesquisa documental exige, desde o início, um esforço firme e incentivo, quanto ao reconhecimento dos depósitos de arquivos ou das fontes potenciais de informação, e isto não apenas em função do objeto de pesquisa, mas também em função do questionamento (CELLARD, 2010, p. 298).

Em razão da propriedade e da problemática social presente e abordada neste trabalho, entende-se a necessidade e a importância de um tipo de pesquisa que baseia-se em uma perspectiva de estudo e análise de documentos, contemplando o documento como produção histórica, definição que parte das contribuições de Cellard (2010); o autor tece que a história, entre todas as ciências sociais, é uma das principais ferramentas no qual o documento se constitui, atribuindo maior importância a essa definição (CELLARD 2010,p. 296). Ademais o autor afirma que o documento “permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2010, p. 295).

Fundamentando-se em Cellard (2010, p. 295), apreende-se que o tipo de pesquisa documental apresenta vantagens significativas no plano metodológico, conceito que coincide e complementa-se aos estudos de Duffy (2008), no qual evidencia que “a maior parte dos

projetos exige a análise de evidências documentais” (DUFFY, 2008, p. 107).

Segundo Cellard (2010)

Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas (CELLARD, 2010, p, 295).

Posto isso, concebe-se que o trabalho elaborado pressupõe a imprescindibilidade dos documentos como produções que contribuem e acrescentam ao estudo da problemática, tendo em vista que a análise dos documentos é uma técnica importante em pesquisas qualitativas e cuja finalidade consiste em aferir as funções e objetivos das obras em confronto com o objeto estudado (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

No plano metodológico deste estudo, a pesquisa do tipo bibliográfica se insere como igualmente importante à documental, uma vez que - conforme Lima e Mioto (2007) afirmam

[...] a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

Destarte, compreende-se as contribuições da pesquisa bibliográfica neste estudo, tendo em vista que possibilita a investigação de produções existentes acerca da temática. Portanto, o presente trabalho é do tipo bibliográfico como concebe Mendonça (2017) que, com base nas contribuições de Vianna (2013), cita que esse procedimento técnico

[...] coloca o pesquisador em contato com as publicações existentes acerca de determinado assunto (livros, revistas, periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet) e deve dar destaque à veracidade das fontes e dados, observando possíveis incoerências (MENDONÇA, 2017, p. 92).

Contudo, de certa forma, ambos tipos de pesquisa se complementam e se convergem no plano metodológico deste estudo, considerando suas contribuições significativas e entendendo que “A busca de documentos precisa ser realizada exatamente da mesma maneira que a pesquisa bibliográfica, com a finalidade de avaliar se a sua proposta de projeto é factível e para informá-lo sobre o que antecede e a natureza do tema” (DUFFY, 2008, p. 108). Ademais, concebe-se como fundamental exercer a prudência e apreciar adequadamente no exercício da criticidade, a documentação que se propõe analisar, a credibilidade e a

representatividade dos textos (CELLARD, 2010, p. 299).

No que tange a metodologia deste trabalho compreende-se como critério indubitável para a pesquisa “A utilização de instrumentos e procedimentos cuidadosamente planejados e implementados” (ANDRÉ, 2006, p. 10), portanto busca-se construir um instrumento com prudência, uma vez que os instrumentos trazem os dados para análise por meio das técnicas de coleta de dados, etapas da operacionalização do procedimento de pesquisa (MENDONÇA, 2017, p. 93). Consoante Borges e Silva (2011),

Outro ponto importante do projeto são os instrumentos, que são os meios através dos quais se aplicam as técnicas, que estão associadas ao tipo do método. As técnicas específicas têm a finalidade de recolher e registrar, de maneira ordenada, os dados sobre o assunto em estudo” (BORGES, SILVA, 2011, p. 10)

Isto posto, a pesquisa realizada possui como mecanismo de coleta de dados os trabalhos selecionados nos repositórios de acervo virtual, indicados no levantamento bibliográfico, especificamente dissertações, teses e artigos. A partir deste procedimento propõe-se a organização e estruturação de um instrumento que permita apurar os temas, conceitos e contribuições para a compreensão do objeto de estudo, sendo que o desenvolvimento do instrumento inclui a execução de critérios que implicam na relação com o objeto de estudo e com a definição teórica realizada no projeto de pesquisa (LIMA, MIOTO, 2007, p. 41).

A exemplo do tipo bibliográfico definido no plano metodológico, cabe citar Lima e Mioto (2007)

Como a pesquisa bibliográfica tem sido um procedimento bastante utilizado nos trabalhos de caráter exploratório-descritivo, reafirma-se a importância de definir e de expor com clareza o método e os procedimentos metodológicos (tipo de pesquisa, universo delimitado, instrumento de coleta de dados) que envolverão a sua execução, detalhando as fontes, de modo a apresentar as lentes que guiaram todo o processo de investigação e de análise da proposta. (LIMA, MIOTO, 2007, p. 39)

Contudo, entende-se como necessário a construção de um instrumento analítico de coleta de dados. O quadro a seguir apresenta em sua composição a análise das pesquisas que tratam acerca da temática deste estudo no que se refere ao campo educacional, foco deste trabalho.

#### QUADRO 1 – Instrumento de Coleta de dados

Referência da obra:
---------------------

<b>Tipo</b>	( ) Tese ( ) Dissertação ( ) Artigo
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo ( ) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital Humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	
<b>Viés dado pela área/trabalho</b>	
<b>Apreciação geral da obra</b>	
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos utilizados: Principais autores:
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Este estudo é estruturado a partir de 5 seções, considerando que a primeira seção se trata desta introdução à pesquisa. A segunda seção dedica-se em descrever o levantamento bibliográfico, uma vez que os estudos acadêmicos anteriormente produzidos são fontes extremamente importantes para o pesquisador, bem como para a própria pesquisa (CELLARD, 2010, p. 295). Neste item, serão apontados os dados do levantamento realizado, a partir dos critérios estabelecidos.

A terceira seção intitula-se “O analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil”, apresentando o referencial teórico deste trabalho que busca tecer acerca dos objetos de estudo desta pesquisa. Essa seção subdivide-se em outros itens que comportam o objetivo de constituir conceitos e características que tratem do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, além de desenhar um breve histórico do analfabetismo funcional no país.

A quarta seção trata da análise dos dados obtidos no mapeamento dos estudos desenvolvido, exposto na segunda seção, por meio de um instrumento de coleta de dados elaborado no plano metodológico desta pesquisa. Este item visa analisar o que os trabalhos selecionados abordam e conceituam acerca da desigualdade social e do analfabetismo funcional, bem como as relações entre ambos, projetando uma revisão da literatura produzida sobre a temática.

Dada às discussões realizadas neste trabalho, a quinta seção propõe-se a apresentar considerações sobre as relações presentes entre os objetos de estudo, retomando elementos essenciais no que se refere à erradicação do analfabetismo funcional.

## 2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico é um processo primordial na construção da pesquisa científica, pois trata-se de uma prática que possibilita o aprimoramento, ampliação e atualização de conhecimento sobre a temática do estudo. Para Vosgerau e Romanowski (2014, p. 169), o levantamento bibliográfico é a primeira etapa de um mapeamento das pesquisas.

Ao considerar o que as autoras Lima e Mioto (2007, p. 39) abordam no artigo “Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica”, cabe citar a definição de ambas quanto a constituição do processo de pesquisa, dita como “uma atividade científica básica que, através da indagação e (re)construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade”. Posto isso o levantamento bibliográfico pretende

[...] definir e de expor com clareza o método e os procedimentos metodológicos (tipo de pesquisa, universo delimitado, instrumento de coleta de dados) que envolverão a sua execução, detalhando as fontes, de modo a apresentar as lentes que guiaram todo o processo de investigação e de análise da proposta (LIMA, MIOTO, 2007, p. 3).

Contudo, o item a seguir objetiva apresentar o percurso realizado na busca de informações sobre a produção acadêmica-científica no Brasil que se volta a investigar as relações entre analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no país. Para tal, fez-se necessário utilizar repositórios que permitissem a análise e investigação dos trabalhos divulgados, além de levantar a quantidade de pesquisas focadas no tema, priorizando estudos voltados para a área da Educação.

### 2.1. EXPOSIÇÃO DO PERCURSO DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DADOS DO LEVANTAMENTO ORGANIZADOS POR REPOSITÓRIO

Compreendendo a finalidade e a importância do mapeamento no processo da pesquisa científica e entendendo a necessidade do uso de fontes confiáveis e científicas, foram utilizados dois repositórios de acervo virtual no levantamento. A pesquisa foi realizada nos sites “BDTD” (Biblioteca Digital Nacional de Teses e Dissertações) e no portal de periódicos “CAPES” (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior), ambos repositórios de produções científicas.

### a. BDTD

A primeira pesquisa realizada no site ocorreu no dia 17 de junho de 2022. No repositório BDTD inicialmente foram utilizados os termos “Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”, levando em conta o foco temático da pesquisa e não aplicando filtros. Após as primeiras buscas foi necessária uma mudança no descritor devido a inexistência de trabalhos. Novamente foi realizada a busca com as palavras-chave “Analfabetismo” e “Desigualdades sociais”, encontrando 29 resultados, sendo que dentre esses houve a seleção de 1 trabalho pressupondo sua relevância com o tema. Tendo em vista a necessidade de uma busca mais ampla, por fim foi utilizado “Analfabetismo” e “Desigualdades” obtendo 113 resultados. Em virtude da repetição de trabalhos no mesmo descritor, o número de teses e dissertações é reduzido para 108, desse total foram selecionadas 11 obras conforme indica a tabela abaixo.

**TABELA 1** – Exposição dos descritores, trabalhos encontrados e os selecionados no repositório BDTD

Descritores	Filtros utilizados	Teses/ Dissertações encontradas	Teses/ Dissertações selecionadas
"Analfabetismo funcional" e "desigualdades sociais"	Nenhum	0	0
Analfabetismo funcional e desigualdades sociais	Nenhum	6	0
"Analfabetismo funcional" e "desigualdades"	Nenhum	1	0
"Analfabetismo" e "desigualdades sociais"	Nenhum	29	1
“Analfabetismo” e “desigualdades”	Nenhum	108	11

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Portanto, dentre o total de trabalhos encontrados que correspondem a 137 teses e dissertações, foram selecionadas 12 obras no total. A soma de teses e dissertações obtidas também desconsidera os trabalhos repetidos em descritores diferentes. É um baixo percentual considerando a totalidade, entretanto a partir da análise das obras apuradas se nota a abrangência de estudos focados em outras áreas, uma questão válida que aponta a necessidade de fomentar pesquisas com essa temática na área da Educação.

A tabela abaixo busca categorizar especificamente os tipos de produções acadêmicas dentre os trabalhos encontrados e selecionados, indicando a maior quantidade de

dissertações.

**TABELA 2** – Quantidade especificada de trabalhos encontrados e selecionados no repositório BDTD

<b>Especificação do trabalho</b>	<b>Quantidade encontrado</b>	<b>Quantidade selecionado</b>
Artigos	0	0
Teses	46	2
Dissertações	91	10
Total	137	12

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Considerando as teses e dissertações selecionadas subtraídas pelo número total de trabalhos, obtém-se como resultado 125 obras excluídas da seleção, presumindo a proximidade e relevância com a temática da pesquisa. A tabela a seguir apresenta os dados numéricos quanto às produções acadêmicas não selecionadas e seus respectivos campos de conhecimento.

**TABELA 3** – Categorização dos trabalhos não selecionados na BDTD por áreas de conhecimento

<b>Número de trabalhos não selecionados</b>	<b>Áreas de conhecimento</b>
48	Saúde
30	Educação
17	Economia
5	História
4	Sociologia
3	Filosofia, Psicologia
2	Geografia, Administração e Agronomia
1	Ciência Política, Ciências Ambientais, Nutrição, Engenharia, Direito, Comunicação, Teologia, Serviço Social, Letras.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Após selecionar algumas produções acadêmicas foi necessário analisá-las de maneira a identificar como elas abordam os objetos de conhecimento “Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”, tema desta pesquisa. O quadro 1 a seguir propõe descrever os focos temáticos dos trabalhos apurados no repositório virtual BDTD para, em seguida, classificá-los conforme sua relevância com o tema da pesquisa.

Entende-se como um trabalho de “baixa relevância” aquele que não se aproxima

diretamente do tema, mas que ainda assim foi considerado por abordar os mesmos objetos de conhecimento, apesar de um foco temático diferente. A classificação de “média relevância” compreende o trabalho que, de certa forma, se relaciona intermediariamente com o tema, porém trata o assunto com base em outro viés, o que não se descarta, pois discute os conceitos e a relação entre os objetos de conhecimento. Uma produção de “alta relevância” se caracteriza como um trabalho que tem grande relação e semelhança com o que se busca abordar na pesquisa, um estudo que discute e articula os objetos de conhecimento, ainda que a problemática seja diferente.

**QUADRO 2** – Categorização dos trabalhos de pesquisa encontrados e classificação de relevância com o tema

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Título</b>	<b>Descriptor utilizado</b>	<b>Foco temático</b>	<b>Relevância</b>
Dissertação	Disposições culturais e analfabetismo no Brasil: histórias de exclusão educacional.	“Analfabetismo” e “Desigualdades sociais”	Fracasso Escolar	( ) Baixa relevância (X) Média relevância ( ) Alta relevância
Dissertação	Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos.	“Analfabetismo” e “Desigualdades”	Analfabetismo	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Dissertação	Alfabetização de adultos na perspectiva de educandos: experiências pessoais e sociais.	“Analfabetismo” e “Desigualdades”	Analfabetismo	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Dissertação	“Analfabetismo: histórico geral e estado do fenômeno da segunda década do século XXI. Um estudo de caso da cidade de Jundiá (SP)”	“Analfabetismo” e “Desigualdades”	Analfabetismo	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Tese	“Os sistemas de ensino baiano e mineiro: Uma análise das desigualdades regionais utilizando indicadores escolares 2007 - 2009”	“Analfabetismo” e “Desigualdades”	Desigualdades	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Dissertação	“Análise da implementação do Projeto Cidadão Nota Dez em Minas Gerais: subsídios para ação”	“Analfabetismo” e “Desigualdades”	Alfabetização	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Dissertação	“A democratização do acesso ao ensino superior: Um estudo sobre o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e sobre o sistema de reservas de cotas de vagas étnico-raciais”	“Analfabetismo” e “Desigualdades”	Democratização do acesso	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Dissertação	“Os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização por mulheres oriundas de Palmeiras das Missões - RS: O programa Brasil Alfabetizado, em Panambi - RS”	“Analfabetismo” e “Desigualdades”	Alfabetização	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância

Dissertação	"Índices educacionais como preditores da proficiência em ciências: Um estudo multinível"	"Analfabetismo" e "Desigualdades"	Desigualdades	( ) Baixa relevância (X) Média relevância ( ) Alta relevância
Tese	"Educação e crescimento econômico no Brasil"	"Analfabetismo" e "Desigualdades"	Capital Humano	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Tese	"Qualidade da Educação: Relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da Região Sul do Brasil"	"Analfabetismo" e "Desigualdades"	Avaliação externa	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Dissertação	"Cidadania, emancipação e imaginário social: Um estudo sobre as políticas sociais para alfabetização".	"Analfabetismo" e "Desigualdades"	Alfabetização	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A tabela a seguir informa as palavras-chave presentes nos trabalhos selecionados na plataforma BDTD e indica quantas vezes tais se repetem.

**TABELA 4 – Quantitativos das palavras-chave repetidas nos trabalhos selecionados**

Palavras-chave	Quantidade
Educação	4
Desigualdade	3
Educação de Jovens e Adultos; Desigualdades Educacionais; Analfabetismo; Alfabetização; Cidadania; Políticas Públicas; IDEB.	2
Exclusão, Disposições culturais, Capital Cultural; INEP; Bahia; Minas Gerais; Democratização; Ensino Superior; Políticas de cotas; PROUNI; Desenvolvimento; Mulheres; Avaliação educacional; CHAID; Desempenho em Ciências; Ensino Fundamental; Educação científica; Política Social; Emancipação; Imaginário social; Indicadores sociais; Municípios de pequeno porte; Memória; Identidade; Relato autobiográfico; Análise de conteúdo; Instrumento de gestão e monitoramento; Relações intergovernamentais; Desempenho econômico; Crescimento.	1

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Considerando as teses e dissertações selecionadas torna-se importante citar informações importantes contidas nos trabalhos, de modo que seja possível sintetizar as ideias elaboradas pelos autores e autoras quanto aos objetos de conhecimento "Analfabetismo funcional" e "Desigualdades sociais".

O estudo de Pupo (2011), intitulado "Disposições culturais e analfabetismo funcional no Brasil: histórias de exclusão educacional", é um estudo de caso cujo é elaborado a partir de

pesquisas com educandos de uma escola voltada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), a dissertação busca analisar os condicionantes que determinaram o fracasso escolar e, conseqüentemente, um fracasso social. Tendo em vista que a EJA surge devido à desigualdades educacionais excludentes, a pesquisa evidencia que além das desigualdades educacionais que correspondem ao ambiente escolar, há as desigualdades sociais. A autora considera a EJA como uma forma de resistência à exclusão escolar, vendo a escola como um espaço de superação das desigualdades sociais.

A pesquisa “Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos” escrita por Carvalho (2013) também aponta o analfabetismo e a educação de jovens e adultos como indicadores que demonstram as desigualdades sociais no país, reforçando a exclusão social. O autor discute sobre a importância do docente conhecer o educando como medida para um melhor aprendizado, expondo a autobiografia dos discentes como subsídios para os professores, além de indicar o pouco investimento nessa área.

A obra “Alfabetização de adultos na perspectiva de educandos: experiências pessoais e sociais” (2006) é um estudo de Garcia, cuja finalidade foi investigar quais experiências pessoais e sociais dos alfabetizados adultos se relacionam com o começo da aprendizagem da leitura escrita. A pesquisa apresenta as mudanças pessoais e sociais ocorridas conforme a alfabetização dos educandos, demonstrando experiências positivas com a apropriação da leitura e escrita, afirmando sobre a necessidade de práticas de alfabetização que trabalhem a leitura do mundo e a leitura da palavra, unindo-as.

A dissertação “Analfabetismo: histórico geral e estado do fenômeno na segunda década do século XXI. Um estudo de caso da cidade de Jundiá (SP)” é uma obra de Oliveira (2021) que afirma o tema como uma questão vigente atualmente, discorrendo a partir de uma perspectiva histórica, mas voltada para a população do município. O estudo constata que o analfabetismo não atinge somente os idosos, mas afeta igualmente jovens, além de verificar que certo grupo populacional passou pela escolarização e mesmo assim não foi alfabetizado.

Já o trabalho “Os sistemas de ensino baiano e mineiro: Uma análise das desigualdades regionais utilizando indicadores escolares 2007 – 2009” é uma tese de Costa, publicada no ano de 2011, no qual objetiva evidenciar as desigualdades educacionais entre Bahia e Minas Gerais, partindo da análise de índices de avaliações nacionais. O estudo verifica que a redução da taxa de fecundidade em ambos Estados vem favorecendo a redução no número de matrículas em todas etapas da educação básica; constata a redução das taxas de analfabetismo e distorção idade-série e o aumento da escolaridade média da população.

A pesquisa “Análise da implementação do projeto Cidadão Nota Dez em Minas

Gerais: subsídios para ação”, de Cirqueira (2008), investiga o programa que consiste em um modelo de alfabetização destinado a jovens e adultos. O estudo de caso parte da análise de depoimentos sobre o projeto constatando certos déficits e evidenciando a existência de diversos desafios na alfabetização de jovens e adultos.

O trabalho “A democratização do acesso ao Ensino Superior um estudo sobre o sistema de reserva de vagas étnico-raciais e sobre o Programa Universidade para Todos” publicado em 2007 por Silva. A pesquisa possui como finalidade analisar dois programas destinados à ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Sistema de Cotas, para investigar em que medida o desenho e as estratégias destes permitirão a democratização do ingresso e a redução das desigualdades regionais. A autora investiga diversas Universidades nos Estados brasileiros, demonstrando que o desenvolvimento é um processo dinâmico de melhoria, que implica mudança, evolução, crescimento e avanço da sociedade, apesar deste progresso se dar com base nas desigualdades sociais e regionais.

A pesquisa de Vieira (2016) de nome “Os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização por mulheres oriundas de Palmeira das Missões - RS: O Programa Brasil Alfabetizado, em Panambi - RS”, tem por objetivo compreender os significados conferidos ao projeto de alfabetização com foco em mulheres da zona rural, tecendo a história de vida dessa minoria da população do município, evidenciando os benefícios sociais e pessoais da alfabetização, tendo em vista que a educação é um direito e validando a cidadania como determinante para realização e constituição do ser humano.

O estudo “Índices educacionais como preditores da proficiência em ciências: um estudo multinível”, de Gusmão (2011), apresenta como finalidade estabelecer relações entre as características dos alunos e das escolas aos resultados do desempenho de Ciências dos alunos da 8ª série do ensino fundamental e mostrar como as desigualdades sociais são reproduzidas no sistema educacional com base em Bourdieu e Passeron, a partir do método CHAID. A pesquisa, no geral, evidencia que as variáveis independentes da rede de ensino, capital econômico e cultural, repetência e fazer dever de casa se relacionam estatisticamente com a proficiência média em Ciências, relacionando os resultados aos níveis escolares e ao nível dos estados.

Já a tese de Castilho (2003), intitulada “Educação e crescimento econômico no Brasil”, possui o intuito de analisar o processo de crescimento econômico brasileiro nas duas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito à contribuição da acumulação de capital humano para este processo. Abordando sobre as melhorias nos indicadores educacionais do

país, mas apontando que a falta de equidade nos diversos níveis educacionais promove grandes desigualdades na sociedade brasileira, focando no trabalhador brasileiro. A tese declara que

Mais educação não implicou em maior crescimento do país, o que pode significar que o Brasil está acumulando capital humano, porém não fazendo uso adequado deste fator. Ou simplesmente a qualidade da educação oferecida não é suficiente para gerar acúmulo de capital humano; o país pode estar apenas obtendo quantidade e não qualidade educacional (CASTILHO, 2003, p. 12).

A pesquisa “Cidadania, emancipação e imaginário social: um estudo sobre as políticas sociais para a alfabetização de jovens e adultos”, de Petrô (2003), visa analisar as políticas sociais para a alfabetização do grupo citado, sob a perspectiva conceitual formada por cidadania, emancipação e imaginário social. O estudo identificou novos desenhos que o Programa Brasil Alfabetizado assume nas suas diferentes etapas, conforme a instituição. Indica que a participação nas políticas sociais se relaciona ao desejo por reconhecimento social e para a reconstrução da identidade. No que se refere à emancipação, foram encontrados desafios, pois mesmo com alterações nas condições de cidadania, não há garantia de fato a emancipação como recriação da realidade.

O subitem a seguir foca no levantamento realizado na plataforma de acervo virtual CAPES.

## **b) CAPES**

No portal de periódicos CAPES a primeira busca deu-se com os descritores “Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”, no qual se apresentaram 29 resultados, sendo que há 2 artigos duplicados, neste caso, logo realmente são 27 textos no total.

Inicialmente foram atribuídos os filtros “Revisado por pares” e o marco temporal “2014-2021”, reduzindo a 17 artigos, destes 17 artigos, primeiramente 3 foram selecionados com a intenção de atender o marco temporal indicado previamente, após a remoção dos filtros mais 2 artigos foram selecionados. O número reduzido de trabalhos constata a carência de pesquisas voltadas para o tema nos últimos 8 anos.

Em seguida foram utilizadas as palavras “Analfabetismo funcional” e “Desigualdades” surgindo 105 buscas, não foram utilizados filtros e ao final 3 artigos foram selecionados com base nesse descritor. Não houve delimitação de período pois, conforme as buscas anteriores, foi necessária a expansão do marco temporal para que mais trabalhos fossem encontrados.

Com os termos “Analfabetismo” e “Desigualdades sociais”, foram encontrados premeditadamente 568 resultados, porém ao desconsiderar os artigos repetidos no próprio descritor, ao final obtém-se 471 artigos.

Por fim, com as últimas palavras-chave “Analfabetismo” e “Desigualdades” surgiram 2.822 resultados, ao demarcar somente o filtro “Revisados por Pares”, o número foi reduzido a 1.747 e somente com o marco temporal, o número decaiu para 1.570. Com ambos os filtros, surgiram 936 resultados, destes 936 resultados, optou-se por trabalhos escritos na língua portuguesa, obtendo o total de 403 resultados, pois a maioria dos artigos estavam disponíveis nos idiomas espanhol e inglês.

Não foram demarcados filtros de assunto pois limitaram bastante a quantidade de trabalhos. Assim decidiu-se analisar detalhadamente os 403 resultados, em que cerca de 68 artigos tratam dos mesmos textos do descritor anterior, além de que 6 artigos se repetiram no próprio descritor. Cabe ressaltar que apesar do filtro de idioma no último descritor, apareciam artigos produzidos em línguas estrangeiras, dentre esses um trabalho do México escrito no idioma espanhol foi selecionado, tendo em vista a sua proximidade com o tema.

**TABELA 5** – Exposição dos descritores, trabalhos encontrados e os selecionados no portal de periódicos CAPES

<b>Descritores</b>	<b>Trabalhos encontrados</b>	<b>Filtros utilizados</b>	<b>Trabalhos selecionados</b>
"Analfabetismo funcional" AND "desigualdades sociais"	17	“Revisado por pares”, “Marco temporal 2014-2021”	3
"Analfabetismo funcional" AND "desigualdades sociais"	27	Nenhum	2
“Analfabetismo funcional” AND “desigualdades”	105	Nenhum	3
"Analfabetismo" AND "desigualdades sociais"	471	Nenhum	2
“Analfabetismo” AND “desigualdades”	329	“Revisado por pares”, “Marco temporal” (2014-2021) e “Idioma: Português”	0

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No total de 932 textos obtidos no seguinte repositório - considerando que para a soma correta é necessário desconsiderar os artigos que se repetem em ambos descritores, entende-se que somente 10 foram selecionados, devido a diversidade de áreas de conhecimento fora da

pesquisa em Educação, além da variedade de focos temáticos que estão completamente distantes do tema da pesquisa.

**TABELA 6** – Quantidade especificada de trabalhos encontrados e selecionados no repositório CAPES

<b>Especificação do trabalho</b>	<b>Quantidade encontrado</b>	<b>Quantidade selecionado</b>
Artigos	923	10
Resenhas	7	0
Atas de Congresso	2	0
Total	932	10

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A tabela a seguir aponta, de modo geral, quais as áreas de conhecimento mais presentes no momento da seleção dos trabalhos, constatando uma curta diferença no número de artigos entre a área da Educação e a área da Saúde.

As produções classificadas, de acordo com as áreas de conhecimento, que possuem as mesmas quantidades estão inseridas em duas células da tabela, mas na mesma linha, referindo-se ao número de trabalhos com a finalidade de facilitar a compreensão, além de organizar os dados.

**TABELA 7** – Categorização dos trabalhos por áreas de conhecimento

<b>Área de conhecimento</b>	<b>Número de trabalhos</b>	
Educação	181	
Saúde	176	
Sociologia	138	
Administração	87	
Economia	57	
Ciências Políticas	55	
Tecnologia	38	
História	Direito	32
Ciências da comunicação	19	
Geografia	16	
Relações internacionais	15	
Antropologia	14	

Letras		13
Linguística		12
Artes	Serviços sociais	9
Filosofia	Agronomia	6
Biblioteconomia	Teologia	2
Matemática	Arquitetura e Urbanismo	1
Publicidade e propaganda	Inclusão	
Ciências da computação	Educação Física	
Psicolinguística	Bioética	
Biografia	Contabilidade	
Ciências Biológicas	Mídia	
Logística		

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Quanto aos trabalhos selecionados, o quadro abaixo propõe apresentar os focos temáticos dos artigos e os descritores utilizados na busca, classificando a relevância do tema, de acordo com os critérios descritos.

Concebe-se a classificação de “baixa relevância” para o artigo que não se relaciona diretamente com a temática, mas que foi selecionado por citar os objetos de conhecimento no conteúdo. A categorização de um trabalho como de “média relevância”, deve-se a uma mediana associação com o tema desta pesquisa, abordando os conceitos e a relação entre ambos, fundamentado em outro viés. Uma produção de “alta relevância” compreende um artigo caracterizado por aproximar-se do foco deste trabalho a partir de uma abordagem que trata a relação e a articulação dos objetos do conhecimento de forma superior aos demais no sentido de sua semelhança com a problemática desta pesquisa, ainda que haja distinção entre as questões presentes nos textos.

**QUADRO 3** – Foco temático e classificação de relevância dos trabalhos selecionados

<b>Título</b>	<b>Descritor utilizado</b>	<b>Foco temático</b>	<b>Relevância</b>
Desigualdades Raciais na Incidência do Analfabetismo no Seio da População Brasileira: Uma Leitura Empírica Baseada nos Indicadores	“Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”	Analfabetismo	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
LETRAMENTO: PROCESSOS	“Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”	Desigualdades	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância

EDUCACIONAIS NO CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO			( ) Alta relevância
Desafios da EJA no processo de escolarização: caso do município de Três Lagoas-MS	“Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”	Analfabetismo	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste	“Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”	Analfabetismo	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Cenários educacionais na contemporaneidade reflexões a respeito das diferenças e performances	“Analfabetismo” e “Desigualdades”	Desigualdades	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
El nivel de alfabetismo como determinante en la probabilidad de caer en extrema pobreza: Un análisis econométrico para países en general	“Analfabetismo funcional” e “Desigualdades”	Alfabetização	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Alfabetização e analfabetismo no Brasil: algumas reflexões	“Analfabetismo funcional” e “Desigualdades”	Analfabetismo	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Estratégias de combate às desigualdades sociais na rede municipal de São José	“Analfabetismo” e “Desigualdades sociais”	Desigualdades	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Educação, trabalho e desenvolvimento: Uma complexa relação!	“Analfabetismo” e “Desigualdades sociais”	Educação e Trabalho	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância
Evolução e desigualdade na educação brasileira	“Analfabetismo” e “Desigualdades sociais”	Desigualdades	(X) Baixa relevância ( ) Média relevância ( ) Alta relevância

Fonte: elaborado pela autora (2022).

A tabela a seguir é composta pelas palavras-chave presentes nos artigos, especificando a quantidade de vezes que se apresentam.

**TABELA 8** – Quantidades de palavras-chave encontradas nos trabalhos

Palavras	Quantidade
Educação	4
Alfabetização; Analfabetismo	3
Desigualdades; Escolarização; Pobreza; Educação de Jovens e Adultos	2

Desenvolvimento da Educação; Desigualdade social; Contexto de aprendizagem; Ambiente educacional; Questão racial; Velhice; Psicologia educacional; Letramento; Letramento periódicos; Três Lagoas - MS; Políticas públicas, Política educacional; Avaliações nacionais; Sistema Seliar de alfabetização; Projetos educacionais; Análise de fatores; Nordeste; Desigualdade Cultural; Qualidade de renda; Indicadores econômicos; Modelos econométricos; Brasil; Capital Cultural; Desigualdades educacionais; Família; Trabalho; Desenvolvimento; Escola; Habitus.	1
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A partir da análise dos trabalhos selecionados verifica-se que as produções científicas articulam os objetos de conhecimento, de modo que as sínteses abaixo buscam abordar o que foi estudado pelos autores e as constatações obtidas ao final de cada pesquisa.

O artigo “Desigualdades Raciais na Incidência do Analfabetismo no Seio da População Brasileira: Uma leitura empírica baseada nos indicadores do censo 2000” do autor Paixão (2004) apresenta uma análise do analfabetismo e do analfabetismo funcional em sujeitos acima de 15 anos de idade. Os resultados da investigação mostram uma assimetria no que diz respeito a população afrodescendente comparado a população branca, o trabalho se propõe a discorrer sobre as barreiras raciais e desigualdades de renda, como justificativa aos dados obtidos.

O texto “Letramento: processos educacionais no contexto social e político” escrito por Silva e Azevedo (2017) expõe ponderações sobre uma pesquisa em desenvolvimento que busca identificar e catalogar artigos sobre a temática letramento em periódicos brasileiros. No geral, o artigo considera viável discutir a relação letramento e desigualdades sociais na contemporaneidade, propondo mostrar o embate entre as formas “sutis” de manutenção da estrutura excludente em políticas públicas de inclusão.

O artigo de Deffacci (2016), “Desafios da EJA no processo de escolarização: O caso do Município de Três Lagoas - MS”, objetiva abordar o analfabetismo em torno da Educação de Jovens e Adultos, fazendo uma reflexão em torno da modalidade no Brasil, especificamente na cidade destacada no título. Ao final, o autor ressalta a importância de considerar as individualidades dos educandos e seu arcabouço teórico, histórico, social e pessoal, observações que implicam no desenvolvimento nas relações entre professor-aluno e nas atividades pedagógicas.

Já o texto “Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste”, produzido por Peres (2011), tem como intuito investigar

a relação entre velhice e analfabetismo principalmente nas regiões que se localizam no Nordeste do país. O artigo evidencia e descreve características da população mais atingida pela problemática, estabelecendo relação entre latifúndio e analfabetismo, além de observar a inexistência de políticas educacionais direcionadas à velhice e ao analfabetismo nas leis que se referem e destinam-se à Educação.

O artigo da autoria de Sabbi, Rosa e Gascón intitulado “Cenários educacionais na contemporaneidade: reflexões a respeito das diferenças e das performances” publicado em 2020, possui como objetivo identificar os elementos mais relevantes que fomentam desigualdades educacionais, com base em uma avaliação crítica aos relatórios do PISA. Tendo em vista os resultados e o contexto internacional, o estudo verifica diferenças de desempenho em educação no Brasil, comparando-as com outros países, considera-se que acima de qualquer tipo de ação, há o foco.

O artigo “El nivel de alfabetismo como determinante en la probabilidad de caer en extrema pobreza: Un análisis econométrico para países em general” é um texto de Rosas, Muñoz e Chiatchoua, produzido no ano de 2019, no qual visa mostrar como o indicador educação, apresentado como o nível de alfabetização, é decisivo para a redução da pobreza. O resultado mais relevante do trabalho, conforme os autores, foi a constatação de que um país de maior renda possui mais oportunidades de erradicar a probabilidade de cair na extrema pobreza, por meio da alfabetização, do que um país de baixa renda.

Já a obra de Morais e Araújo (2010) "Alfabetização e analfabetismo no Brasil: algumas reflexões" tem como objetivo expor ponderações sobre a alfabetização no país, ao longo do tempo. As autoras discorrem acerca da existência de leis a favor da alfabetização e passagens de obras literárias, demonstrando como os condicionantes de classe e renda influenciam o processo de alfabetização de modo que se verifica uma tendência de má qualidade de educação oferecida aos empobrecidos.

O texto “Estratégias de combate às desigualdades sociais na rede municipal de São José” redigido por Ramos e Carminati (2016) apresenta como intuito estudar os projetos educacionais realizados na cidade destacada e suas implicações nas mudanças sociais, levando em consideração os conceitos de Bourdieu. O artigo constata a finalidade do projeto em reproduzir as desigualdades, além de manter as relações de dominância e posições de privilégio entre entidades, propondo estratégias de intervenção, citando como exemplo outros projetos que se baseiam em ideias transformadoras.

O artigo de Segnini (1998), “Educação, trabalho e desenvolvimento: Uma complexa relação!”, objetiva questionar a relação direta que tem sido estabelecida entre educação,

trabalho e desenvolvimento, contrapondo-se a políticas vigentes na época. O estudo sustenta que o entendimento de que a qualificação para o trabalho é uma relação social, cujo transcende a escolaridade e a formação profissional, ou seja, relação social demarcada por um sistema capitalista, desigual e que tal qualificação expressa relações de poder. A educação é vista, pelo autor, como fundamental para a transformação da realidade.

E por fim, o trabalho “Evolução e desigualdades na educação brasileira” autoria de Castro (2009) apresenta o avanço das desigualdades educacionais, entendendo que as desigualdades na educação como um problema relevante que intensifica as desigualdades sociais. Após as pesquisas realizadas, o estudo evidencia que apesar da ampliação do acesso à educação infantil, há baixo acúmulo no processo de escolarização, ainda persistindo alta taxa de analfabetismo no país. O artigo também considera os déficits no Ensino Médio e as desigualdades regionais e de renda como aspectos que perpassam a problemática, potencializando-a.

O subitem a seguir busca apresentar dados gerais sobre os trabalhos selecionados em ambos repositórios virtuais.

### **c) Visão geral**

No geral, calculando os trabalhos obtidos em ambos repositórios, se conclui que - até a data da pesquisa - foram encontradas 1.069 obras, sendo teses, dissertações e artigos científicos, especificadas conforme a tabela a seguir:

**TABELA 9 – Classificação dos trabalhos encontrados e selecionados**

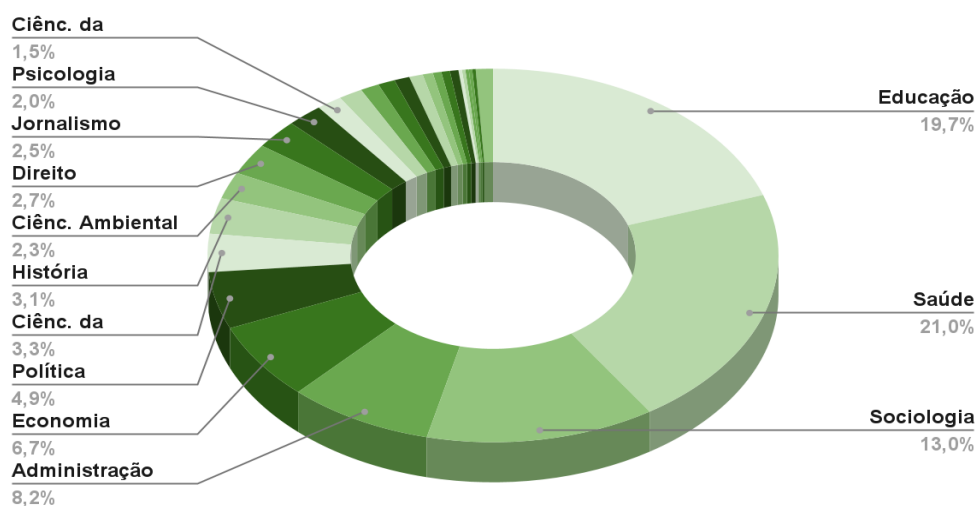
<b>Especificação do trabalho</b>	<b>Quantidade encontrado</b>	<b>Quantidade selecionado</b>
Artigos	923	10
Resenhas	7	0
Atas de Congresso	2	0
Teses	46	2
Dissertações	91	9
Total	1.069	21

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Considerando as teses e dissertações selecionadas subtraídas pelo número total de trabalhos, se obtém como resultado 1.048 obras excluídas da seleção, presumindo a

proximidade e relevância com a temática da pesquisa. Tendo em vista essas informações, viu-se a necessidade da criação de um gráfico com o objetivo de sintetizar os dados e facilitar a maior compreensão da abrangência dos campos de conhecimento.

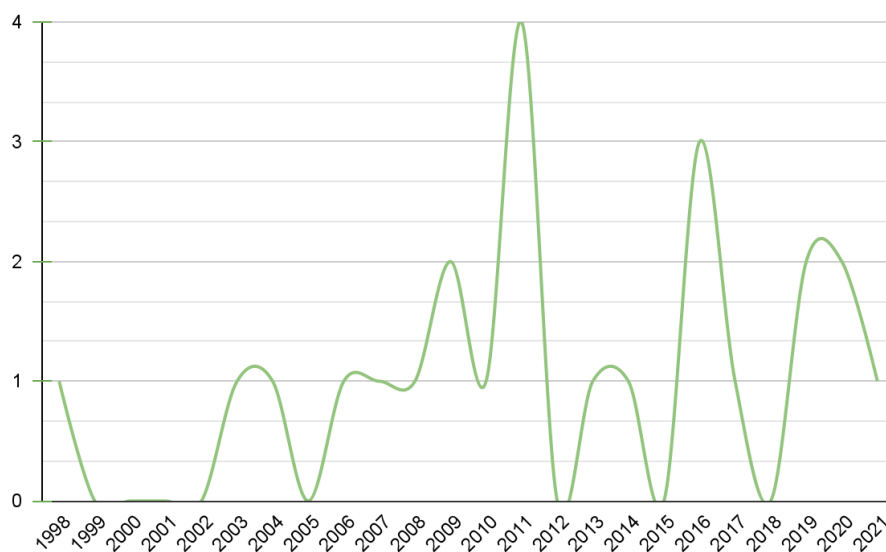
**GRÁFICO 1 – Áreas de conhecimento dos trabalhos em geral**



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Quanto aos trabalhos selecionados, o levantamento do ano de publicação aponta 2011 como sendo o período em que mais pesquisas com a temática foram realizadas.

**GRÁFICO 2 – Levantamento do ano de publicações**



Fonte: Elaborado pela autora (2022).



Os dados que compõem a tabela a seguir fundamentaram a construção da nuvem de palavras acima.

**TABELA 10** – Quantitativos das palavras-chave mais repetidas nos trabalhos selecionados

<b>Organização geral</b>	
<b>Palavras-chave</b>	<b>Quantidades</b>
Educação	8
Desigualdades, analfabetismo, alfabetização	5
Educação de Jovens e Adultos	4
Políticas públicas, desigualdades educacionais	3
Cidadania, escolarização, pobreza, IDEB, desenvolvimento	2

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A seguinte seção visa abordar acerca do referencial teórico base desta pesquisa, compreendendo a necessidade e a imprescindibilidade de uma fundamentação científica na construção e redação dos objetos de conhecimento que serão contemplados neste trabalho.

### 3. O ANALFABETISMO FUNCIONAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

O item a seguir objetiva tratar os conceitos e características dos objetos de conhecimento discutidos nesta pesquisa, para tal entende-se como necessário conceituar primeiramente a concepção de indivíduo alfabetizado concebida neste trabalho para abordar a percepção de como se considera um sujeito analfabeto funcional e o que se compreende acerca das desigualdades sociais no país.

#### 3.1 O ANALFABETISMO

Consoante às contribuições de Soares (2020), a alfabetização corresponde ao “conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita: domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas” (SOARES, 2020, p. 27), nesse conceito se insere o desenvolvimento de outras habilidades, tais como a “[...] habilidade motora de uso de instrumentos de escrita [...]” e a “[...] aquisição de modos de escrever e de modos de ler [...]” (SOARES, 2020, p. 27). Todavia, entende-se que alfabetizar um sujeito em uma concepção restrita de alfabetização focada na decodificação (ensinar a ler) e codificação (ensinar a escrever) é insuficiente para “[...] formar leitores e produtores de texto [...]” (SOARES, 2020, p. 11), tendo em vista que a leitura e escrita são práticas sociais e possuem variadas demandas (SOARES, 2020, p. 11). Isto posto, a autora cita outro conceito que deve estar aliado à alfabetização, o letramento.

Segundo Soares (2020) a definição de letramento corresponde a:

[...] capacidade de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoas que envolvem a língua escrita, o que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para dar apoio à memória, etc.; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidade de orientar-se pelas convenções da leitura que marcam o texto ou de lançar mão dessas convenções; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor (SOARES, 2020, p. 27).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicou o documento intitulado “Avaliação Nacional de Alfabetização” (ANA) que traz uma breve definição dos termos de alfabetização e letramento. A ANA (BRASIL/INEP, 2013),

entende a articulação entre as noções de alfabetização e letramento, tendo em vista que embora sejam dois processos distintos, são importantes e complementares no desenvolvimento da aprendizagem da linguagem escrita (BRASIL/ INEP, 2013, p. 9). Desta forma, concebe-se que “o processo de apreensão do código alfabético deva ser associado à compreensão dos significados e seus usos sociais em diferentes contextos” (BRASIL/ INEP, 2013, p. 9).

Neste sentido, entende-se que

A alfabetização pode ser definida como a apropriação do sistema de escrita, que pressupõe a compreensão do princípio alfabético, indispensável ao domínio da leitura e da escrita. O letramento, por sua vez, é definido como as práticas e os usos sociais da leitura e da escrita em diferentes contextos (BRASIL/ INEP, 2013, p. 9).

À vista disso, em uma concepção mais ampla, a ANA (BRASIL/ INEP, 2013, p. 9) assume que

**Letramento** é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita. Como são muito variados os usos sociais da escrita e as competências a eles associadas (de ler um bilhete simples a escrever um romance), é frequente levar em consideração níveis de letramento (dos mais elementares aos mais complexos). Tendo em vista as diferentes funções (para se distrair, para se informar e se posicionar, por exemplo) e as formas pelas quais as pessoas têm acesso à língua escrita – com ampla autonomia, com ajuda do professor ou da professora, ou mesmo por meio de alguém que escreve, por exemplo, cartas ditadas por analfabetos –, a literatura a respeito assume ainda a existência de tipos de letramento ou de letramentos, no plural (BRASIL/ INEP, 2013, p. 9-10, grifo do autor).

Contudo, um sujeito alfabetizado e letrado caracteriza-se como um indivíduo que contempla o sistema alfabético de escrita e o exercício de seus usos sociais: leitura, interpretação e produção de textos (SOARES, 2020, p. 12).

Tratar a concepção de letramento é necessário considerando a temática deste trabalho, pois o letramento é um processo importante na construção de um sujeito alfabetizado funcionalmente. Portanto, o processo de alfabetização desassociado do letramento, inviabiliza a formação de alfabetos funcionais.

Ademais, também se considera imprescindível abordar previamente os conceitos de alfabetização e letramento, uma vez que a aprendizagem da língua escrita é fundamental para a continuidade no processo de escolarização e não apreender as habilidades de leitura e escrita promove a expansão do fracasso no decurso da escolarização (SOARES, 2020, p. 10). A partir de evidências indicadas em pesquisas, Soares (2020) define a condição de analfabeto

funcional como aquele que “[...] têm muita dificuldade para fazer o uso da leitura e da escrita em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em cartaz ou folheto [...]” (SOARES, 2020, p. 10), logo, o analfabetismo funcional indica a falha na alfabetização, precisamente, no que tange ao letramento, entendendo as desigualdades sociais como uma das principais causas do fracasso escolar de indivíduos empobrecidos. Cabe citar Gontijo (2009) que além de abordar o foco no educando e sua relação com a escrita escreve sobre “[...] a necessidade de lutar contra as desigualdades sociais como uma das principais causas do fracasso escolar de crianças pobres [...]” (GONTIJO, 2009, p. 16).

[...] o fracasso na alfabetização e letramento concentra-se nas escolas públicas, onde estão as crianças das camadas populares, exatamente aquelas que mais dependem da educação para ter condições de lutar por melhores condições de vida econômica, social, cultural. (SOARES, 2020, p. 12)

Concebe-se que há uma relação entre o analfabetismo funcional - como lapso do processo de alfabetização e letramento - e o contexto social das classes empobrecidas. Como justificativa a esse fracasso, uma hipótese abordada criticamente por Soares (2020) é

[...] a de que crianças das camadas populares não teriam as condições necessárias à aprendizagem da leitura e escrita porque vivem em meios pouco letrados, não tem convívio com livros, seu vocabulário é restrito, falam um dialeto diferente do dialeto de prestígio, que é o que a escola espera delas [...]. (SOARES, 2020, p. 12)

Isto posto, é importante ressaltar que, independentemente das condições sociais, Soares (2020, p. 12) aponta que - com base em sua experiência e pesquisas nas redes de ensino - as crianças são capazes de aprender a ler e a escrever nas escolas públicas. No entanto, não se desconsideram as repercussões das desigualdades sociais no processo de escolarização, tendo em vista as relações entre ambos, relações as quais serão melhores desenvolvidas em outro item deste trabalho.

### 3.2 O ANALFABETISMO FUNCIONAL

Ribeiro (1997), que discute acerca da origem dos conceitos de analfabetismo e alfabetismo funcional, introduz sua obra abordando que “Analfabetismo é uma palavra utilizada no português corrente para designar a condição daqueles que não sabem ler e escrever; já seu antônimo afirmativo, alfabetismo, mesmo já tendo sido dicionarizado, ainda soa estranho aos falantes do idioma”. (RIBEIRO, 1997, p. 144)

Tratando-se da origem dos termos, Ribeiro (1997, p. 145) tece inicialmente sobre o

termo alfabetismo funcional para realizar uma certa conexão ao oposto, o analfabetismo funcional. Tratando-se deste último, Ribeiro (1997) aborda que

Em alguns casos, o termo analfabetismo funcional foi utilizado também para designar um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e versátil da leitura e da escrita, ou um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à “sobrevivência” nas sociedades industriais. (RIBEIRO, 1997, p. 145)

Acerca do surgimento do conceito a autora faz referências à literatura estadunidense, citando que, nas obras norte-americanas, o sentido corrente do termo parte de uma perspectiva que referencia o alfabetismo funcional às competências funcionais após a realização de programas de pesquisas científicas. Por apurar e observar o grau e a classe de competências necessárias, para que os sujeitos exerçam a cidadania e se desenvolvam em seu contexto sociocultural, tais trabalhos possibilitaram as tentativas de ampliar uma concepção acadêmica de alfabetização restrita a análise de atividades caracteristicamente escolares e propiciaram questionar e adequar o currículo escolar com relação às instâncias sociais. Ademais, essa concepção facultou o desenvolvimento da compreensão acerca de problemáticas no tocante ao analfabetismo funcional

[...] uma vez que o não-domínio suficiente das habilidades pode ser associado não apenas a deficiências dos sistemas educativos, mas a questões mais amplas como as características do mercado de trabalho e dos meios de comunicação de massa ou a distribuição social das oportunidades de desenvolvimento cultural. Tal perspectiva de análise pode informar, portanto, tanto as políticas de educação formal quanto as de educação não formal de jovens e adultos e as políticas culturais de forma geral. (RIBEIRO, 1997, p. 146)

Portanto, o “analfabetismo funcional” é uma problemática que não se restringe apenas aos déficits e às desigualdades educacionais que atingem o sistema escolar, é uma questão social, produto das desigualdades em suas diferentes faces. É capital desconstruir esta visão do analfabetismo funcional simplesmente como questão educacional para a elaboração de políticas eficazes em combatê-lo.

Com base nas contribuições de Flecha *et. al* (1993), Ribeiro (1997, p. 146) aponta a origem do conceito de analfabetismo funcional nos Estados Unidos, além disso complementa tecendo que o surgimento se desenvolveu com vitalidade teórica e prática na vertente não-escolar da educação de adultos, especialmente aquela voltada ao desenvolvimento comunitário (RIBEIRO, 1997, p. 146). Nesse país, movimentos educacionais tecnicistas difundiram produtos institucionais destinados à alfabetização que apresentam propostas focadas na administração científica do ensino, ordenando a aprendizagem conforme sua

complexidade e aplicando testes padronizados - a fim de controlar e avaliar o processo - que presumiam uma perspectiva de leitura como um grupo de “sub-habilidades discretas” que agregadas às outras sub-habilidades de forma sequencial, iriam constituir uma habilidade genérica de leitura, apta para ser aplicada independente do contexto em que o sujeito estaria inserido. Essas sub-habilidades eram organizadas em uma categorização única de dificuldades para, a partir da classificação, selecionar um ponto como diferencial e, por meio desse, os indivíduos poderiam ser taxados como alfabetizados ou analfabetos (RIBEIRO, 1997, p. 146).

A evolução de pesquisas acerca do analfabetismo/alfabetismo, afastam-se das tentativas de determinar um único conjunto de habilidades em favor do

[...] estabelecimento de conjuntos de tarefas socialmente relevantes, nas quais usos de materiais impressos ou escritos podem estar implicados. Mais do que a definição de sub-habilidades que comporiam habilidades de leitura ou de escrita genéricas, esses estudos procuram investigar a capacidade dos indivíduos de aplicar essas habilidades para atingir metas específicas, socialmente significativas. (RIBEIRO, 1997, p. 147)

Nesse sentido, o conceito de analfabetismo funcional transcende o domínio de habilidades de leitura e escrita genéricas, superficiais, vagas, desagregadas de seu uso e caráter sociais. Abordar os conceitos e concepções se faz necessário, uma vez que o modo como se concebe o analfabetismo funcional repercute na forma de pensar os analfabetos funcionais, na formulação de políticas eficazes, o que implica pensar o papel das escolas e a função do Estado.

No que se refere os significados atribuídos ao termo, o Indicador de Alfabetismo Funcional - Inaf (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018) conceitua que o analfabetismo “[...] não pode se restringir a uma visão binária de alfabetizado x não-alfabetizado e sim de um processo gradativo de aquisição e consolidação de habilidades” (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 4), isto é, o analfabetismo funcional não se reduz a uma etiqueta, um título para segmentar e discriminar os alfabetizados e os analfabetos; o analfabeto funcional é aquele que teve seu processo de alfabetização e letramento rompido por forças intra e/ou extra-escolares, entendendo o analfabetismo como fenômeno complexo no campo das habilidades cognitivas e das práticas sociais (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 4).

Alfabetismo é a capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir

sobre ela, um contínuo que abrange desde o simples reconhecimento de elementos da linguagem escrita e dos números até operações cognitivas mais complexas, que envolvem a integração de informações textuais e dessas com os conhecimentos e as visões de mundo aportados pelo leitor. (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 4)

Esta concepção distingue-se em dois domínios, o das capacidades de processamento de informações verbais, que incluem “[...] uma série de conexões lógicas e narrativas [...]”, bem como “[...] as capacidades de processamento de informações quantitativas [...]”, que incluem noções e operações matemáticas (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 4). Portanto, o Inaf (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 4) considera que a alfabetização não foca somente no letramento, mas também no numeramento.

O INEP (BRASIL/ INEP, 2013, p. 9) conceitua que “[...] um indivíduo alfabetizado não será aquele que domina apenas rudimentos da leitura e da escrita e/ou alguns significados numéricos, mas aquele que é capaz de fazer uso da língua escrita e dos conceitos matemáticos em diferentes contextos [...]”, portanto define-se como analfabeto funcional aquele que não consegue aplicar tais conhecimentos na vida em comunidade.

#### Segundo Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro (2005)

A definição sobre o que é analfabetismo vem sofrendo revisões nas últimas décadas, como reflexo das próprias mudanças sociais. Em 1958, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em uma de suas principais missões definia como analfabetizada uma pessoa que não é capaz de ler ou escrever um enunciado simples, relacionado à sua vida diária. (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2005, p. 2)

A UNESCO (Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) em 1978 define analfabeto funcional como

Toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples e efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê ou de usar a leitura e escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. (RIBEIRO, 1997, p. 155)

Cabe ressaltar que a UNESCO (2006) reconhece que o conceito de analfabetismo funcional varia conforme o contexto educacional a que o indivíduo está sujeito e à realidade de cada país. Vale destacar que a função executada em âmbito internacional pela Unesco é, sobretudo, “de influência política e não de caráter científico” (RIBEIRO, 1997, p. 148). É necessário exercer a visão crítica quanto às finalidades da organização.

Sobre a pluralidade da definição de analfabetismo funcional Ribeiro (1997) tece que

O apelo do termo analfabetismo funcional nos fóruns internacionais pode ser atribuído a essa polissemia de sua definição. Para os países desenvolvidos, que já não enfrentavam problemas relativos ao analfabetismo absoluto, tendo universalizado a educação básica, o conceito pôde servir para problematizar tanto a qualidade e a adequação do ensino oferecido pela escola, quanto para postular o valor da educação não-formal e da educação continuada. (RIBEIRO, 1997, p. 147, 148)

A exemplo, durante as décadas de 1970 e 1980 ocorreu na América Latina uma ampliação dos sistemas de ensino básico, nesse contexto o termo serviu como referência para desenhar o quadro de grande parte da população que, embora possuísse acesso à escola, não concluiu a educação básica, devido a precarização do ensino ofertado ou em virtude da submissão da população em condições socioeconômicas precárias (RIBEIRO, 1997, p. 148).

A concepção de analfabetismo funcional definida pela UNESCO em 1978 - segundo Ribeiro (1997) - perpassa por uma concepção de alfabetização. Desde uma perspectiva de alfabetização que se baseia estritamente à capacidade de leitura e escrita de enunciados curtos relacionados a seu cotidiano, à uma concepção que qualifique a alfabetização como funcional, considerando as possibilidades da inserção adequada dos indivíduos em seu meio, formando sujeitos capazes de realizar atividades em que a leitura, escrita e o cálculo são necessários para o desenvolvimento pessoal e comunitário (RIBEIRO, 1997, p. 147).

Consoante Ribeiro (1997) o termo “funcional” insere uma dimensão sociocultural ao conceito, isso indica que

Tal definição já não visa limitar a competência ao seu nível mais simples (ler e escrever enunciados simples referidos à vida diária), mas abrigar graus e tipos diversos de habilidades, de acordo com as necessidades impostas pelos contextos econômicos, políticos ou socioculturais (RIBEIRO, 1997, p. 147).

Destarte reconhece-se a adequação do conceito à realidade social, uma vez que há variedades econômicas, culturais, históricas e sociais que devem ser consideradas, porém identificam-se as dificuldades de determinar demandas referentes à alfabetização dispostas por distintos contextos nacionais e regionais, além de problemas recorrentes na definição de índices quantitativos que possibilitam comparações fidedignas.

Como indicador do nível de alfabetização das regiões e países, a Unesco propôs que se tomasse um determinado número de anos de escolarização. Conceituar como suficiente as variações no número de anos de escolaridade, implica uma flexibilidade do conceito (RIBEIRO, 1997, p. 148). De acordo com Ribeiro (1997)

Certamente, essa variância no número de anos de escolaridade considerados como mínimo necessário não deriva, necessariamente, de diferentes graus de exigências

impostos pelos diferentes contextos, mas, principalmente, das metas educacionais consideradas como factíveis para os países, de acordo com seu nível de desenvolvimento socioeconômico. (RIBEIRO, 1997, p. 148)

Portanto, o apelo ao número de anos de escolaridade corresponde às necessidades de atender as metas educacionais propostas, não a realidade, os contextos, a alfabetização e letramento plenos, bem como a formação dos indivíduos. Isto permite uma flexibilidade do termo que abre espaço para perspectivas opostas a uma concepção associada aos contextos, necessidades e uso significativamente sociais.

Segundo Ribeiro (1997, p. 148), tal maleabilidade do termo deu vantagem a “[...] interpretações antagônicas do ponto de vista ideológico [...]” (RIBEIRO, 1997, p. 148) que se ancoravam na definição proposta pela UNESCO (2006). Seja, para uns, uma concepção voltada sobretudo à formação de mão-de-obra qualificada para se adaptar às instâncias da economia, ao mercado de trabalho seja, para outros, uma concepção voltada à transformação das estruturas políticas e econômicas, não a adequação dos sujeitos a elas, a funcionalidade deveria ser interpretada como adaptação dos projetos de alfabetização aos interesses dos empobrecidos, oprimidos ou marginalizados (RIBEIRO, 1997, p. 149).

Um enfoque que restrinja a funcionalidade da alfabetização à natureza econômica, principalmente os ditames do mercado de trabalho, é uma característica presente em certos estudos científicos contemporâneos, uma concepção altamente criticada, uma vez que o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita como competências funcionais fundamentais possibilitam a integração do sujeito na sociedade, como meio para executar atividades domésticas e cotidianas, para o exercício efetivo da cidadania, no que diz respeito aos direitos e responsabilidades do cidadão.

Conforme especifica Soares (2020), a alfabetização entendida como conhecimento necessário para a continuidade do processo de escolarização, viabiliza a aprendizagem de outras práticas, visto que a leitura e a escrita são caracterizadas como um meio que possibilita o desenvolvimento de habilidades que ampliam a autonomia com relação ao auto-aprendizado e à educação continuada. Demandas sociais dessa magnitude impossibilitam a limitação da alfabetização aos rudimentos da leitura e da escrita (RIBEIRO, 1997, p. 150).

Se tratando da educação brasileira, entende-se que

O fato de que, apesar disso, a alfabetização e a escolarização elementar venham se expandindo, tanto no Brasil como em escala mundial, atesta que a funcionalidade dessas competências excede a dimensão econômica e deve ser considerada, com igual ou maior ênfase, na sua relação com as dimensões políticas e culturais do desenvolvimento social. (RIBEIRO, 1997, p. 150)

Contudo, a função da alfabetização - e letramento - deve transcender as finalidades e usos para a esfera econômica, não se baseando em qualificar a mão de obra com o conhecimento básico para o ingresso e submissão no mercado de trabalho, mas concebendo que alfalettrar se relaciona com a formação nas dimensões social, cultural e política.

### 3.3 AS DESIGUALDADES

Compreendendo a importância de uma visão do analfabetismo funcional vinculado às falhas do sistema educacional brasileiro, associado às desigualdades presentes no país, torna-se crucial observar o contexto educacional do Brasil, uma vez que segundo os resultados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) iniciada em 2016 e divulgada no segundo trimestre de 2019, havia 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas no Brasil, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 6,6% (IBGE, 2020, p. 2). Ademais, embora a proporção de sujeitos de 25 anos ou mais com ensino médio completo tenha aumentado no país, é válido frisar que 47%, ou seja, quase a metade dos adultos não concluíram essa etapa da educação básica (OCDE, 2021).

O Indicador de Alfabetismo Funcional - Inaf (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018) estrutura cinco níveis de alfabetismo na escala de interpretação com a finalidade de dimensionar os dados obtidos em suas pesquisas. Os níveis: analfabeto e rudimentar - ambos definem o analfabetismo funcional - e o conjunto dos funcionalmente alfabetizados, cujo é composto pelos níveis elementar, intermediário e proficiente (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 5). Em uma breve síntese dos dados analisados, estima-se que apenas 7 entre 10 brasileiros e brasileiras entre 15 e 64 anos podem ser considerados Funcionalmente Alfabetizados (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 9). A finalidade destas pesquisas é oferecer um olhar sobre o contexto educacional do país, bem como analisar e utilizar os dados obtidos para subsidiar a formulação de políticas (BRASIL/ INEP, 2013, p. 13).

No Brasil apreende-se a promoção de programas e campanhas em distintos governos com a finalidade de combater o analfabetismo, questão vista como um problema crônico no país (DINIZ, MACHADO, MOURA, 2014, p. 643) e as desigualdades educacionais como “[...] vergonha nacional, como mancha e expressão de nosso atraso [...]” (ARROYO, 2010, p. 1382). Portanto, entende-se o analfabetismo como produto da desigualdade presente na

educação brasileira, como falha do processo de alfabetização e letramento.

Segundo Arroyo (2010, p. 1382; KERSTENETZKY, 2002, p. 649; p, 28) estudos e pesquisas realizados com o objetivo de analisar as relações entre as desigualdades e educação tornou-se um campo fecundo e instigante de investigação no pensamento progressista e na elaboração, gestão, avaliação e análise de políticas educativas. Tais estudos focam na compreensão e superação das desigualdades no próprio âmbito da educação escolar: “[...] analfabetismo, baixos níveis de escolarização, defasagens, evasões, repetências, desigualdades de percursos escolares [...]” (ARROYO, 2010, p. 1382), sendo que o enfoque das pesquisas, avaliações e análises de políticas apresentam variações conforme o contexto de cada época. Consoante Arroyo (2010, p. 1382) na década de 1990 as desigualdades de acesso e permanência tornaram-se a ênfase dos estudos, recentemente as desigualdades de aprendizagem e de qualidade da trajetória educacional avança como destaque, não concebendo que as desigualdades de acesso e permanência foram totalmente erradicadas no país, reparar as desigualdades educacionais perpassa a justificativa de projetos e todas as políticas (ARROYO, 2010, p. 1382).

Apesar dos avanços acerca do entendimento dos processos de produção-reprodução das desigualdades promovidos pelos trabalhos científicos que apontam a pluralidade de fatores determinantes de sua conservação, tais pesquisas não são consideradas na elaboração de políticas, antes nota-se resultados de avaliações generalistas.

Acerca das evoluções proporcionadas pelas pesquisas destaca-se a concepção de que desigualdades educacionais são condicionadas por um grupo de desigualdades históricas, constatação incômoda, mas que não sensibiliza as organizações e instituições educativas gestoras que elaboram políticas, avaliações e análises.

Ao pensamento sócio-pedagógico mais crítico das últimas décadas devemos ter levado as análises das desigualdades educacionais para além dos supostos determinantes intraescolar e intrassistema, para **os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero, raça, etnia, campo, periferia. Avançando até as determinações dos padrões de poder, trabalho, acumulação, concentração-exclusão da terra e da renda.** Sabemos mais sobre como esse conjunto de desigualdades históricas condiciona as desigualdades educacionais. (ARROYO, 2010, p. 1382, grifo nosso)

Arroyo (2010), cita outros determinantes importantes - as desigualdades históricas - que subordinam as desigualdades educacionais. A partir desta visão, é possível compreender que o analfabetismo é uma das manifestações das desigualdades educacionais, como determinantes intraescolares e intrassistema, mas também expressa a repercussão dos determinantes extra escolares e extra sistema, as desigualdades sociais.

Segundo Kerstenetzky (2002), que se fundamenta em Charles Tilly (1998), as desigualdades socioeconômicas podem ser denominadas como “desigualdades duráveis”, pois, de acordo com Kerstenetzky (2002)

Trata-se de desigualdades que se repetem historicamente, entre grupos sociais, étnicos, de certas localidades, de gênero, de tal modo que ter nascido em um determinado grupo, local, etnia ou gênero revela-se o melhor preditor das chances de “sucesso” de um indivíduo dentro da sociedade, ou da quantidade de opções reais diante dele. (KERSTENETZKY, 2002, p. 659)

Considerando as pesquisas realizadas pelo Inaf (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018) e PNAD (IBGE, 2019) no país, alguns destes determinantes sociais são focos de análises e investigações dos dados. A exemplo, levando em conta as análises das taxas de analfabetismo a partir dos critérios e categorias de cor ou raça, é evidente a magnitude da diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. O PNAD cita que “Em 2019, 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 8,9% entre pessoas de cor preta ou parda” (IBGE, 2019, p. 2), também que “No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%”. (IBGE, 2019, p. 2).

Faz-se necessário se atentar a esses determinantes para compreender a profundidade do analfabetismo funcional e para a formulação de políticas e projetos que contemplem os determinantes extra escolares e extra sistema. É importante uma visão que apreenda os dados não apenas para conhecer e comparar as taxas entre os anos e grupos, no entanto para reflexão e estudo. Os dados não somente apresentam o resultado, mas auxiliam no processo da formulação de políticas, pois o analfabetismo - de fato - não foi erradicado e as desigualdades apenas são reproduzidas e mantidas.

O eixo da formulação de políticas e de avaliações prossegue restrito ao discurso e definição das desigualdades escolares e na denúncia dos fatores intraescolares como responsáveis pela sua tenacidade, foco que transfere a responsabilidade aos docentes (pela desqualificação e competência em ensinar) e educandos (pela incapacidade de aprender) por um sistema escolar inepto de superar as desigualdades brasileiras. Neste sentido, são ignorados outros fatores determinantes, causas intrassistema escolar, o papel histórico do sistema e a reprodução das desigualdades. Mormente

[...] são ignoradas as análises e pesquisas que mostram o peso determinante das desigualdades sociais, regionais, raciais, sobre as desigualdades escolares na formulação de políticas, na sua gestão e avaliação. A repolitização conservadora na

sociedade, na política e na formulação e avaliação de políticas fechou o foco no escolar, ignorando os determinantes sociais, econômicos, ou as desigualdades tão abismais nesses campos como determinantes das desigualdades educacionais. (ARROYO, 2010, p. 1382)

Por sua vez, mesmo que sejam realizadas distintas pesquisas educacionais que evidenciam o peso determinante das desigualdades em suas diferentes dimensões - uma vez que as desigualdades educacionais não atuam sozinhas - as análises elaboradas a partir dos dados quantitativos são descartadas na formulação de políticas. Portanto, a problemática do analfabetismo funcional é condicionada apenas às desigualdades educacionais, os sujeitos são vistos como desiguais apenas na dimensão escolar, como se estivessem em condições de igualdade nas dimensões sociais, econômicas, raciais e sexistas.

Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000), a desigualdade, especificamente a desigualdade de renda, é tão parte da história brasileira que se tornou natural (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000, p. 131). Também cabe destacar apontamentos dos autores de acordo com informações presentes no Relatório de desenvolvimento humano de 1999, indicando que o Brasil é o país com o maior grau de desigualdade (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000, p. 132), isto é, um grau que se figura entre os mais elevados do mundo (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000, p. 134).

Portanto, é evidente a realidade inaceitável da desigualdade no país tendo em vista que a pobreza no Brasil, em uma de suas faces - como insuficiência de renda que impede sujeitos de “[...] manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico [...]” (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000, p. 124) - “[...] não deve ser associada prioritariamente à escassez, absoluta ou relativa, de recursos”. (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000, p. 126). Isto é, o Brasil, mesmo dispondo de um imenso contingente de sua população abaixo da linha de pobreza, não pode ser considerado um país pobre, ademais compreende-se que a origem dessa pobreza não se fundamenta na ausência de recursos; contudo, Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 126) apontam que a pobreza deve ser investigada em outra esfera.

Citar a relação entre educação e pobreza é crucial, uma vez que a renda familiar repercute na educação. Nesta perspectiva, cabe aludir ao documento “Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes - 2ª Rodada” (UNESCO, 2021a), no qual evidencia que

Em novembro de 2020, 55% dos brasileiros com 18 anos ou mais afirmavam que sua renda familiar havia diminuído desde o início da pandemia, mesmo percentual observado na primeira rodada da pesquisa, e que representa aproximadamente 86

milhões de brasileiros. (UNICEF, 2021a, p. 17-18)

Isto posto, mais da metade dos brasileiros tiveram sua renda reduzida durante a pandemia. Além disso, “[...] a percepção de diminuição da renda familiar durante a pandemia varia de acordo com segmentos socioeconômicos e demográficos da população”. (UNICEF, 2021a, p. 18), isto indica que houve maior impacto nos “estratos economicamente mais vulneráveis” (UNICEF, 2021a, p. 35).

Consoante o relatório, “Quando analisado o volume da redução da renda entre os que identificaram que a renda familiar diminuiu, constata-se novamente o maior impacto entre segmentos menos favorecidos economicamente”. (UNICEF, 2021a, p. 18), quanto menor o nível da renda familiar e a classe socioeconômica, mais frequente são os relatos de diminuição de renda (UNICEF, 2021a, p. 18), portanto os empobrecidos ficaram mais empobrecidos.

Um fator capital que deve ser considerado, é que a repercussão da pandemia e, por consequência, a diminuição da renda também foi maior entre os indivíduos que residem com crianças ou adolescentes (UNICEF, 2021a, p. 35). Isto repercute no acesso e na qualidade da educação pública principalmente, tendo em vista a realidade dos educandos no ensino remoto.

A pesquisa revela que, nesse contexto, 91% dos residentes com crianças e adolescentes em idade escolar relataram que elas deram continuidade às atividades escolares em casa, sendo que os 9% que disseram que os estudantes com quem residem não têm realizado atividades escolares à distância, correspondem a 4 milhões de residentes com crianças e adolescentes. Entre os residentes com estudantes de escola particular, a proporção dos que declaram que eles têm feito atividades escolares em casa é maior (94%) do que entre os residentes com estudantes de escola pública (89%), diferença que pode ser justificada, em grande medida, tanto pela maior parcela de alunos de escolas públicas que não têm recursos técnicos e financeiros para dar continuidade ao estudo de forma não presencial, quanto pela preocupação das escolas particulares em manter a prestação de serviços para a manutenção do pagamento das mensalidades (UNICEF, 2021a, p. 21).

A insuficiência de recursos financeiros repercutiu no acesso à educação e na qualidade do ensino, neste sentido, fica evidente que as desigualdades educacionais não são as únicas responsáveis pela exclusão à educação. A realidade da diminuição de renda não afetou apenas a educação, como afetou outras dimensões, desde a saúde e condições sanitárias à condições de insegurança alimentar. Se ampliou a proporção de famílias que não conseguiram se alimentar adequadamente e comprar comida pela diminuição e pela própria falta de renda,

haveria possibilidade de garantir acesso a dispositivos móveis, internet e/ou demais recursos tecnológicos?

O resultado da pesquisa revela que na população brasileira de 18 anos ou mais, 21% (cerca de 33 milhões de brasileiros) passaram por algum momento desde o início da pandemia em que os alimentos acabaram em seu domicílio e não havia dinheiro para reposição. Além disso, 6% indicam que tiveram fome e deixaram de comer porque não havia mais dinheiro para reposição, e ainda 6% da população brasileira com 18 anos ou mais deixaram de fazer ao menos uma refeição porque não havia comida para todos, e não havia dinheiro para comprar mais. (UNICEF, 2021a, p. 19)

A nota técnica produzida pela organização Todos pela Educação<sup>1</sup>, intitulada “Impactos da Pandemia na alfabetização de crianças” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021) criada com base nos dados da PNAD, apresenta as repercussões observáveis da pandemia na alfabetização de crianças brasileiras de 6 e 7 anos de idade. O documento destaca que

Entre 2019 e 2021, houve um aumento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos de idade que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever. Eram 1,4 milhão de crianças nessa situação em 2019 e 2,4 milhões em 2021. Em termos relativos, o percentual de crianças de 6 e 7 anos que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever foi de 25,1% em 2019 para 40,8% em 2021. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 2)

Logo, o número estimado de crianças que não sabem ler e escrever em 2021 é de 2,4 milhões. Vale ressaltar que tais repercussões reforçaram e expuseram a desigualdade entre crianças brancas e crianças pretas e pardas, segundo a nota técnica “Os percentuais de crianças pretas e pardas de 6 e 7 anos de idade que não sabiam ler e escrever chegaram a 47,4% e 44,5% em 2021, sendo que, em 2019, eram de 28,8% e 28,2%. Entre as crianças brancas, o percentual passou de 20,3% para 35,1% no mesmo período” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 4).

Outrossim, é fundamental citar a notável desigualdade entre as crianças que habitam nos domicílios enriquecidos e empobrecidos do país, de acordo com o documento “Dentre as crianças mais pobres, o percentual das que não sabiam ler e escrever aumentou de 33,6% para 51,0% entre 2019 e 2021. Dentre as crianças mais ricas, por outro lado, o aumento foi de 11,4% para 16,6%” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 4).

Portanto, é notável que as desigualdades sociais - em suas diversas dimensões - repercutem no ensino, na Educação e na escolarização, por isso estes fatores não podem ser desconsiderados. A não-alfabetização das crianças em idade adequada prejudica as

---

<sup>1</sup> Os dados da organização Todos pela Educação foram citados apenas para contextualizar a realidade brasileira, a autora deste estudo não concorda com o viés da organização, tendo em vista suas intencionalidades no uso desses dados.

aprendizagens futuras e o processo de desenvolvimento, além de elevar os riscos de uma trajetória escolar marcada por reprovações, abandono e/ou evasão escolar (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 3). Salientando a realidade educacional do país, compreende-se a repercussão do período pandêmico no que se refere à alfabetização e o letramento, como processo imprescindível, a falha deste processo conseqüentemente expande e dificulta o desafio à erradicação do analfabetismo funcional. Neste sentido, cabe refletir se há um movimento de formulação de políticas que buscam superar tais desigualdades ou se pensam em projetos para sua reprodução e manutenção.

Mediante os dados do PNAD Contínua (IBGE, 2019), que investiga os principais indicadores demográficos do país, é possível verificar que há diferença entre as taxas de analfabetismo considerando certas especificidades como os “grupos de idade” (a partir de 15 anos à 60 anos ou mais de idade), sexo (homem e mulher, delimitados a faixa etária de 15 anos ou mais e 60 anos ou mais de idade), além de cor ou raça (branca, preta ou parda, demarcados pela mesma classificação de faixa etária, 15 anos ou mais e 60 anos ou mais de idade). A partir de análises comparativas entre as taxas, é evidente a magnitude de diferenças entre as realidades dos sujeitos segundo os grupos.

Essa análise comparando as taxas evidenciam a força das desigualdades sobre o analfabetismo, pois demonstram como as categorias de raça, região e sexo interferem na escolarização e como tais repercutem nas desigualdades educacionais.

Arroyo (2010, p.1384) enfatiza a necessidade de pensar as relações entre educação e sociedade e retomar a relação não superada entre educação e desigualdades. No mesmo parágrafo, Arroyo (2010) tece que o ingresso dos desiguais no sistema escolar demonstra as desigualdades a que estão submetidos, citando que são priorizadas políticas de inclusão, de qualidade, de padrões mínimos de qualidade, e que as relações educação-política-desigualdades ocupam outro plano. Entende-se como necessário apreender que tais desigualdades, não apenas continuam, mas se intensificam e repercutem nas vítimas por meio do desemprego, da violência, da miséria e da sobrevivência nos limites (ARROYO. 2020, p. 1384).

Superar a desigualdade compreende pensá-la não apenas como a causa de males, porém como consequência de processos e procedimentos (KERSTENETZKY, 2002, p. 669), ademais cabe pensar os sujeitos desiguais como indivíduos importantes e essenciais para a formulação de políticas destinadas aos próprios e o Estado como partícipe deste processo, não como centro.

No entanto, predominam-se políticas pobres, repetitivas e lineares. Os coletivos

desiguais são vistos como um problema - um pressuposto que conduz a análise de políticas, o problema está na sociedade, essencialmente, nos empobrecidos, nos coletivos populares, nos setores vulneráveis - e as políticas como solução a essa questão. Essa permanente convicção dos setores populares como problema tem funcionado como mecanismo de sua produção como desiguais.

Daí a ênfase dada a diagnosticar, caracterizar o problema, as carências, as vulnerabilidades, os desiguais apenas vistos como o locus social onde se concentram os problemas. Os coletivos sociais, raciais, étnicos, dos campos, das periferias urbanas, das periferias regionais são o problema. O Estado é a solução. Em toda análise de políticas a lógica é simples: apelemos ao Estado, a suas leis, a seus deveres públicos de ser solução para a fome, o analfabetismo, a falta de escolarização, de escolas, de recursos, de material didático, de formação e valorização dos profissionais. (ARROYO, 2010, p. 1388)

Portanto, a elaboração de políticas voltadas para a superação e erradicação do analfabetismo funcional necessita se desvincular de uma visão do Estado como centro e solução dos problemas, visto que - nesta perspectiva - os problemas não são as desigualdades, condições e injustiças, são os empobrecidos, os desiguais, os analfabetos funcionais.

A política formulada destinada ao público desigual perpassa a concepção dos coletivos desiguais como problema - seja por improdutividade, imprevidência, aversão ao trabalho, preguiça, pela não escolarização, má qualificação e competência para o mercado de trabalho e as diferenças presentes entre si - em termos de raça, etnia, gênero, classe, valores, cultura, pensamento crítico - da mesma forma, são um problema social que demanda a proposição de soluções viáveis e elaboradas pelo Estado.

A visão das desigualdades e dos coletivos feitos desiguais como problema se alimenta das formas de pensá-los. Podemos observar mudanças nas formas de pensá-los que carregam para as políticas sócio-educativas uma visão reducionista das desigualdades. Uma redução frequente: ver as desigualdades como carências de condições de vida, de emprego, de moradia, de saúde, de renda. Desiguais porque carentes de educação, de letramento, de valores, de competências, de hábitos de trabalho. Desiguais pela falta, logo as desigualdades como problema de carências ou naturais, ou históricas a serem reduzidas, compensadas. (ARROYO, 201p, p. 1389)

Logo, compreende-se que a formulação de políticas perpassa a maneira de pensar os sujeitos desiguais e as distintas desigualdades, o analfabetismo funcional e o Estado. Em outras palavras, a forma como se concebe as concepções e funções destes termos e grupos repercute na elaboração de projetos, planos e políticas. Portanto, entender as desigualdades simplesmente como carências que necessitam ser supridas pelo Estado, invoca políticas compensatórias que nada contribuem para transformações da realidade social. Seguindo esta linha de pensamento, se os analfabetos funcionais são carentes de letramento e educação, criar

projetos de alfabetização é o bastante e suficiente para alcançar a igualdade social? Uma vez que consoante Costa e Mendes (2012) “[...] as desigualdades sociais persistem ao longo do tempo, dificultando que os indivíduos das camadas inferiores completem a escolarização formal”. (COSTA, MENDES, 2012, p. 237)

Contudo, entende-se que resumir a desigualdade a carências é conceber que o papel do Estado - suas políticas e instituições - perpassa somente a função de supri-las, com políticas compensatórias, distributivas de competências necessárias a diminuição das desiguais condições de vida, seja de inserção na sociedade letrada, na empregabilidade, na sobrevivência.

No que se refere à concepção dos coletivos desiguais, outra forma de pensamento apontada por Arroyo (2010, p. 1389) é a de que são marginalizados - ou marginais, meio no qual predomina a cultura da pobreza e da miséria. Estar à margem da civilização os tornam desiguais. Neste sentido

Situar as desigualdades como problema nessas carências morais tem alimentado concepções de políticas sócio-educativas e de projetos comprometidos com solucionar essa condição de marginalidade. Tirar esses coletivos da margem, através de pedagogias civilizatórias, moralizadoras, para passá-los da margem da tradição, do atraso, da imoralidade para a modernidade, o progresso, os valores civilizatórios, a racionalidade científica. (ARROYO, 2010, p. 1389-1390)

Portanto, a função do Estado e o papel das instituições escolares seria oferecer uma ponte - uma passarela, como cita Arroyo (2010, p. 1390) que permita a passagem de uma margem para outra, não para que todos os sujeitos tracem indistintamente o percurso, no entanto unicamente aqueles que se esforçaram com êxito possuem o direito de passar. É perceptível observar a “difamação” de um discurso meritocrático que oculta as desigualdades e como tais repercutem na escolarização, nas condições de vida, no acesso ao necessário para a garantia da sobrevivência.

Vale destacar que a pobreza expressa e manifesta as desigualdades de distribuição de renda, um cenário que se intensifica no país. De acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2000, p, 123) vem corroborando uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza nas últimas décadas no Brasil, um país desigual exposto ao desafio histórico de encarar uma herança de injustiça social que exclui uma parcela significativa da população do acesso à mínimas condições de dignidade e cidadania (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000, p. 123). Portanto, as desigualdades de renda são apenas uma das faces da injustiça que existem no país, a pobreza expressa a desigualdade de renda, isto é, a má e injusta distribuição de renda entre a população

brasileira.

Arroyo (2010) observa que as políticas elaboradas para a superação das desigualdades se distanciam de políticas distributivas de competências para subjugar carências de condições de vida e se concentram em políticas compensatórias de carências. Neste sentido, cabe pensar sobre o papel da Educação. De acordo com Arroyo (2010), às políticas sócio-educativas formuladas a partir de uma visão moralista das desigualdades, isto é, visão que reduz os coletivos a marginais considerando-os desiguais em moralidade, compreende que

Mais educação, mais tempo de escola para tirar da marginalidade, para salvar a criança, o adolescente em risco moral, da violência, da droga, da carência de valores nas famílias populares. Não tanto para salvá-los da fome, da miséria extrema, nem sequer de capacitá-los para a empregabilidade (ARROYO, 2010, p. 1390).

Além de uma concepção dos coletivos desiguais como imorais, vista como um atributo da marginalidade, que torna o indivíduo violento, usuário, criminoso, entretanto não implica em resoluções válidas e eficientes, uma vez que esta percepção moralista das desigualdades inviabiliza a formulação de políticas eficazes e também, de certo modo, associa a escolarização - bem como as próprias instituições escolares - a tarefa e responsabilidade de solucionar as questões sociais. Segundo Delgado, Miranda-Ribeiro e Soares (2012) “O ensino brasileiro é desigual e isso repercute em vários aspectos da vida social, contribuindo ainda mais para perpetuar as desigualdades já existentes” (DELGADO, MIRANDA-RIBEIRO, SOARES, 2012, p. 166).

Esta visão moralista vela o óbvio, “[...] as desigualdades são de condições de viver, de emprego, de sobrevivência, de exploração no trabalho até explorações múltiplas do trabalho infanto-juvenil”. (ARROYO, 2010, p. 1390) Os programas e planos possuem limitações, diante do peso da precarização material de suas condições de vida, as políticas elaboradas perpassam uma concepção de desigualdades resumidas à exclusão, denominada por Arroyo (2010, p. 1391) como mais uma forma de ocultamento das desigualdades.

As políticas são voltadas à inclusão, assim o termo “excluídos” ocupa o lugar de desiguais, portanto, os indivíduos não são desiguais, mas excluídos dos bens culturais, das instituições e espaços públicos, não dos bens materiais necessários à vida humana. Logo, o dever do Estado é incluí-los, permitir o acesso dos excluídos, o dever de assegurar o acesso à escola se torna um incentivo, motivo e justificativa repetidamente considerada na elaboração de políticas, atenuando o papel do Estado.

Descaracterizar as desigualdades torna distante erradicá-las pela educação. Destarte, apesar de que a educação não é o único meio para erradicar as desigualdades como questão

social, não é desconsiderada a sua importância neste percurso,

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de **reprodução** da ideologia dominante quanto o seu **desmascaramento**. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas **reprodutora** nem apenas **desmascaradora** da ideologia dominante. (FREIRE, 2002, p. 38, grifo do autor)

A educação não é neutra, sua função transcende a tarefa de reproduzir a ideologia dominante ou de contestá-la, é um erro tratá-la como força que desoculta a realidade sem obstáculos e dificuldades (FREIRE, 2002, p. 38), embora o papel da educação exceda a reprodução ou contestação da ideologia dominante, Freire (2002) tece que na perspectiva dos interesses dominantes, é fato que “[...] a educação deve ser uma prática *imobilizadora* e *ocultadora* de verdades”. (FREIRE, 2002, p. 38) Portanto, a educação como forma de intervenção, conseqüentemente se opõe à imobilização, reprodução e ocultação das desigualdades.

Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta. (FREIRE, 2002, p. 42)

Contudo, cabe citar as considerações de Freire (2002) sobre a educação e a atuação do educador e educadora

[...] se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do "status quo" porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica. (FREIRE, 2002, p. 43)

Arroyo (2010) destaca que há outra face das desigualdades: “Desiguais porque *inconscientes*, pré-políticos, irracionais ou sem a racionalidade crítica, sumidos na consciência pré-política do senso comum, na consciência falsa, em crenças, tradições e misticismos acrílicos” (ARROYO, 2010, p. 1392), estar na condição de inconsciente é estar submetido a cultura do opressor, do dominador, isto é, permanecer nas condições de exclusão e subordinação as diversas formas de desigualdades, questão considerada social na área educacional, vista como uma ameaça à ordem social e escolar. Nesta concepção, o Estado é a

solução para assegurar a ordem por meio de políticas de segurança, domínio e manipulação, no objetivo de manter sob controle a reação dos coletivos desiguais - independente de faixa etária - nos limites suportáveis para a segurança nos campos social, político e escolar.

As desigualdades são produzidas por meio de “[...] padrões de concentração da renda e da terra, de destruição da agricultura familiar, pelo aumento das imigrações, dos aglomerados de moradias precaríssimas, do trabalho informal, da sobrevivência nos limites extremos”. (ARROYO, 2010, p. 1393) As tentativas de ocultar as desigualdades e deslocar a relação Estado, políticas, instituições e desigualdades demonstram-se incapazes de velar a massificação e crescimento da pobreza, a fome, a precarização desumana e severa das condições de vida, o desemprego e o trabalho infantil e adolescente.

Quanto mais as desigualdades se evidenciam, maiores as tentativas de ocultá-las. Nesse sentido, em uma breve alusão à realidade do Brasil, a fome, as condições mínimas de vida e a pobreza surgem como expressão das desigualdades, fatores evidentes e agravantes, tendo em vista os dados de pesquisas realizadas que demonstram o contexto atual do país. O extremo grau de desigualdade distributiva representa o principal determinante da pobreza (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2000, p. 131-132), Barros, Henriques e Mendonça (2000) abordam que

Preservando este olhar econômico sobre o perfil distributivo, podemos supor, a princípio, que quanto maior for a distância entre o valor da renda média dos mais ricos e o valor da renda média dos mais pobres, menos justa deve ser considerada a sociedade. (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2000, p. 132)

Isto posto, os programas de auxílio formulados não são suficientes para superar as desigualdades do país, são necessárias políticas de distribuição equitativas de renda. Considerando que o Brasil não é um país pobre, porém trata-se de um país extremamente desigual, com muitos empobrecidos, tal desigualdade se mantém, se molda e se integra aos diferentes contextos, tornou-se crônico.

Desigualdade que surpreende tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade. Desigualdade extrema que se mantém inerte, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas. Desigualdade que atravessou impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais. (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2000, p. 141)

No que tange ao ideário das desigualdades como ameaça a ordem social, as desigualdades são vistas como questão de polícia, o que implica “[...] o extermínio de adolescentes e jovens, sua classificação como criminosos, violentos, logo, extermináveis.

Indisciplinados como alunos, logo, indignos de permanecer na escola” (ARROYO, 2010, p. 1393).

A categorização dos coletivos desiguais como marginais morais, carentes, excluídos, inconscientes, são incapazes de dar conta das desigualdades, bem como as políticas sócio-educativas distributivas, moralizantes, compensatórias, inclusivas, conscientizadoras. Tais perdem poder de convencimento, são vistas como ineficientes considerando a profundidade e complexidade das desigualdades como questão social. Todavia, devido às consequências sociais das desigualdades, torna-se mais urgente a criação de políticas de controle, do que de convencimento.

A superação do analfabetismo, o aumento da escolarização, para a inclusão, inserção ordeira na cidadania, no trabalho, na ordem social não são vistas como políticas eficazes, dada a urgência do controle das consequências sociais do aumento das desigualdades, até em adolescentes e jovens. (ARROYO, 2010, p. 13894)

À vista disso, compreende-se que propostas voltadas à erradicação do analfabetismo, como foco de estudo deste trabalho, são ineficazes uma vez que são priorizadas políticas de controle social, pois não cabe ao Estado elaborar políticas distributivas de renda, por exemplo; entre outras propostas que buscam a melhoria de qualidade de vida - não apenas o acesso e inclusão. Em outras palavras, políticas que visam suprimir o analfabetismo não serão suficientes para erradicar as desigualdades, tampouco serão eficientes, pois ampliar os anos de escolaridade, garantir o acesso à escola sem assegurar as mínimas condições de vida não são bastantes para a sua superação.

Entretanto, para a formulação de ações e políticas articuladas, capazes de reverter essa complexidade em que as desigualdades educativas são parte e reverter múltiplos padrões de produção, manutenção das injustiças e desigualdades, é necessário romper com o pensamento que considera as desigualdades escolares, educativas, como produtoras de todas as desigualdades sociais, econômicas, dos campos e periferias; uma vez que “[...] as políticas de igualdade de acesso, de permanência na escola básica, em padrões mínimos universais de qualidade, continuam pensadas como redentoras de todas as formas de injustiça e desigualdades”. (ARROYO, 2010, p. 1398)

Uma concepção de políticas educacionais como solução para diminuir as desigualdades, na medida em que capacitam para a inserção no mercado de trabalho. perpassa a uma visão de educação como superadora das desigualdades, neste sentido, capacitar para a empregabilidade, para uma disputa menos desigual dos postos de trabalho. O acesso ao trabalho como redutor das desigualdades é uma das mediações mais destacadas na relação

entre educação e superação. “A inserção social pela educação tem como mediação a inserção no trabalho” (ARROYO, 2010, p. 1398), entretanto essa relação vem se enfraquecendo e se desestabilizando principalmente devido às crises e o aumento do desemprego estrutural.

Segundo o autor, “[...] a crise dessa mediação trabalho-educação é um dos elementos que tocam de maneira mais radical na crise da relação entre políticas educacionais e desigualdades” (ARROYO, 2010, p. 1399), portanto, o trabalho como principal meio para corrigir as desigualdades, se torna margem cruel de aumento e aprofundamento das desigualdades.

O papel da escolarização básica é capacitar indivíduos para uma inserção instável e precária nos trabalhos desqualificados (ARROYO, 2010, p. 1399). Considerando as contribuições de Arroyo (2010) cabe refletir acerca das políticas voltadas à erradicação do analfabetismo em uma concepção de Educação como superadora das desigualdades. Partindo dessa perspectiva, alfabetizar os sujeitos seria o suficiente para melhorar suas condições e qualidade de vida?. Consoante Arroyo (2010)

Enquanto o Estado proclama a universalização do ensino fundamental como superação das desigualdades, sua titulação apenas permite o acesso a empregos desqualificados, elementares, de sobrevivência, reproduzindo e aprofundando as desigualdades, quebrando o vínculo prometido entre escolarização, emprego e igualdade. O trabalho perde a capacidade de mediar a relação entre educação, superação e diminuição das desigualdades e passa a mediar a produção-reprodução e aprofundamento das desigualdades. (ARROYO, 2010, p. 1399)

À medida que a ideia de Educação como única responsável por erradicar as desigualdades é reproduzida às instituições escolares se tornam o foco, no entanto, tal foco não se trata de maiores investimentos, da valorização da escola pública, mas se converteram em alvo para críticas.

A rede pública de ensino atende os maiores números de matrículas no Brasil no que se refere a educação básica. A exemplo, no ano de 2020 o número registrado nas dependências administrativas federal, estadual e municipal foi de 38.504.108 matrículas, cerca de 81.4% do total de matrículas no ano de 2020 (LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS, 2020). Em contrapartida, a rede de ensino apresenta dependências administrativas privada conveniada sem fins lucrativos, privada conveniada com fins lucrativos, privada não conveniada sem fins lucrativos, privada não conveniada com fins lucrativos ou privada sem detalhamento apresenta 8.791.186 de matrículas, isto é, aproximadamente 18.6% do número total, a saber 47.295.294 matrículas (LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS, 2020). Vale ressaltar que o Censo escolar registra uma queda de matrículas de crianças entre

os anos de 2019 e 2021 (BRASIL/ INEP, 2021), o que denota que mais de 650.000 crianças saíram da escola.

O PNAD Contínua (2019) também aponta que

A rede pública de ensino tem atendido a maior parte dos estudantes desde a creche até o ensino médio, sendo, em 2019, responsável por 74,7% dos alunos na creche e pré-escola, 82,0% dos estudantes do ensino fundamental regular e 87,4% do ensino médio regular. Essa preponderância da rede pública nesses cursos é contínua e de um ano para outro a variação tem sido pequena. (IBGE, 2019, p. 5)

Considerando os dados mencionados, é fato que a rede pública de ensino atende a maioria dos estudantes brasileiros, portanto, por vezes é qualificada como causadora da evasão e abandono escolar, avaliada como incapaz de solucionar os problemas sociais, como a violência, a criminalidade, isto porque a escola pública não é qualificada, incompetente para resolver as questões e demais demandas sociais, neste sentido, a melhor resposta é privatizar. No entanto, a escola em si não é responsável pelas taxas de evasão e abandono escolar, uma vez que grande parte dos estudantes saem da escola por motivos extra escolares.

Segundo a pesquisa do PNAD Contínua (IBGE, 2019) “Quando perguntados sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, esses jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário. No Brasil, este contingente chegou a 39,1%”. (IBGE, 2019, p. 10), portanto, vale pensar a função da escola, bem como a relação entre educação e trabalho

O Inaf 2018 permite fazer uma análise detalhada das relações entre Alfabetismo e o contexto de trabalho dos brasileiros entre 15 e 64 anos, evidenciando que 1 em cada 4 trabalhadores brasileiros (25%) podem ser considerados Analfabetos Funcionais. Esta proporção é ainda mais alta dentre os desempregados ou que procuram o 1º emprego. (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 17)

O Inaf (AÇÃO EDUCATIVA, INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018) também cita que a evasão e o abandono escolar são os principais causadores do analfabetismo funcional, tendo em vista que as taxas de alfabetismo se relacionam com a escolaridade.

Contudo, é evidente que o analfabetismo funcional se relaciona com os desafios de permanência a escola, neste sentido, garantir e universalizar o acesso não é suficiente, considerando as demandas sociais na qual os coletivos desiguais estão submetidos, optam por trabalhar para adquirir as condições mínimas de sobrevivência dentro das possibilidades afetadas pelas desigualdades. Porém, se observa que as limitações das desigualdades repercutem na aquisição de um emprego regular. Logo, são excluídos da escola e do mercado

de trabalho, não desiguais porque excluídos, sim excluídos porque desiguais. A gravidade desta realidade implica ambos, os coletivos são desiguais e excluídos.

Os sujeitos sendo incapazes de entrar no mercado de trabalho se encontram nas condições de desiguais e excluídos, o trabalho como meio de integração no sistema de desigualdade se torna meio de reintegração em um sistema de exclusão. Há uma espécie de metamorfose do sistema de desigualdades em sistema de exclusão, o termo "desigualdades" dá lugar a políticas inclusivas, escola, educação inclusiva, currículos inclusivos (ARROYO, 2010, p. 1400).

A educação, de acordo com a lógica do sistema econômico, apresenta a função de inserção e preparação para o mercado de trabalho, entretanto entende-se que a educação sequer consegue garantir a inserção no mercado de trabalho, - tendo em vista que não soluciona o problema do desemprego - bem como, a preparação para o ingresso no mercado de trabalho, considerando que capacita necessariamente para a ocupação de cargos - uma vez que os indivíduos necessitam interromper os estudos e trabalhar para elevar suas condições mínimas de vida.

Esse quadro reflete uma situação generalizada de analfabetismo, o quê, em uma sociedade que exige determinados níveis de capacitação técnica e de estudo para a inserção no mercado de trabalho, acaba por servir à lógica dominante, pois mantém uma reserva de mercado e perpetua a divisão social do trabalho, diferenciando o trabalho manual e intelectual. Podemos entender como ocorre um dos mecanismos de "exclusão" desta sociedade, na qual o sistema educacional figura como o ator principal. (GUZZO, EUZEBIOS FILHO, 2005, p. 4)

Neste sentido, apenas a educação não é capaz de garantir a preparação que o mercado de trabalho exige, compreendendo que a evasão escolar está associada a condições econômicas e sociais (GUZZO, EUZEBIOS FILHO, 2005, p.4), para garantir uma formação não focada na técnica é necessário que os indivíduos possuam condições mínimas para prosseguir nas etapas da educação básica e superior.

Diante da realidade da relação entre o Estado, suas instituições e políticas educacionais e as desigualdades, as promessas redistributivas de competências para o emprego e de reinserção no reino das igualdades perdem potencialidade e credibilidade, torna-se difícil convencer adolescentes, jovens e adultos a frequentar a escola, estar atentos, disciplinados, ter bons rendimentos para adquirir um espaço no mercado de trabalho.

Entretanto, segundo Arroyo (2010) os projetos e políticas sócio-educativas atualmente não propõem a inclusão, mas a não intensificação maior da exclusão. Ambos funcionam como ferramenta de um Estado regulador das desigualdades e da exclusão, por meio de políticas de

gestão que a controlam.

Isto posto, as políticas “[...] se propõem a permitir ou oferecer formas precárias de reinserção social da infância, adolescência e juventude populares, dos excluídos, para minorar seu deslizamento para as formas mais precarizadas de exclusão”. (ARROYO, 2010, p. 1401) Nesse sentido, Arroyo (2010) aborda um movimento nos discursos oficiais que evidencia a redução de um ideário político-pedagógico que se propõe a erradicar ou diminuir as desigualdades, o autor tece que “[...] desde o pré-escolar, o letramento ou o numeramento são pensados para instrumentalizar para a inclusão no mundo letrado ou em empregos precarizados”. (ARROYO, 2010, p.1402)

É mister pesquisar e compreender os processos históricos e redefinir as análises, as concepções, as políticas, a gestão e estratégias político-pedagógicas (ARROYO, 2010, p. 1408), intervindo nas estruturas, rituais e culturas que reproduzem os padrões de desigualdade. (ARROYO, 2010, p. 1410)

Reconhecendo que há padrões de desigualdades, entende-se que há padrões de analfabetismo, em outras palavras, tendo em vista os dados adquiridos em pesquisas realizadas pelo IBGE, infere-se que o analfabetismo possui face, possui raça, classe social e econômica, tendo em vista que os determinantes social, econômico, racial e regional evidenciam a magnitude dos contrastes entre as taxas de analfabetismo funcional e absoluto.

As relações sociais na América se constituíram e se alicerçaram na ideia de raça, neste sentido os indígenas, negros, mestiços e brancos são produzidas como identidades sociais historicamente novas, portanto as identidades raciais, bem como a própria raça, são instrumentos de categorização social básica e se relacionam aos lugares e papéis no que se refere ao mercado de trabalho, por exemplo, bem como aos campos intelectual, moral e cultural. Ademais, entende-se que uma visão da ideia de raça, etnia como forma de conferir legitimidade às relações de superioridade-inferioridade e de dominação. Pensar e destacar tais relações é necessário para a formulação de políticas educacionais, como também é necessário analisar as relações entre as políticas educacionais e as desigualdades (ARROYO, 2010, p. 1409).

Neste sentido, os analfabetos funcionais estão submetidos a esta visão de raça e identidade racial, uma vez que os dados do PNAD (IBGE, 2019), evidenciam as diferenças entre as taxas considerando a categoria cor e raça, o que se nota principalmente quando se analisa os dados, como as desigualdades em suas diversas faces. A exemplo, as taxas de escolarização, o ensino superior, a evasão e abandono escolar, os dados indicados evidenciam as maiores taxas segundo parâmetros de cor e raça, isto ocorre desde a educação básica até o

ensino superior.

Por cor ou raça, o cenário foi ainda mais marcante, visto que 37,9% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando, sendo 29,7% no ensino superior, frente a uma taxa de escolarização de 28,8% das de cor preta ou parda, com apenas 16,1% cursando uma graduação. Adicionalmente, 6,0% dos jovens brancos nessa faixa etária já tinham um diploma de graduação, enquanto, entre os pretos e pardos, 2,8%. (IBGE, 2019, p. 9)

Destarte, apreende-se que é inviável a elaboração de políticas focadas em uma visão de analfabetismo funcional e absoluto apenas no âmbito das desigualdades educacionais e desconsiderem os demais determinantes que condicionam os coletivos desiguais, tendo em vista que as desigualdades educacionais não operam sozinhas para a evasão e abandono escolar, além de outras questões sociais estritamente importantes à educação.

Cabe destacar como condição essencial

[...] reconhecer que as desigualdades e injustiças, as inferiorizações dos coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero e orientação sexual, do campo e das periferias, enfim, a produção dos diferentes em desiguais é uma produção histórica que se deu e se reproduz nas relações políticas racializadas de dominação-subordinação, nos padrões de apropriação-segregação dos bens de produção da existência: o trabalho, a terra, a renda, o espaço com centralidade. (ARROYO, 2010, p. 1414)

A produção dos diferentes em desiguais como produção histórica indica que - na mesma lógica - o analfabetismo é produção histórica. Portanto, faz-se necessário contextualizar historicamente o analfabetismo funcional no país para a melhor compreensão sobre as raízes históricas do objeto de estudo deste trabalho.

### 3.4 O ANALFABETISMO FUNCIONAL E AS DESIGUALDADES NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

Braga e Mazzeu (2017) expõem as raízes históricas e sociais do analfabetismo no Brasil<sup>2</sup>, estritamente o analfabetismo de jovens e adultos a partir dos períodos colonial, imperial e republicano.

No que refere-se ao período colonial, Braga e Mazzeu tecem que a educação da população nativa do país pelos portugueses constituiu-se com a finalidade de domesticar e aculturar os povos nativos visando lucro econômico (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 28). Neste

---

<sup>2</sup> Para mais informações, consulte o artigo completo disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>.

contexto a educação, vulgo o ensino jesuítico, exerceu papel importante para a “domesticação” e “civilização” dos indígenas, além da introdução do Brasil na cultura ocidental, bem como a colonização e a catequização (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 28). Neste período houve a primeira tentativa de alfabetização pela Igreja Católica, que focava nas Sagradas Escrituras, vale ressaltar que as comunidades indígenas na época não desenvolveram sistemas próprios de escrita (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 28).

Destarte, identifica-se que

Desde o trabalho dos jesuítas no Brasil, percebe-se que a educação no país vem se dando de forma desigual e excludente, como componente do processo de divisão das classes sociais. A história registra que, no Brasil Colônia, não houve uma tentativa séria de promover um acordo político e social que complementasse a formação do Estado Nacional, tendo como base um projeto educacional para seu povo até porque, durante esse período, não havia uma concepção de povo, pátria ou nacionalidade, mas sim, uma relação de exploração comercial que legava à educação letrada um papel meramente burocrático no interesse de controle da metrópole sobre a colônia. (SANTOS, SOBRINHO, 2021, p. 80)

No entanto, as instituições escolares passam a focar apenas na educação dos brancos, especificamente os filhos dos colonos, com a negação da possibilidade de ascensão educacional dos nativos (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 29). Embora a linguagem Tupi fosse utilizada como estratégia para comunicação e interação contribuindo para o processo de alfabetização de jovens e adultos - não estabelecida como objetivo das ações políticas no período colonial (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 29), o “pacto colonial” - assim referido pelos autores - restringiu “o acesso a materiais de leitura/escrita e ao uso das línguas nativas” (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 29), uma destas medidas foi a proibição da língua brasílica.

Uma nova modalidade de ensino surge com a expulsão dos jesuítas, período em que a Educação se torna responsabilidade do Estado, desde então verifica-se um período de educação deficiente, sem investimento e abandono das instituições escolares. Portanto, a maior proporção da população “[...] permaneceu à margem de qualquer instrução formal e de acesso à leitura e à escrita” (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 30). Entretanto, com o deslocamento da família real à colônia americana devido às guerras napoleônicas, há um período de mudanças no campo intelectual e educacional, principalmente no Rio de Janeiro (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 30).

No que tange ao período Imperial brasileiro, segundo Braga e Mazzeu (2017) baseando-se em Ribeiro (2003) “Com a Independência do Brasil em 1822, fez-se necessária a elaboração e promulgação de uma Constituição, e esta foi outorgada em 1824. Esse

documento aponta para a necessidade de universalização da “instrução primária” (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 30-31). Portanto, a escolarização que deveria alcançar toda a nação, alcançou apenas os homens livres, pois se tratava de uma sociedade escravocrata, neste contexto a educação não era prioridade.

Consoante Braga e Mazzeu (2017)

Posteriormente, mais especificamente na metade do século XIX, a educação brasileira apresenta déficit em sua qualidade e quantidade devido à insuficiência de recursos, mesmo para as escolas primárias. Faltavam recursos econômicos, metodológicos e de pessoal (principalmente por não ser uma profissão que estimulasse o interesse e por não existir nenhuma preparação específica), fazendo com que o atendimento à população fosse muito limitado. (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 31)

As demandas do sistema capitalista ocasionaram modificações no desenvolvimento econômico que refletiram no campo educacional, neste contexto vale citar Couto Ferraz e sua Reforma, especificamente a reforma do ensino primário e secundário apontados no Decreto nº 1.331-A de 1854. Neste documento verifica-se a abordagem de “[...] temas ligados à educação primária, inspeção escolar e regulação das escolas particulares e da obrigatoriedade de ensino, dentre outros assuntos tratados”. (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 32) Entretanto, o decreto era excludente, pois estabelecia restrições quanto à admissão nas escolas públicas, a exemplo, os escravos, os não vacinados e os que sofressem com enfermidades contagiosas. Dificilmente se viabilizava a alfabetização de jovens e adultos, embora o documento previsse a “instrução para adultos” (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 32).

É possível constatar, portanto, que a instrução primária das crianças, embora fosse constitucionalmente destinada a todas delas, já previa uma exclusão formas da população indígena, escrava e de uma parte das mulheres, originando consequentemente um grande número de pessoas analfabetas, sem que existissem outras ações para alfabetizar essa população, o que estava em consonância com a estrutura agrário-exportadora e escravista do sistema. (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 32)

Apesar da Independência, o modelo colonial de inserção internacional foi conservado, com a produção para o mercado externo focada na pecuária, na agricultura e no extrativismo, contando com a abundância de mão de obra barata e os fartos recursos naturais. Os produtos produzidos não demandavam conhecimento amplo ou uso da linguagem escrita na época.

No Censo realizado em meados de 1872 verifica-se que

Nesse ano, a taxa de analfabetismo para o conjunto do País é de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais, situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o

segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. Tais taxas valeram ao Brasil, na época, a pecha de campeão mundial do analfabetismo. (FERRARO, KREIDLOW, 2004, p. 182)

Através do Decreto nº 7.031-A de 1878 foram criados cursos de alfabetização de adultos (instrução primária) destinados a homens analfabetos com idade mínima de 14 anos da condição de livres ou libertos (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 32). Todavia, nota-se que “[...] a disponibilidade legal da educação de jovens e adultos foi carregada de empecilhos e incentivos à desistência”. (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 33)

Braga e Mazzeu (2017) salientam que neste período percebe-se a criação de instituições escolares de cunho religioso, escolas protestantes, como reflexo do arrefecimento da relação Igreja-Estado.

Dessa forma, nota-se o surgimento de um dos traços que irão marcar, até os dias atuais, muitas iniciativas de alfabetização de jovens e adultos: na ausência de uma atuação efetiva do Estado, surgem ações em conduzidas por instituições de caráter religioso, conferindo ao ensino para jovens e adultos uma dimensão muitas vezes assistencialista (ligada à ideia de caridade cristã). (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 33)

Observa-se um movimento de desresponsabilização do Estado no que se refere ao oferecimento da educação escolar. Ademais, vale acrescentar que “Duas correntes filosóficas influenciaram o cenário político-econômico nesse período final da monarquia: o Liberalismo e o Positivismo” (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 34), além do papel das classes dominantes. No geral, ambos ideários repercutiram na área educacional brasileira.

O analfabetismo, portanto, emergiu no Brasil como uma questão política, não como uma questão econômica. A Lei Saraiva de 1882, do final do Império, e todas as constituições republicanas, excetuada a de 1988, distinguiram-se, sob este aspecto, pelo caráter discriminatório, rotulador e excludente em relação ao analfabeto. O analfabetismo constituiu-se na grande vergonha nacional. O voto foi repetidamente negado aos analfabetos, sob o argumento principalmente de sua “incapacidade”. (FERRARO, KREIDLOW, 2004, p. 184)

Consoante Ferraro e Kreidlow (2004) o analfabetismo surge como questão nacional somente com a reforma eleitoral de 1882, a Lei Saraiva - Decreto nº 3.029 - no qual estabeleceu a proibição do voto do analfabeto (FERRARO, KREIDLOW, 2004, p. 184).

As discussões que destacam o analfabetismo de jovens e adultos no período republicano são extensas e amplas. Portanto o presente trabalho pretende realizar uma breve síntese sobre este período histórico, uma vez que este estudo não visa focar neste viés que pesquisa o analfabetismo em distintos contextos históricos.

No contexto político em que a República foi instaurada, entende-se que há a manutenção da precariedade quantitativa e qualitativa do ensino (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 35). As transformações econômico-sociais que sucederam a partir da década de 1910, exigiam a democratização do regime político e do sistema escolar. Neste ínterim, surgem movimentos de contestação ao capitalismo que foram neutralizados por ideais liberais (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 35).

Os líderes socialistas influenciaram a educação na década de 1910, uma vez que o analfabetismo se apresentava como um obstáculo na propagação de seus ideais de igualdade e justiça. Vale citar que neste período os anarquistas também foram influentes no que se refere à educação. Em 1915 foi criada a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Os avanços destas campanhas contra o analfabetismo contribuíram para avanços em termos qualitativos, colocando o tema em debate na sociedade brasileira (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 35).

De acordo com as contribuições de Santos e Sobrinho (2021)

No Brasil, na década de 1930, o analfabetismo ainda se constituía como um entrave para o desenvolvimento econômico nacional, e foi aí, por pressão internacional, que houve um processo maior de massificação da escola e oferta do ensino público. Contudo, o problema da oferta precária e acrítica da educação desemboca na produção de analfabetos funcionais, pois, ao contrário da ideologia difundida, o objetivo dessa escolarização do trabalhador não visa à sua autonomia, mas sim, à sua instrução mínima para entendimento e execução das tarefas impostas pelas novas tecnologias do capital. (SANTOS, SOBRINHO, 2021, p. 87-88)

Ao longo dos anos, houve a criação e a participação de diversos partidos, movimentos e associações que se posicionaram criticamente contra o analfabetismo e a qualidade do ensino na época, considerando que as taxas evidenciavam a urgência da problemática. A partir deste percurso histórico, nota-se que o analfabetismo funcional é uma questão social que perpassa os períodos e contextos históricos. Embora em 1958 a 1964 houvesse a criação de diversos programas sociais, campanhas e mobilizações dos coletivos desiguais que se interessavam na educação de jovens e adultos (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 38), o analfabetismo não foi erradicado até os dias atuais, o que expressa a profundidade do analfabetismo como questão social. As ondas de mobilizações e campanhas na década de 1960 se relacionavam estritamente com os embates eleitorais. **Dentre os acontecimentos e movimentos populares deste período, vale destacar o surgimento do Método Paulo Freire em 1961.**

**Segundo Santos e Sobrinho (2021) junto às campanhas oficiais de alfabetização, vários movimentos de educação e cultura popular surgiram no país por meio de organizações**

da sociedade civil no período populista desenvolvimentista. Ao contrário de outras iniciativas de alfabetização, esses movimentos foram baseados na teoria do conhecimento do educador Paulo Freire que, na época, era professor da Universidade do Recife e presidiu a Comissão de Cultura Popular, movimento iniciado pelo presidente João Goulart que, na época, anunciou o Programa Nacional de Alfabetização. (SANTOS; SOBRINHO, 2021, p. 88)

Em 1961, no governo de João Goulart, foi publicada a primeira LDB através da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro, entrando em vigor a partir de 1962, como decorrência dessa lei foi criado o Conselho Federal de Educação – CFE, com a participação de Anísio Teixeira que coordenou a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), que tinha entre seus objetivos erradicar o analfabetismo. Essas e outras iniciativas de alfabetização foram interrompidas pela Ditadura Militar, sendo seus principais líderes e representantes presos e exilados. (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 38-39)

No período da ditadura militar, a educação subjugava-se ao modelo econômico do capitalismo de mercado e a alfabetização torna-se apenas questão de método, rompendo com os movimentos de cultura popular iniciados baseados em intelectuais como Paulo Freire. Em 1964 o PNE foi extinto e substituído pela Cruzada de Ação Básica Cristã, através do Decreto nº 53.886. Logo, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização nos anos 1970 - MOBRAL. Ambos constituíam “[...] uma ferramenta de controle político das massas”. Neste contexto, o analfabetismo se agravou (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 39).

Tendo em vista a industrialização e internacionalização da economia, a educação volta-se para atender à necessidade e exigência das empresas por qualificação de mão de obra. Neste contexto,

[...] as reformas institucionais que eram implantadas referiam-se à escolarização/qualificação da população para torná-la mais eficiente e atender às demandas de modernização, objetivando formar um trabalhador obediente e que correspondesse ao exigido pelo mercado de trabalho. (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 39)

O analfabetismo como problemática foi abordado criticamente por distintos governos, além de tratar-se de um dos temas norteadores das diretrizes educacionais (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 40). Além de que a faixa etária da obrigatoriedade do ensino estende-se para crianças de 7 a 14 anos, ainda no longo período da ditadura, o ensino fundamental expandiu-se para 8 anos. O golpe militar que ocasionou na ditadura militar de 1964 foi um período de repressão e autoritarismo que chegou ao fim em 1985. Após a redemocratização do país, foram criadas associações importantes em prol da Educação.

O processo de redemocratização em 1985 e a promulgação da carta constitucional correspondente não foram capazes de garantir o direito à educação para o segmento

da população analfabeta. A conclusão a que se pode chegar é a de que, embora se tenha buscado a democratização do saber, passando-se por discussões, conflitos ideológicos, projetos de integração, de construção de identidade do povo brasileiro e sucessivas reformas no ensino, essa democratização não ocorreu. A cada contexto histórico, reformulam-se os discursos, referendam-se as intenções de desenvolvimento nacional com “inclusão”, e o Brasil chega ao século XXI, trazendo em sua bagagem, os piores índices estatísticos. Junta-se ao índice de analfabetismo o índice dos analfabetos funcionais produzidos pela precariedade da educação brasileira oficial e seu baixo nível de qualidade do ensino. (SANTOS, SOBRINHO, 2021, p. 88-89)

Na década de 1990 a crença que considerava a educação como contribuinte no processo econômico produtivo se manteve. Neste sentido, o ensino voltava-se para a preparação da mão de obra, além de fomentar a competição entre as empresas, era responsável pela garantia de um emprego em um mercado competitivo por meio da “aquisição de ‘capital humano’ ou ‘empregabilidade’” (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 42). Neste contexto, o trabalhador se responsabiliza e se esforça para se especializar e ingressar no mercado de trabalho, deste modo constitui-se uma pedagogia da exclusão, pois caso o trabalhador não se insira no mercado, “sente-se responsável por sua própria exclusão” (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 42).

Os países capitalistas no final do século XX são caracterizados pela hegemonia neoliberal, neste período agências internacionais possuíam o papel de ditar as regras econômicas e políticas. Com a imposição neoliberal do “Consenso de Washington”, o Brasil passou a acatar os ditames do consenso, como: “[...] ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, privatizações de empresas estatais, abertura comercial, fim dos controles tributários que impediam a livre circulação do capital financeiro, reestruturação dos sistemas previdenciários, fiscalização e controle mais rígido dos gastos públicos, estabilidade monetária” (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 42). Obviamente, tais medidas repercutiram de forma prejudicial na instituição de políticas públicas educacionais, as privatizações e ajustes fiscais deterioraram a qualidade do ensino, uma vez que as condições de trabalho na escola pública foram afetadas.

Em 2000, tais medidas resultaram a reprovação de 3 milhões de educandos matriculados na escola pública do ensino fundamental dos 30 milhões matriculados, cabiam aos 27 milhões restantes submeter-se a um mísero processo educacional do ponto de vista do capital cultural clássico, foi um século de políticas educacionais ineficazes e de reformas malsucedidas.

As reformas educacionais implantadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, tratam especialmente do currículo, avaliação, gestão, financiamento e organização escolar. As

modificações postuladas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (9394/96), redefiniram a estrutura da educação básica (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 43). As taxas deste ano evidenciam o quadro de uma educação pública ineficaz, tendo em vista que no ano de 2000, de acordo com os dados do IBGE, o Brasil acumulava 16 milhões de analfabetos dentro da população de 15 anos ou mais, além dos altos índices de abandono e evasão escolar (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 43).

Quando Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência da República no ano de 2003, há a promoção de um conjunto de políticas públicas educacionais e sociais, que ocasionaram em mudanças significativas, como a queda dos índices de desemprego, com o crescimento econômico - nos índices de pobreza extrema, a expansão do mercado de trabalho, bem como a implementação de políticas públicas voltadas aos empobrecidos, o crescimento real da massa salarial em geral e do salário mínimo (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 44). Neste contexto, especificamente em 2005, no que se refere ao analfabetismo, a principal política pública implantada foi o Programa Brasil Alfabetizado. Contudo, vale citar que

[...] esse Programa não gerou alterações significativas nas tendências em relação ao analfabetismo. No período de 2005 a 2015, o número de analfabetos diminuiu em cerca de 2,5 milhões, uma média de 250 mil por ano. Nesse ritmo, para alfabetizar o total de 12,9 milhões de analfabetos existentes atualmente, serão necessários cerca de 50 anos. (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 44)

Portanto, uma breve retomada acerca das raízes do analfabetismo possibilita a compreensão da produção histórica do analfabetismo, como questão social, como um problema crônico no país. Da mesma forma, nota-se uma visão dos analfabetos funcionais e absolutos que os concebe como vergonha nacional (FERRARO, KREIDLOW, 2004, p. 191). A discussão acerca da relação entre o analfabetismo e as desigualdades no Brasil são extensas, entretanto, pesquisar a temática não é suficiente para a superação deste problema, uma vez que os estudos são ignorados na formulação de políticas, além de que tais se negam a superar - sequer discutir - sobre as repercussões das desigualdades.

#### 4. ANÁLISE DOS ESTUDOS QUE TRATAM DO ANALFABETISMO FUNCIONAL E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL.

A seção a seguir objetiva apresentar a análise dos dados coletados, isto é, os trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico, por meio do instrumento de coleta elaborado, tendo em vista o plano metodológico deste estudo. A análise realizada buscou verificar o foco, a tendência e a categoria das obras, aspectos caros à pesquisa.

A produção de novos conhecimentos, os procedimentos rigorosos e a exposição dos resultados são três premissas básicas para a construção de uma pesquisa. Em outros termos, à comunidade científica cabe avaliar se os conhecimentos produzidos em determinado estudo acrescentam algo ao já percorrido. O campo dos procedimentos rigorosos é um critério indispensável a qualquer pesquisa científica, uma vez que diz respeito ao uso de instrumentos e métodos planejados e implantados. A comunicação dos resultados, segundo André (2006), "[...] seria uma condição essencial para que a comunidade pudesse julgar o valor dos conhecimentos produzidos" (ANDRÉ, 2006, p. 10-11).

Cabe citar uma segunda escala de premissas complementares, como a importância de exercer uma visão crítica a respeito da metodologia, das fontes e as formas de trabalho utilizadas pelo pesquisador; “[...] o controle e sistematização na coleta de dados” (ANDRÉ, 2006, p. 11), além da “[...] presença de interpretações segundo teorias reconhecidas e atuais que permitam elaborar uma problemática de discussão” (ANDRÉ, 2006, p. 11).

##### 4.1 TRABALHOS SELECIONADOS

A partir da análise dos instrumentos foi possível verificar 9 tendências nas pesquisas analisadas. A tabela a seguir apresenta os focos no geral e por trabalhos.

**QUADRO 4 - Tendências temáticas dos trabalhos**

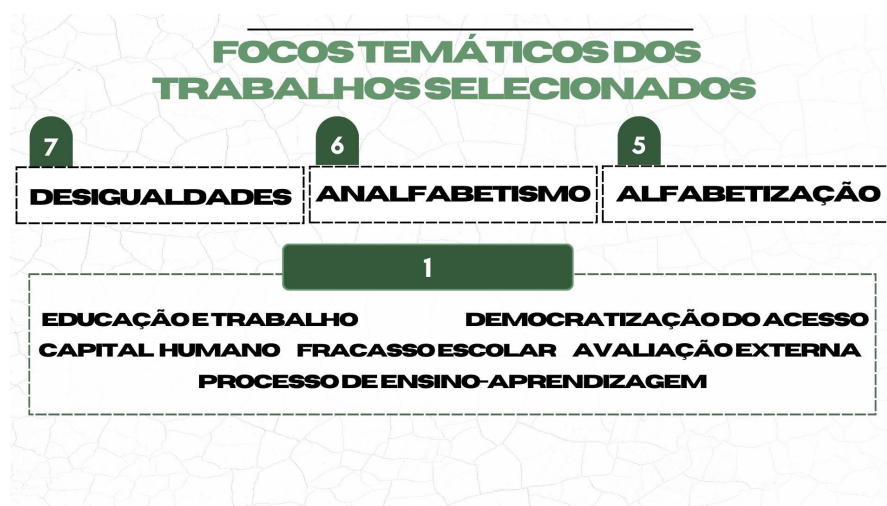
<b>Focos temáticos</b>	
Desigualdades, analfabetismo, alfabetização, educação e trabalho, avaliação externa, processo de ensino-aprendizagem, democratização do acesso, fracasso escolar e capital humano.	
<b>Desigualdades</b>	<p>“Os sistemas de ensino baiano e mineiro: uma análise das desigualdades regionais utilizando indicadores escolares 2007-2009” (COSTA, 2011);</p> <p>“Índices educacionais como preditores da proficiência em ciências: um estudo multinível” (GUSMÃO, 2011);</p> <p>“Evolução e desigualdade na educação brasileira” (CASTRO, 2009);</p> <p>“Letramento: processos educacionais no contexto social e político” (SILVA, AZEVEDO, 2017);</p>

	<p>“Cenários educacionais na contemporaneidade: reflexões a respeito das diferenças e das performances” (SABBI, ROSA, GASCÓN, 2020);</p> <p>“Estratégias de combate às desigualdades sociais na rede municipal de São José” (RAMOS, CARMINAT, 2016);</p>
<b>Analfabetismo</b>	<p>“Alfabetização de adultos na perspectiva de educandos: experiências pessoais e sociais” (GARCIA, 2006);</p> <p>“Analfabetismo: histórico geral e estado do fenômeno na segunda década do século XXI: Um estudo de caso da cidade de Jundiá (SP)” (OLIVEIRA, 2021);</p> <p>“Desigualdades Raciais na Incidência de Analfabetismo no Seio da População Brasileira: Uma Leitura Empírica Baseada nos Indicadores do Censo 2000” (PAIXÃO, 2000);</p> <p>“Desafios da EJA no processo de escolarização: caso do município Três Lagoas - MS” (DEFACCI, RIBEIRO, 2016);</p> <p>“Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região nordeste” (PERES, 2011);</p>
<b>Alfabetização</b>	<p>“Análise da implementação do Projeto Cidadão Nota Dez em Minas Gerais” (CERQUEIRA, 2008);</p> <p>“Cidadania, emancipação e imaginário social: Um estudo sobre as políticas sociais para a alfabetização de jovens e adultos” (PETRÔ, 2009);</p> <p>“Os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização, por mulheres oriundas de Palmeira das Missões - RS” (VIEIRA, 2016);</p> <p>“El nivel de alfabetismo como determinante en la probabilidad de caer en extrema pobreza: Un análisis econométrico para países en general” (ROSAS, 2019);</p> <p>“Alfabetização e analfabetismo no Brasil: algumas reflexões” (MORAIS, ARAÚJO, 2011);</p>
<b>Capital Humano</b>	<p>“Educação e crescimento econômico no Brasil” (CASTILHO, 2003);</p>
<b>Avaliação externa</b>	<p>“Qualidade da Educação: relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região Sul do Brasil” (SOLIGO, 2013).</p>
<b>Educação e Trabalho</b>	<p>“Educação, trabalho e desenvolvimento: Uma complexa relação” (SEGNINI, 2013);</p>
<b>Democratização do Acesso</b>	<p>“A democratização do acesso no ensino superior: um estudo sobre o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e sobre o sistema de reservas de cotas de vagas étnico-raciais” (SILVA, 2007);</p>
<b>Fracasso escolar</b>	<p>“Disposições culturais e analfabetismo no Brasil: histórias de exclusão educacional” (PUPO, 2011);</p>
<b>Processo de ensino-aprendizagem</b>	<p>“Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos” (CARVALHO, 2014).</p>

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Após a identificação das tendências temáticas seguiu-se na categorização das tendências das pesquisas selecionadas e analisadas. A figura abaixo apresenta as tendências descritas anteriormente, além de indicar a quantidade de trabalhos que possuem tais tendências e apresenta três categorias verificadas após a análise dos estudos selecionados.

**FIGURA 2** - Tendências temáticas dos trabalhos



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No trabalho de Pupo (2011), intitulado “Disposições culturais e analfabetismo funcional no Brasil: histórias de exclusão educacional”, a autora traz como foco o fracasso escolar. A pesquisa é um estudo de caso cujo é elaborado a partir de pesquisas com educandos de uma escola voltada a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a dissertação busca analisar os condicionantes que determinaram o fracasso escolar e , conseqüentemente, um fracasso social. Tendo em vista que a EJA surge devido a desigualdades educacionais excludentes, a pesquisa evidencia que além das desigualdades educacionais que correspondem ao ambiente escolar, há as desigualdades sociais. A autora considera a EJA como uma forma de resistência à exclusão escolar, vendo a escola como um espaço de superação das desigualdades sociais.

A pesquisa “Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos” escrita por Carvalho (2013) apresenta o processo de ensino-aprendizagem como foco. O pesquisador aponta o analfabetismo e a educação de jovens e adultos como indicadores que demonstram as desigualdades sociais no país, reforçando a exclusão social. O autor discute sobre a importância de o docente conhecer o educando como medida para um melhor aprendizado, expondo a autobiografia dos discentes como subsídios para os professores, além de indicar o pouco investimento nessa área.

A obra “Alfabetização de adultos na perspectiva de educandos: experiências pessoais e sociais” (2006) é um estudo de Garcia também focado no analfabetismo. A finalidade do trabalho foi investigar quais experiências pessoais e sociais dos alfabetizados adultos se relacionam com o começo da aprendizagem da leitura escrita. A pesquisa apresenta as mudanças pessoais e sociais ocorridas conforme a alfabetização dos educandos, demonstrando experiências positivas com a apropriação da leitura e escrita, afirmando sobre a necessidade de práticas de alfabetização que trabalhem a leitura do mundo e a leitura da palavra,

unindo-as.

A dissertação “Analfabetismo: histórico geral e estado do fenômeno na segunda década do século XXI. Um estudo de caso da cidade de Jundiá (SP)” é uma obra de Oliveira (2021) que possui o analfabetismo como foco, afirma o tema como uma questão vigente atualmente, discorrendo a partir de uma perspectiva histórica, mas voltada para a população do município. O estudo constata que o analfabetismo não atinge somente os idosos, mas afeta igualmente jovens, além de verificar que certo grupo populacional passou pela escolarização e mesmo assim não foi alfabetizado.

Já o trabalho “Os sistemas de ensino baiano e mineiro: Uma análise das desigualdades regionais utilizando indicadores escolares 2007 – 2009” é uma tese de Costa, publicada no ano de 2011 cujo apresenta como foco as desigualdades. A pesquisa objetiva evidenciar as desigualdades educacionais entre Bahia e Minas Gerais, partindo da análise de índices de avaliações nacionais. O estudo verifica que a redução da taxa de fecundidade em ambos Estados vem favorecendo a redução no número de matrículas em todas etapas da educação básica; constata a redução das taxas de analfabetismo e distorção idade-série e o aumento da escolaridade média da população.

A pesquisa “Análise da implementação do projeto Cidadão Nota Dez em Minas Gerais: subsídios para ação”, de Cerqueira (2008), investiga o programa que consiste em um modelo de alfabetização destinado a jovens e adultos, portanto é um trabalho que foca na alfabetização. O estudo de caso parte da análise de depoimentos sobre o projeto constatando certos déficits e evidenciando a existência de diversos desafios na alfabetização de jovens e adultos.

O trabalho “A democratização do acesso ao Ensino Superior um estudo sobre o sistema de reserva de vagas étnico-raciais e sobre o Programa Universidade para Todos” publicado em 2007 por Silva, a autora traz como foco a democratização do acesso. A pesquisa possui como finalidade analisar dois programas destinados à ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Sistema de Cotas, para investigar em que medida o desenho e as estratégias destes permitirão a democratização do ingresso e a redução das desigualdades regionais. A autora investiga diversas Universidades nos Estados brasileiros, demonstrando que o desenvolvimento é um processo dinâmico de melhoria, que implica mudança, evolução, crescimento e avanço da sociedade, apesar deste progresso se dar com base nas desigualdades sociais e regionais.

A pesquisa de Vieira (2016), de nome “Os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização por mulheres oriundas de Palmeira das Missões - RS: O Programa Brasil

Alfabetizado, em Panambi - RS”, possui como foco a alfabetização. O trabalho tem como objetivo compreender os significados conferidos ao projeto de alfabetização com foco em mulheres da zona rural, tecendo a história de vida dessa minoria da população do município, evidenciando os benefícios sociais e pessoais da alfabetização, tendo em vista que a educação é um direito e validando a cidadania como determinante para realização e constituição do ser humano.

O estudo “Índices educacionais como preditores da proficiência em ciências: um estudo multinível”, de Gusmão (2011) foca nas desigualdades e apresenta como finalidade estabelecer relações entre as características dos alunos e das escolas aos resultados do desempenho de Ciências dos alunos da 8ª série do ensino fundamental, além de mostrar como as desigualdades sociais são reproduzidas no sistema educacional com base em Bourdieu e Passeron, a partir do método CHAID. A pesquisa, no geral, evidencia que as variáveis independentes da rede de ensino, capital econômico e cultural, repetência e fazer dever de casa se relacionam estatisticamente com a proficiência média em Ciências, relacionando os resultados aos níveis escolares e ao nível dos estados.

Já a tese de Castilho (2003), intitulada “Educação e crescimento econômico no Brasil”, possui o intuito de analisar o processo de crescimento econômico brasileiro nas duas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito à contribuição da acumulação de capital humano para este processo. Neste sentido, a tese foca no capital humano. A autora aborda as melhorias nos indicadores educacionais do país, porém aponta que a falta de equidade nos diversos níveis educacionais promove grandes desigualdades na sociedade brasileira. A tese declara que

Mais educação não implicou em maior crescimento do país, o que pode significar que o Brasil está acumulando capital humano, porém não fazendo uso adequado deste fator. Ou simplesmente a qualidade da educação oferecida não é suficiente para gerar acúmulo de capital humano; o país pode estar apenas obtendo quantidade e não qualidade educacional. (CASTILHO, 2003, p. 12)

A pesquisa “Cidadania, emancipação e imaginário social: um estudo sobre as políticas sociais para a alfabetização de jovens e adultos”, de Petrô (2003) que apresenta como foco a alfabetização, visa analisar as políticas sociais para a alfabetização do grupo citado, sob a perspectiva conceitual formada por cidadania, emancipação e imaginário social. O estudo identificou novos desenhos que o Programa Brasil Alfabetizado assume nas suas diferentes etapas, conforme a instituição. Indica que a participação nas políticas sociais se relaciona ao desejo por reconhecimento social e para a reconstrução da identidade. No que se refere à

emancipação, foram encontrados desafios, pois mesmo com alterações nas condições de cidadania, não há garantia de fato a emancipação como recriação da realidade.

O artigo “Desigualdades Raciais na Incidência do Analfabetismo no Seio da População Brasileira: Uma leitura empírica baseada nos indicadores do censo 2000” do autor Paixão (2004) possui como foco o analfabetismo. A obra apresenta uma análise do analfabetismo e do analfabetismo funcional em sujeitos acima de 15 anos de idade. Os resultados da investigação mostram uma assimetria no que diz respeito a população afrodescendente comparado a população branca, o trabalho se propõe a discorrer sobre as barreiras raciais e desigualdades de renda, como justificativa aos dados obtidos.

O texto “Letramento: processos educacionais no contexto social e político” escrito por Silva e Azevedo (2017) foca nas desigualdades. As autoras expõem ponderações sobre uma pesquisa em desenvolvimento que busca identificar e catalogar artigos sobre a temática letramento em periódicos brasileiros. No geral, o artigo considera viável discutir a relação letramento e desigualdades sociais na contemporaneidade, propondo mostrar o embate entre as formas “sutis” de manutenção da estrutura excludente em políticas públicas de inclusão.

O artigo de Deffacci (2016), “Desafios da EJA no processo de escolarização: O caso do Município de Três Lagoas - MS” que apresenta o analfabetismo como foco, objetiva abordar o analfabetismo em torno da Educação de Jovens e Adultos, fazendo uma reflexão em torno da modalidade no Brasil, especificamente na cidade destacada no título. Ao final, o autor ressalta a importância de considerar as individualidades dos educandos e seu arcabouço teórico, histórico, social e pessoal, observações que implicam no desenvolvimento nas relações entre professor-aluno e nas atividades pedagógicas.

Já o texto “Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste”, produzido por Peres (2011), tem como intuito investigar a relação entre velhice e analfabetismo principalmente nas regiões que se localizam no Nordeste do país. O artigo, que foca no analfabetismo, evidencia e descreve características da população mais atingida pela problemática, estabelecendo relação entre latifúndio e analfabetismo, além de observar a inexistência de políticas educacionais direcionadas à velhice e ao analfabetismo nas leis que se referem e destinam-se à Educação.

No artigo da autoria de Sabbi, Rosa e Gascón intitulado “Cenários educacionais na contemporaneidade: reflexões a respeito das diferenças e das performances” publicado em 2020, os autores trazem como foco as desigualdades. A pesquisa possui como objetivo identificar os elementos mais relevantes que fomentam desigualdades educacionais, com base em uma avaliação crítica aos relatórios do PISA. Tendo em vista os resultados e o contexto

internacional, o estudo verifica diferenças de desempenho em educação no Brasil, comparando-as com outros países, considera-se que acima de qualquer tipo de ação, há o foco.

O artigo “El nivel de alfabetismo como determinante en la probabilidad de caer en extrema pobreza: Un análisis econométrico para países en general” é um texto de Rosas, Muñoz e Chiatchoua, produzido no ano de 2019, cujo apresenta como foco a alfabetização. A obra visa mostrar como o indicador educação, apresentado como o nível de alfabetização, é decisivo para a redução da pobreza. O resultado mais relevante do trabalho, conforme os autores, foi a constatação de que um país de maior renda possui mais oportunidades de erradicar a probabilidade de cair na extrema pobreza, por meio da alfabetização, do que um país de baixa renda.

Já a obra de Morais e Araújo (2010) "Alfabetização e analfabetismo no Brasil: algumas reflexões” tem como objetivo expor ponderações sobre a alfabetização no país, ao longo do tempo. A pesquisa foca, portanto, na alfabetização. No artigo as autoras discorrem acerca da existência de leis a favor da alfabetização e passagens de obras literárias, demonstrando como os condicionantes de classe e renda influenciam o processo de alfabetização de modo que se verifica uma tendência de má qualidade de educação oferecida aos empobrecidos.

No texto “Estratégias de combate às desigualdades sociais na rede municipal de São José” redigido por Ramos e Carminati (2016), os autores trazem as desigualdades como foco. A pesquisa apresenta como intuito estudar os projetos educacionais realizados na cidade destacada e suas implicações nas mudanças sociais, levando em consideração os conceitos de Bourdieu. O artigo constata a finalidade do projeto em reproduzir as desigualdades, além de manter as relações de dominância e posições de privilégio entre entidades, propondo estratégias de intervenção, citando como exemplo outros projetos que se baseiam em ideias transformadoras.

O artigo de Segnini (1998), “Educação, trabalho e desenvolvimento: Uma complexa relação!”, que foca na educação e trabalho, objetiva questionar a relação direta que tem sido estabelecida entre educação, trabalho e desenvolvimento, contrapondo-se a políticas vigentes na época. O estudo sustenta que o entendimento de que a qualificação para o trabalho é uma relação social, cujo transcende a escolaridade e a formação profissional, ou seja, relação social demarcada por um sistema capitalista, desigual e que tal qualificação expressa relações de poder. A educação é vista, pelo autor, como fundamental para a transformação da realidade.

E por fim, o trabalho “Evolução e desigualdades na educação brasileira” autoria de Castro (2009) possui como foco as desigualdades. O estudo apresenta o avanço das desigualdades educacionais, entendendo que as desigualdades na educação como um problema relevante que intensifica as desigualdades sociais. Após as pesquisas realizadas, o estudo evidencia que apesar da ampliação do acesso à educação infantil, há baixo acúmulo no processo de escolarização, ainda persistindo alta taxa de analfabetismo no país. O artigo também considera os déficits no Ensino Médio e as desigualdades regionais e de renda como aspectos que perpassam a problemática, potencializando-a.

A partir das tendências chegou-se a três categorias centrais orientativas, sendo estas: desigualdades, analfabetismo e alfabetização. A tabela abaixo indica os trabalhos selecionados, organizados de acordo com as suas respectivas categorias.

**QUADRO 5 - A categoria Alfabetização**

<b>Título</b>	<b>Autor(a) e ano</b>	<b>Contribuições</b>
Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos	Adenivan Mendes Carvalho, 2014	A alfabetização se insere nos problemas econômicos e sociais, portanto deve transcender a finalidade de simplesmente compor o mercado de trabalho.
Análise da Implementação do Projeto Cidadão Nota Dez em Minas Gerais	Carla Renata Lima Campos da Gama Cerqueira, 2008	A alfabetização, Educação no geral, como um dos aspectos para se superar as desigualdades. O analfabetismo como a falha de um direito essencial.
Cidadania, emancipação e imaginário social: Um estudo sobre as políticas sociais para a alfabetização de jovens e adultos	Vanessa Petrô, 2009	Direito à alfabetização não garantido. Relação entre alfabetização e cidadania. A alfabetização de jovens e adultos como uma forma de sanar uma dívida com uma parcela da população que não teve acesso à educação na idade apropriada.
Os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização, por mulheres oriundas de Palmeira das Missões - RS	Naira Aparecida de Oliveira Vieira, 2016	A expansão da escolaridade repercute na expansão da alfabetização.
El nivel de alfabetismo como determinante en la probabilidad de caer en extrema pobreza	Luiz Antônio Andrade Rosas, Alma Cossette Guadarrama Muñoz, Cesaire Chiatchoua, 2019	O nível de alfabetização relaciona-se com a redução da pobreza.
Alfabetização e analfabetismo no Brasil: algumas reflexões	Jaqueline de Fátima dos Santos Morais, Mairce da Silva Araújo, 2011	As fontes do fracasso escolar do país na alfabetização perpassam às desigualdades em suas distintas faces e dimensões intraescolares e extraescolares. É necessário romper com concepções hegemônicas de alfabetização.

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Em síntese, os trabalhos tecem acerca da alfabetização como problemática inserida em questões das dimensões extraescolares, portanto, além dos elementos intraescolares. A alfabetização - a Educação no geral - deve possuir um caráter contestador, mobilizador e superador das desigualdades, rompendo com uma concepção de alfabetização como preparação de massa de manobra e mão-de-obra barata. A Educação deve estar para além disso.

**QUADRO 6 - A categoria Analfabetismo**

<b>Título</b>	<b>Autor(a) e ano</b>	<b>Contribuições</b>
Alfabetização de adultos na perspectiva de educandos: experiências pessoais e sociais	Stella de Lourdes Garcia, 2006.	O analfabetismo se relaciona diretamente às experiências de desigualdades presentes na sociedade brasileira.
Analfabetismo: histórico geral e estado do fenômeno na segunda década do século XXI. Um estudo de caso da cidade de Jundiá	Rodrigo dos Santos Oliveira, 2021.	Reitera a relevância da temática do analfabetismo funcional, a partir de dados quantitativos.
Desigualdades Raciais na Incidência do Analfabetismo no Seio da População Brasileira: Uma Leitura Empírica Baseada nos Indicadores do Censos 2000	Marcelo Paixão, 2004.	O analfabetismo como um dos maiores temas nacionais. O analfabetismo é mais intenso entre empobrecidos e negros.
Desafios da EJA no processo de escolarização: caso do município Três Lagoas - MS	Fabício Deffacci, Gabrielly Ribeiro, 2016.	O analfabetismo parte de uma problemática social maior. As contribuições da Educação de Jovens e Adultos para a redução do analfabetismo rudimentar e funcional.
Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região nordeste	Marcos Augusto de Castro Peres, 2011.	O analfabetismo como um dos exemplos mais graves de exclusão educacional e social. O analfabetismo se projeta, sobretudo, como uma problemática social que compreende os impasses no acesso à educação. Considera-se a ausência de políticas públicas a ele relacionadas.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

No geral, com base na análise dos trabalhos, entende-se o analfabetismo como questão histórica social do país, que se relaciona com as desigualdades, uma vez que é mais profundo entre sujeitos de determinada classe social e econômica, racial e étnica, região e sexo. Por fim, é possível apreender o analfabetismo como um dos exemplos alarmantes não apenas da exclusão, mas das desigualdades.

A categoria “desigualdades” é a que abrange o maior número de pesquisas

selecionadas, conforme abaixo.

**QUADRO 7 - A categoria Desigualdades**

<b>Título</b>	<b>Autor(a) e ano</b>	<b>Contribuições</b>
Disposições culturais e analfabetismo no Brasil: histórias de exclusão educacional	Vanessa de Oliveira Pupo, 2011.	Há elementos culturais e socioeconômicos que repercutem nas taxas de analfabetismo funcional. A escolarização é somente uma das relações sociais das quais os analfabetos funcionais estão excluídos, o aprofundamento dessa exclusão é marcado pelas desigualdades.
Os sistemas de ensino baiano e mineiro: uma análise das desigualdades regionais utilizando indicadores escolares 2007-2009	Claúdia Cristina Caxias da Costa, 2011.	A concepção transformadora de Educação. Subsistência das desigualdades no interior das instituições escolares, entre os estudantes, entre as classes, entre as regiões e localidades. As desigualdades são produzidas em suas distintas dimensões e reforçam-se entre si.
Qualidade da Educação: relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte na Região Sul do Brasil	Valdecir Soligo, 2013.	O cerne das políticas educacionais - nas questões macrossociais, (os fatores socioeconômicos e étnico-raciais) como produtoras das desigualdades de aprendizagem escolar - ou as questões microssociais (sala de aula, as relações pedagógicas, os recursos e metodologias). Os aspectos socioeconômicos do ambiente de origem, gênero, deficiências, raça e etnias, potencializam as desigualdades e devem ser considerados na elaboração de políticas.
Educação e crescimento econômico no Brasil	Mara Lucy Castilho, 2003.	As desigualdades permanecem estáveis e intensas, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais. Relação pobreza e desigualdades.
A democratização do acesso no ensino superior: um estudo sobre o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e sobre o sistema de reservas de cotas de vagas étnico-raciais	Fabiana Carvalho da Silva, 2007.	O Brasil como um país extremamente desigual. Desigualdade como característica permanente de sua estrutura econômica e social. Desigualdades repercutem na educação em suas distintas dimensões. Se as desigualdades repercutem na democratização do acesso, elas interferem na própria democracia.
Índices educacionais como preditores da proficiência em ciências: um estudo multinível	Fábio Alexandre Ferreira Gusmão, 2011.	As históricas desigualdades sociais, educacionais e econômicas são reproduzidas e legitimadas no sistema educacional. A qualidade da educação disponível para os empobrecidos revela as desigualdades. As desigualdades afetam o desempenho dos educandos.
Evolução e desigualdade na educação brasileira	Jorge Abrahão de Castro, 2009.	A desigualdade educacional como um dos principais problemas que potencializam a manutenção das enormes desigualdades sociais enfrentadas pela população brasileira.
Letramento: processos educacionais no contexto social e político	Marcos Antônio Batista da Silva e Cleomar Azevedo, 2017.	A exclusão de negros e indígenas da educação escolarizada em razão das desigualdades históricas, entre elas, as raciais.

Cenários educacionais na contemporaneidade: reflexões a respeito das diferenças e performances	Carlos Alberto Sabbi, Antônio Geraldo da Rosa, Agustín de la Herrán Gascón, 2020.	As desigualdades, sob os mais diversos aspectos, é um dos problemas históricos da humanidade e, principalmente, no Brasil. País que possui um dos maiores índices de desigualdades do planeta.
Educação, trabalho e desenvolvimento: Uma complexa relação	Liliana Rolfsen Petrilli Segnini, 1998.	É viável abordar a relação Trabalho e Educação - e a formação profissional - tendo em vista que às últimas são conferidas funções sobretudo instrumentais. Tais relações são mediadas por questões sociais não resolvidas, como as profundas desigualdades e o analfabetismo.
Estratégias de combate às desigualdades sociais na rede municipal de São José	Karine Rodrigues Ramos Celso João Carminati, 2016.	A impossibilidade de conceber as desigualdades escolares apenas como fruto de diferenças naturais entre os sujeitos. Contestar o sistema educacional como um fator de mobilidade social, uma vez que o sistema escolar fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, naturalizando-as, ele é um dos elementos mais eficientes de conservação social.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Sucintamente, as obras convergem por abordar as desigualdades como estáveis, intensas e permanentes, indicando que há fatores que as reproduzem e as mantêm. As desigualdades em suas faces relacionam-se entre si e entre a Educação, uma vez que verifica-se que elas repercutem no acesso, na escolarização em si e na aprendizagem, por exemplo. Contudo, vale ressaltar que a visão de desigualdades abordada e concebida nesta pesquisa, trata-se de uma concepção que considera o período após Constituição Federal de 1988, tendo em vista que esta é de suma importância para compreender alguns dos direitos da população brasileira, sobretudo, dos coletivos desiguais e dos analfabetos funcionais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo geral identificar as implicações entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, visando contemplar a problemática desta pesquisa que se propõe a pensar - e tecer considerações sobre - quais as relações estabelecidas entre o analfabetismo funcional e as desigualdades. Os trabalhos encontrados, sobretudo os selecionados, possibilitaram refletir acerca da relação entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no país, objetos de estudo desta pesquisa.

A primeira seção é a introdução deste estudo, cuja finalidade foi apresentar a temática, a problemática, o objetivo geral e específicos, a metodologia utilizada e a relevância do tema. Foi mencionado dados quantitativos sobre as repercussões da Pandemia na renda e na educação, principalmente em crianças e adolescentes.

A segunda seção que trata do levantamento bibliográfico buscou mapear os estudos que tratam das repercussões do analfabetismo funcional e sua relação com as desigualdades sociais, descrevendo o percurso do mapeamento e apontando os dados encontrados. Vale destacar a carência de estudos que se voltam ao contexto pandêmico, principalmente, no que se refere ao analfabetismo funcional.

A terceira seção propôs compor conceitos e características que tratem do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, iniciando a discussão pelo conceito de alfabetização, seguido por conceituações de analfabetismo e analfabetismo funcional. Nessa mesma seção foi abordada a questão das desigualdades fundamentando-se em teóricos e utilizando dados quantitativos. Por fim, foi tecido de forma breve um percurso histórico do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, com base nos períodos desenvolvidos por Braga e Mazzeu (2017).

A quarta seção se dispôs a analisar o que os trabalhos selecionados tratam acerca da desigualdade social e do analfabetismo funcional e suas relações. Os resultados obtidos evidenciam a relação intrínseca entre esses objetos, bem como a persistência do analfabetismo como problema social, o elevado contingente de analfabetos rudimentares e funcionais, a magnitude das condições de desigualdades evidenciadas com base no acúmulo de escolarização entre enriquecidos e empobrecidos, regiões, raças e faixas etárias. Portanto, é notável a relação substantiva entre esses determinantes e as condições educacionais.

Tendo em vista o que foi exposto ao longo das seções - desde o referencial teórico em conjunto com os dados qualitativos à análise das pesquisas selecionadas - é possível (re)afirmar as relações entre analfabetismo funcional e as desigualdades. Bem como é viável e

concebível considerar uma concepção de analfabetismo funcional como consequência da falha do processo de alfabetização e, principalmente, do letramento - uma vez que é concebido como analfabeto funcional o sujeito que passa por etapas de escolarização e não é alfabetizado funcionalmente. Todavia, o analfabetismo funcional não denota apenas os determinantes e problemas intraescolares, ele é repercussão de determinantes sociais, históricos, de raça e gênero nos quais os sujeitos desiguais estão condicionados. Estes determinantes e condicionantes são as principais causas da interrupção do processo de alfabetização, no geral, da escolarização. Deste modo, é possível - novamente - reiterar as relações existentes entre as desigualdades sociais e o analfabetismo funcional.

Ao considerar as contribuições dos trabalhos analisados neste estudo, é plausível observar as relações entre as categorias elaboradas - alfabetização, analfabetismo e desigualdades - bem como ampliá-las ao Mundo do Trabalho, ao Neoliberalismo, por exemplo. Deste modo, infere-se que a realidade de extrema desigualdade no seio do Brasil afeta a Educação em todas as suas etapas e modalidades.

Ao finalizar este estudo, compreende-se que distintos fatores influenciam a exclusão dos indivíduos na educação básica e, conseqüentemente, relacionam-se e repercutem nas taxas de analfabetismo funcional. O problema do analfabetismo no Brasil se relaciona com as desigualdades e afeta de forma absolutamente assimétrica os distintos coletivos. Neste sentido, o analfabetismo assinala a desigualdade social no Brasil. Portanto, se as desigualdades possuem distintas faces, o analfabetismo funcional também possui.

Destarte, vale incitar a reflexão sobre a função estabelecida para a Educação no contexto atual. O analfabetismo funcional não é responsabilidade pessoal dos analfabetos, tendo em vista que trata-se de um problema atrelado às condições de vida. A Educação é direito, não um favor, e a falha na garantia dos direitos implica o caráter da própria democracia.

Se a relação desigualdade e educação é permanente, tampouco o analfabetismo está próximo de sua erradicação. Nesse sentido, e analisando os achados da pesquisa à luz da atualidade, vale assinalar que até a data de publicação desta pesquisa, não foram encontradas produções acadêmicas que abordam as repercussões do contexto pandêmico no processo de alfabetização e letramento e/ou das desigualdades, no geral, voltadas a área educacional; entretanto, é notório o agravamento de ambos. Portanto, isto evidencia a vigência e urgência da problemática na sociedade brasileira. A presente pesquisa apenas foi o esboço de um estudo que deve ser aprofundado, uma vez que o analfabetismo funcional não foi superado e as desigualdades não foram solucionadas. Enquanto houver a reprodução e manutenção das

desigualdades em suas distintas faces, haverá a reprodução e manutenção do analfabetismo funcional.

Contudo, o trabalho realizado indica que as discussões sobre os objetos de estudo não se esgotaram e necessitam ser investigados com profundidade, tendo em vista o agravamento das exclusões e desigualdades sociais, raciais e educacionais devido a Pandemia de Covid-19, além da não superação das desigualdades e do analfabetismo. Neste sentido, esse estudo propõe incentivar o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao contexto pandêmico, seja focando nas perdas no âmbito da Educação e/ou nas acentuadas desigualdades, de modo a pensar as políticas e os rumos da Educação brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF Brasil 2018**: resultados preliminares. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018.

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **5o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional**: Um diagnóstico para a inclusão social pela educação [Avaliação de Leitura e Escrita]. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2005.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em Educação**: desafios contemporâneos. Pesquisa em educação ambiental, v. 1, n. 1, p. 43-57, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6112>. Acesso em: 09 jul. 2022.

ARROYO, M. G. **Políticas educacionais e desigualdades**: à procura de novos significados. Educação & Sociedade [online] v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017>. DOI 10.1590/S0101-73302010000400017. Acesso em: 5 ago. 2022.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online] v. 15, n. 4, p. 123-142, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>. DOI 10.1590/S0102-69092000000100009. Acesso em 5 ago. 2022.

BORGES, H. S.; SILVA, H. B. da. **Elementos essenciais do projeto e do relatório científico na pesquisa em educação**. Revista Amazônica de Ensino de Ciências, v. 4, n. 7, p. 34-47, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/22>. Acesso em: 9 jul. 2022.

BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 24-46, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília - DF, 2013. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2013/livreto\\_ANA\\_online.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf). Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília - DF, 2015. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano\\_nacional\\_de\\_educacao/plano\\_nacional\\_de\\_educacao\\_pne\\_2014\\_2024\\_linha\\_de\\_base.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico**: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf). Acesso em: 17 set. 2022.

CASTILHO, M. L. **Educação e crescimento econômico no Brasil**, 2003. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2003. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/8986>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CASTRO, J. A. de;. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade** [online], v. 30, n. 108, p. 673-697, 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/abstract/?lang=pt#ModalArticle>. Acesso em: 8 jul. 2022.

CARVALHO, A. M. **Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos**. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25314>. Acesso em: 6 jun. 2022.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al* (Orgs.) **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2010, p. 295 – 316.

CERQUEIRA, C. R. L. C.da G. **Análise da implementação do Projeto Cidadão Nota Dez em Minas Gerais**: subsídios para ação. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008. Disponível em <http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/237>. Acesso em: 6 jun. 2022.

COSTA, B. L. D.; MENDES, I. A. A. Família e desempenho escolar em Minas Gerais: recursos familiares e defasagem escolar. In: FAHEL, M.; RAMBLA, X.; LAZZAROTTI, B.; BRONZO, C. (Orgs.) **Desigualdades Educacionais e Pobreza**, Belo Horizonte: MG, Editora PUC Minas, 2012, p. 233-253. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Fahel/publication/275716297\\_Desiguadades\\_Educacionais\\_Pobreza/links/5575a3c108aeacff1ffcffbd/Desiguadades-Educacionais-Pobreza.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Fahel/publication/275716297_Desiguadades_Educacionais_Pobreza/links/5575a3c108aeacff1ffcffbd/Desiguadades-Educacionais-Pobreza.pdf). Acesso em: 12 dez. 2022.

COSTA, C. C. C. da. **Os sistemas de ensino baiano e mineiro: uma análise das desigualdades regionais indicadores escolares 2007-2009**, 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial\\_CostaCCR\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_CostaCCR_1.pdf). Acesso em: 6 jun. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**. Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: RS, Artmed, 2010.

DELGADO, V. M. S.; MIRANDA-RIBEIRO, A.; SOARES, J. F. Desigualdade escolar e desempenho, In: FAHEL, M.; RAMBLA, X.; LAZZAROTTI, B.; BRONZO, C. (Orgs.) **Desigualdades Educacionais e Pobreza**, Belo Horizonte: MG, Editora PUC Minas, 2012, p. 163-208. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Fahel/publication/275716297\\_Desiguadades\\_Educacionais\\_Pobreza/links/5575a3c108aeacff1ffcffbd/Desiguadades-Educacionais-Pobreza.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Fahel/publication/275716297_Desiguadades_Educacionais_Pobreza/links/5575a3c108aeacff1ffcffbd/Desiguadades-Educacionais-Pobreza.pdf). Acesso em: 12 dez. 2022.

DEFFACCI, F.; RIBEIRO, G. Desafios da EJA no processo de escolarização: caso do município de Três Lagoas-MS. **Educ. Form.**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 89–103, 2016. DOI: 10.25053/edufor.v1i2.1891. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/102>. Acesso em: 3 jul. 2022.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M.C (Orgs.). **Pesquisa social**, 21. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2002, p. 31-50.

DINIZ, G.; MACHADO, D. de Q. e MOURA, H. J. de. Políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil: uma investigação sobre a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 48, n. 3, p. 641-666, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-76121514>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121514>. Acesso em: 4 set. 2022.

DUFFY, B. Análise de evidências documentais. In: BELL, Judith. **Projeto de Pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Tradução: Magda França Lopes. 4. ed. Porto Alegre: RS, Artmed, 2008, p. 107 - 121

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401>. Acesso em: 7 jan. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARCIA, S. de L. **Alfabetização de adultos na perspectiva de educandos: experiências pessoais e sociais**, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2800>. Acesso em: 6 jun. 2022.

GONTIJO, C. M. M. **Letramento**: os desafios do ensino. Caxias do Sul: RS, Conjectura, 2009, v. 14, n. 2, p. 13-30.

GUSMÃO, F. A. F. **Índices educacionais como preditores da proficiência em ciências: um estudo multinível**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16018>. Acesso em: 6 jun. 2022.

GUZZO, R. S. L.; EUZEBIOS FILHO, A. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educacionais**, Ibitaré, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso). acessos em 07 jan. 2023.

HADDAD, S.; SIQUEIRA, F. ANALFABETISMO ENTRE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Vitória, v. 1, n. 2, 2016. DOI <https://doi.org/10.47249/rba.2015.v1.81>, Disponível em <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/81>. Acesso em: 8 ago.

2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019**: Educação 2019. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em: 10 jul. 2022.

KERSTENETZKY, C. L. Por que se importar com a desigualdade. **Dados** [online], v. 45, n. 4, p. 649-675, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400004>. Acesso em: 22 dez. 2022.

LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS. Plataforma de Dados Educacionais: indicador de número de matrículas. LDE, 2020. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>. Acesso em: 12 dez. 2022.

LIMA, T. C. S. De; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, [s.l.], v. 10, n. Especial, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.

MENDONÇA, P. B. de O. **A metodologia científica em pesquisas educacionais**: pensar e fazer ciência. Interfaces Científicas [s.l.], v. 5, n. 3, p. 87-96, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4020>. Acesso em: 9 jul. 2022.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. (Orgs.). **Pesquisa social**, 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 9-29.

MORAIS, J. de F. dos S.; ARAÚJO, M. da S. Alfabetização e analfabetismo no Brasil: algumas reflexões. **Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa** [s.l.], v. 5, n. 9, p. 105-120, 2011. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.1980-7686.v5i9p105-120>. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11569>. Acesso em: 3 jul. 2022.

NETO, M. de A. A expansão e a persistência das desigualdades no sistema de ensino superior no Brasil. In: FAHEL, M.; RAMBLA, X.; LAZZAROTTI, B.; BRONZO, C. (Orgs.) **Desigualdades Educacionais e Pobreza**, Belo Horizonte: MG, Editora PUC Minas, 2012, p. 49 - 66. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Fahel/publication/275716297\\_Desiguadades\\_Educacionais\\_Pobreza/links/5575a3c108aeacff1ffcffbd/Desiguadades-Educacionais-Pobreza.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Fahel/publication/275716297_Desiguadades_Educacionais_Pobreza/links/5575a3c108aeacff1ffcffbd/Desiguadades-Educacionais-Pobreza.pdf). Acesso em: 12 dez. 2022.

OCDE. **A Educação no Brasil**: Uma perspectiva internacional, 2021. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil\\_uma-perspectiva-internacional.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf). Acesso em: 12 nov. 2022.

OLIVEIRA, R. dos S. **Analfabetismo**: histórico geral e estado do fenômeno na segunda década do século XXI. Um estudo de caso da cidade de Jundiá (SP), 2021. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641909>. Acesso em: 6 jun. 2022.

PAIXÃO, M. Desigualdades Raciais na Incidência do Analfabetismo no Seio da População

Brasileira: Uma Leitura Empírica Baseada nos Indicadores do Censo 2000. **Libertas**, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p.132 - 150. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18136>. Acesso em: 5 jul. 2022.

PETRÔ, V. **Cidadania, emancipação e imaginário social**: Um estudo sobre as políticas sociais para a alfabetização de jovens e adultos, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4661>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PERES, M. A. de C. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região nordeste. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 631-662, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922011000300011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/FzpMmtCqpRNfzPFxbKHfd9D/#ModalArticles>. Acesso em: 03 jul. 2022.

PUPO, V. de O. **Disposições culturais e analfabetismo no Brasil: histórias de exclusão educacional**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI 10.11606/D.48.2011.de-10082011-133529. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-133529/pt-br.php>. Acesso em: 22 jun. 2022.

RAMOS, K. R.; CARMINATI, C. J. Estratégias de combate às desigualdades sociais na rede municipal de São José. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. 3, p. 1557–1567, 2016. DOI: 10.21723/riaee.v11.n3.6578. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/>. Acesso em: 3 jul. 2022.

RIBEIRO, V. M. Alfabetismo Funcional: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & Sociedade** [online], v. 18, n. 6, p. 144-158, 1997. DOI 10.1590/S0101-73301997000300009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000300009>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ROSAS, L. A. A.; MUNÓZ, A. C. G.; CHIATCHOUA, C. &ldquo;El nivel de alfabetismo como determinante en la probabilidad de caer en extrema pobreza: Un análisis econométrico para países en general. **Boletín Científico Sapiens Research**, [s. l.], vol. 9, no. 1, p. 3-9, 2019. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7320804>. Acesso em: 3 jul. 2022.

SABBI, C. R.; ROSA, G. A. da; GASCÓN, A. de la H. Cenários educacionais na contemporaneidade: reflexões a respeito das diferenças e das performances. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 2, p. 682 - 696, 2020. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/6198/619865689022/html/>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SANTOS, J. R. S. dos; SOBRINHO, T. B. L. Escola, educação básica e analfabetismo estrutural no Brasil: a negação da escola aos trabalhadores. **EJA em Debate**, Santa Catarina, n. 17, p. 76-96, 2021.

SEGNINI, L. R. P. Educação, trabalho e desenvolvimento: Uma complexa relação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 6, p. 14-46, 2013. DOI

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003>. Disponível em:  
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9165>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SILVA, F. C. da. **A democratização do acesso ao ensino superior: um estudo sobre o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e sobre o sistema de reservas de cotas de vagas étnico-raciais**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3355>. Acesso em: 6 jun. 2022.

SILVA, M. A. B. da; AZEVEDO, C. Letramento: processos educacionais no contexto social e político. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2138–2154, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n4.out./dez.2017.8816. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8816>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SOARES, M. **Alfabetrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOLIGO, V. **Qualidade da educação**: relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região sul do Brasil. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013. Disponível em: [www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4438](http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4438). Acesso em: 6 jun. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **Nota técnica**: Impactos da Pandemia na Alfabetização de Crianças, 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **The EFA Global Monitoring Report 2006 – Literacy for Life**. Cap.6. 2006. Disponível em: [http://www.unesco.org/education/GMR2006/full/chapt6\\_eng.pdf](http://www.unesco.org/education/GMR2006/full/chapt6_eng.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2022.

UNICEF, Brasil, IBOPE, Inteligência. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes**: Relatório de Análise, 1a Onda. Brasil, 21 out. 2020. Job: 200372. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>. Acesso em 04 jul. 2022.

UNICEF, Brasil, IBOPE, Inteligência. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes**: Relatório de Análise, 2a Rodada. Brasil, 21 jan. 2021a. Job: 200372\_02. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/12546/file/relatorio\\_analise\\_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes\\_segunda-rodada.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/12546/file/relatorio_analise_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes_segunda-rodada.pdf). Acesso em 04 jul. 2022.

UNICEF, Brasil, IBOPE, Inteligência. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes**: Relatório de Análise, 3a Rodada. Brasil, 19 jul. 2021b. Job: 21010. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/15136/file/relatorio\\_analise\\_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes\\_terceira-rodada.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/15136/file/relatorio_analise_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes_terceira-rodada.pdf). Acesso em 04 jul. 2022.

VIEIRA, N. A. de O. **Os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização, por mulheres oriundas de Palmeira das Missões - RS: o Programa Brasil Alfabetizado, em Panambi - RS.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Programa de Mestrado em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/5040>. Acesso em: 6 jun. 2022.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de Revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educacional*, v. 14, n. 41, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 09 jul. 2022.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE 1 – TRABALHOS SELECIONADOS NA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

#### **PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES**

Quantidade de trabalhos encontrados: 932

Quantidade de trabalhos selecionados: 10

N.	Descritores usados	Título do artigo	Autores / Instituição Local da Pesquisa/Região	Ano	Referência – Conforme norma da ABNT	Palavras-chave	Resumo	Foco do texto
1	“Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”	Desigualdades Raciais na Incidência do Analfabetismo no Seio da População Brasileira: Uma Leitura Empírica Baseada nos Indicadores do Censo 2000	Marcelo Paixão Revista Libertas Juiz de Fora	2004	PAIXÃO, M. Desigualdades Raciais na Incidência do Analfabetismo no Seio da População Brasileira: Uma Leitura Empírica Baseada nos Indicadores do Censo 2000. <b>Libertas</b> , Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p.132 - 150, 2004. Disponível em <a href="https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/articloe/view/18136">https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/articloe/view/18136</a> . Acesso em: 5 jul. 2022.	Desigualdade social, questão racial; analfabetismo	O presente artigo realiza uma análise empírica da incidência do analfabetismo e do analfabetismo funcional no seio da população brasileira acima de 15 anos de idade através do uso dos microdados do Censo Demográfico de 2000. Os seus resultados apontam para uma nítida diferenciação no peso de tal mazela junto à população afrodescendente, tanto em termos do analfabetismo, como do analfabetismo funcional, comparativamente à população branca. O artigo igualmente tece reflexões sobre os elementos motivadores dessas assimetrias, buscando incorporar à análise, além do vetor explicativo da pobreza, a própria incidência de barreiras raciais no acesso à escola (conquanto operando por mecanismos nem sempre assim evidenciados) e no interior do ambiente escolar.	Desigualdades

2	“Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”	LETRAMENTO: PROCESSO EDUCACIONAIS NO CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO	Marcos Antonio Batista da Silva; Cleomar Azevedo.	2017	SILVA, M. A. B. da; AZEVEDO, C. Letramento: processos educacionais no contexto social e político. <b>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</b> , Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2138–2154, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n4.out./dez.2017.8816. Disponível em: <a href="https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8816">https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8816</a> . Acesso em: 5 jul. 2022.	Letramento; Periódicos; Desigualdades; Psicologia educacional.	O presente artigo apresenta reflexões sobre uma pesquisa em desenvolvimento que propõe analisar discursos referentes à letramento. A pesquisa considera as produções elaboradas no período compreendido entre 1995 e 2015. O estudo está sendo feito por meio de uma consulta sistemática buscando identificar e catalogar artigos sobre essa temática em periódicos indexados do país. O exercício de recuperação analítica da produção sobre letramento no Brasil tem um início que o demarca e que prossegue de maneira ampliada com esta pesquisa. Como tais publicações situam o conceito de letramento? Que configurações sobre as desigualdades de gênero, étnico-raciais e idade são possíveis de se apreender em publicações sobre letramento? Quais temas, áreas do conhecimento e nível de ensino têm ocupado com maior frequência essas publicações? Teoricamente esta pesquisa será referenciada por autores que dão ênfase à necessidade de se considerar o ambiente social em que o sujeito está interagindo, isto é, suas práticas de leitura e escrita, voltadas às necessidades de uso social (SOARES, 2001; KLEIMAN, 1995; AZEVEDO, 2007). A perspectiva da pesquisa é adotar como método a hermenêutica de profundidade (HP) – proposta de Thompson (2011), bem como dos	Desigualdades
---	---	---	---	------	--	--	--	---------------

							aportes metodológicos de Bardin (2011).	
3	“Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”	Desafios da EJA no processo de escolarização : caso do município de Três Lagoas-MS	Fabricio Deffacci, Gabrielly Ribeiro  Fortaleza	2016	DEFFACCI, F.; RIBEIRO, G. Desafios da EJA no processo de escolarização: caso do município de Três Lagoas-MS. <b>Educ. Form.</b> , [s. l.], v. 1, n. 2, p. 89–103, 2016. DOI: 10.25053/edufor.v1i2.1891. Disponível em: <a href="https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/102">https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/102</a> . Acesso em: 3 jul. 2022.	Educação de Jovens e Adultos (EJA); Escolarização; Letramento; Três Lagoas - MS.	As últimas décadas têm sido fortemente marcadas por investimentos com a intenção de erradicar o analfabetismo entre os jovens e adultos, bem como têm fomentado discussões acerca dos sujeitos letrados presentes na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Partindo desse cenário, o objetivo deste artigo é tratar da problemática em torno da Educação de Jovens e Adultos, fazendo uma reflexão em torno da modalidade no Brasil, mais especificamente na cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. Essa abordagem apresenta como viés teórico a perspectiva do letramento, caracterizando, dentro das teorias educacionais, a relação da Educação de Jovens e Adultos com os desafios inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, que deve observar os elementos externos à escola para a alfabetização. O aspecto metodológico tem em sua base a pesquisa bibliográfica, a coleta de dados estatísticos e o Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul.	Analfabetismo

4	“Analfabetismo funcional” e “Desigualdades sociais”	Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste	Marcos Augusto Castro Peres	2011	PERES, M. A. de C. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região nordeste. <b>Sociedade e Estado</b> , [S.L.], v. 26, n. 3, p. 631-662, 2011. FapUNIFESP (SciELO). <a href="http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922011000300011">http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922011000300011</a> . Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/se/a/FzpMmtCqpRNfzPFxbKHfd9D/#ModalArticles">https://www.scielo.br/j/se/a/FzpMmtCqpRNfzPFxbKHfd9D/#ModalArticles</a> . Acesso em: 03 jul. 2022.	Velhice; Analfabetismo; EJA; Política Educacional; Nordeste	Este artigo procura analisar a relação entre velhice e analfabetismo na região Nordeste do Brasil, especialmente em duas áreas: o semiárido do Rio Grande do Norte e a zona cacauceira do Sul da Bahia. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, é na região Nordeste onde se verificam os maiores índices de analfabetismo do país. O problema do analfabetismo atinge principalmente as populações mais idosas, de cor negra e parda, do sexo feminino, e os residentes nas áreas rurais. A relação existente entre latifúndio e analfabetismo explica, em parte, a maior incidência desse problema na região Nordeste, onde há maior concentração de renda e também da propriedade rural. A inexistência, no Brasil, de políticas educacionais direcionadas à velhice e ao analfabetismo pode ser observada na ausência dessas questões nas leis específicas, como a LDB (da educação) e o Estatuto do Idoso (da velhice). Por fim, a compreensão da problemática sob a ótica da Sociologia representa contribuição teórica relevante para os estudos educacionais.	Analfabetismo
---	---	---	-----------------------------	------	---	---	---	---------------

5	“Analfabetismo funcional” e “desigualdades”	Cenários educacionais na contemporaneidade: reflexões a respeito das diferenças e das performances	Carlos Roberto Sabbi ; Geraldo Antônio da Rosa ; Agustín de la Herrán Gascón	2020	SABBI, C. R.; ROSA, G. A. da; GASCÓN, A. de la H. Cenários educacionais na contemporaneidade: reflexões a respeito das diferenças e das performances. <b>Revista Ibero Americana de Estudos em Educação</b> , Araraquara, v. 15, n. 2, p. 682 - 696, 2020. Disponível em <a href="https://www.redalyc.org/journal/6198/619865689022/html/">https://www.redalyc.org/journal/6198/619865689022/html/</a> . Acesso em: 5 jul. 2022.	Ambiente educacional, Análise de fatores, Contexto de aprendizagem, Desenvolvimento da educação, Desigualdade cultural.	O presente artigo tem como objetivo identificar os elementos mais importantes que, atualmente, geram desigualdades na educação, a partir de perspectivas local e global, entendendo, assim, sua realidade sob uma visão ampla. Para tanto, recorreu-se à hermenêutica reconstrutiva, por entendê-la como uma metodologia adequada para abordar a questão. A busca e objetivação desses elementos são a consequência inevitável para propiciar a compreensão do atual cenário. Nesse sentido, a pesquisa é apoiada por uma avaliação crítica dos relatórios do PISA, entendida como uma fonte de análise comparativa de relevância extraordinária no momento. Como resultado e dentro de um contexto internacional e localmente construído, verificam-se as diferenças de desempenho em educação no Brasil, principalmente quando comparadas com as de países de melhores resultados. Embora, historicamente, a Finlândia e a Coreia do Sul tenham dados melhores nos relatórios do PISA, mesmo com diferentes estratégias e políticas, conclui-se que, acima de qualquer tipo de ação, há o foco, como é entendido no campo das Ciências da Administração.	Desigualdades
---	---	--	--	------	--	---	--	---------------

6	“Analfabetismo funcional” e “desigualdades”	El nivel de alfabetismo como determinante en la probabilidad de caer en extrema pobreza: Un análisis econométrico para países en general	Luis-Antonio Andrade-Rosas  Alma Cossette Guadarrama Muñoz  Césaire Chiatchoua	2019	ROSAS, L. A. A.; MUNÓZ, A. C. G.; CHIATCHOUA, C. &ldquo;El nivel de alfabetismo como determinante en la probabilidad de caer en extrema pobreza: Un análisis econométrico para países en general. <b>Boletín Científico Sapiens Research</b> , [s. l.], vol. 9, no. 1, p. 3-9, 2019. Disponível em <a href="https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7320804">https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7320804</a> . Acesso em: 3 jul. 2022.	Alfabetização, qualidade da renda, indicadores econômicos, modelos econométricos, pobreza.	Um dos objetivos primordiais de um país é erradicar problemas sociais como: desigualdade, pobreza, violência, corrupção, entre outros. Se esses problemas diminuírem, seu efeito indireto poderá ser favorável, por exemplo, o investimento estrangeiro poderá aumentar, gerando mais emprego e, portanto, maior crescimento. Assim, os governos têm que analisar suas estratégias para combater esses problemas. O objetivo deste trabalho é mostrar, por meio de uma análise econométrica, como o indicador educação, apresentado como o nível de alfabetização, é decisivo para a redução da pobreza. Em particular, construímos um modelo de probabilidade linear para determinar que o nível de educação pode ser determinante na probabilidade de cair na pobreza extrema. O principal resultado do trabalho mostra que um país de maior renda tem mais oportunidades de erradicar a probabilidade de cair na extrema pobreza, por meio da alfabetização, do que um país de baixa renda. O modelo recomenda às autoridades responsáveis pelas políticas que não deixem de investir em educação, pois isso teria um efeito direto na erradicação do problema social: a chamada pobreza.	Alfabetização
---	---	--	--	------	--	--	--	---------------

7	“Analfabetismo funcional” e “desigualdades”	Alfabetização e analfabetismo no Brasil: algumas reflexões	Jacqueline de Fátima dos Santos Morais, Mairce da Silva Araújo	2010	MORAIS, J. de F. dos S.; ARAÚJO, M. da S. Alfabetização e analfabetismo no Brasil: algumas reflexões. <b>Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa</b> [s.l.], v. 5, n. 9, p. 105-120, 2011. DOI <a href="https://doi.org/10.11606/issn.1980-7686.v5i9p105-120">https://doi.org/10.11606/issn.1980-7686.v5i9p105-120</a> . Disponível em <a href="https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11569">https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11569</a> . Acesso em: 3 jul. 2022.	Alfabetização; Brasil; pobreza.	Este artigo apresenta algumas reflexões acerca da alfabetização no Brasil ao longo do tempo. Para tanto, utiliza a existência de leis a favor da alfabetização, passagens de romances, pesquisas feitas sobre a temática e ainda depoimentos de educadores. O artigo mostra a tendência do pouco que é oferecido aos mais pobres ao longo da história brasileira.	Alfabetização
8	"Analfabetismo" e "desigualdades sociais"	Estratégias de combate às desigualdades sociais na rede municipal de São José	Karine Ramos Rodrigues	2016	RAMOS, K. R.; CARMINATI, C. J. Estratégias de combate às desigualdades sociais na rede municipal de São José. <b>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</b> , Araraquara, v. 11, n. 3, p. 1557–1567, 2016. DOI: <a href="https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/">10.21723/riaee.v11.n3.6578</a> . Disponível em <a href="https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/">https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/</a> . Acesso em: 3 jul. 2022.	Capital Cultural; Família; Escola; Habitus.	O presente artigo tem por temática analisar os projetos educacionais realizados na Rede Municipal de Ensino e suas implicações nas mudanças sociais. Os projetos foram desenvolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura de São José nos anos de 2001 e 2006. Para a análise, foram utilizados, em especial, conceitos acerca do <i>capital cultural</i> e <i>habitus escolar</i> , do sociólogo francês Pierre Bourdieu, destacando os assuntos <i>campo-escola X família e herança familiar desigual</i> , em suas implicações escolares.	Desigualdades

9	"Analfabetismo" e "desigualdades sociais"	EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO: UMA COMPLEXA RELAÇÃO!	Liliana Rolfsen Petrilli Segnini FE/UNICAMP Universidade Federal de Minas Gerais	1998	SEGNINI, L. R. P. Educação, trabalho e desenvolvimento: Uma complexa relação. <b>Trabalho &amp; Educação</b> , Belo Horizonte, v. 6, p. 14-46, 2013. DOI <a href="https://doi.org/10.1590/S0101-7330200900030003">https://doi.org/10.1590/S0101-7330200900030003</a> . Disponível em: <a href="https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9165">https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9165</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Educação, Trabalho, Desenvolvimento	Num país de 157 milhões de habitantes, onde a taxa de analfabetismo atinge 20,1% da população de 15 anos ou mais (IBGE, Informe Estatístico de 1996), é necessário ter cautela e bem circunscrever nossa argumentação para não correr o risco de ser irresponsável ou de ser interpretada de forma equivocada. Neste sentido, é bom salientar que este trabalho não está se referindo à educação, compreendida como um fim em si mesma, educação processo que nos permite tomar consciência de nós mesmos; de nossa trajetória histórica enquanto indivíduos, nação ou mundo; das contradições e desigualdades presentes na sociedade em que vivemos; de nossas especificidades culturais (sobretudo através do conhecimento do outro); das profundas desigualdades sociais existentes, concentração da terra e da renda, altas taxas de analfabetismo ao lado de violência e não direito à saúde, ausência de valores éticos que sustentam a solidariedade. Educação que não estabelece relação direta com o mundo do trabalho, é muito mais ampla, só possibilita desenvolvimento no bojo de políticas e ações concretas que rompam definitivamente com o quadro social e econômico apontado. Não é este o resultado da relação educação, trabalho e desenvolvimento que este trabalho enfoca.	Educação e Trabalho
---	---	---	--	------	---	-------------------------------------	--	---------------------

10	"Analfabetismo" e "desigualdades sociais"	Evolução e desigualdade na educação brasileira	Jorge Abrahão de Castro	2009	CASTRO, J. A. de;. Evolução e desigualdade na educação brasileira. <b>Educação &amp; Sociedade</b> [online], v. 30, n. 108, p. 673-697, 2009. DOI <a href="https://doi.org/10.1590/S0101-7330200900030003">https://doi.org/10.1590/S0101-7330200900030003</a> . Disponível em <a href="https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/abstract/?lang=pt#ModalArticles">https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/abstract/?lang=pt#ModalArticles</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Educação; Desigualdade; Desigualdade educacional; Escolarização	Este estudo apresenta a evolução e as desigualdades ainda reinantes nas condições educacionais dos brasileiros. O foco na desigualdade educacional foi adotado por se entender ser este um dos principais problemas que potencializam a manutenção das enormes desigualdades sociais enfrentadas pela população brasileira. A análise mostrou que, apesar da ampliação que vem ocorrendo, ainda existe no Brasil um baixo acúmulo de escolarização; que, a despeito da diminuição da taxa de analfabetismo, persiste ainda um elevado contingente de analfabetos; que, embora tenha ocorrido ampliação do acesso à educação infantil, ainda é muito restrito o acesso às creches e insuficiente para o ensino médio; a insuficiência e o desigual desempenho para conclusão dos ensinos fundamental e médio; e o acesso restrito e desigual à educação superior. Além disso, verificou graves níveis de desigualdade quando se consideraram os aspectos regionais e a renda, sendo que os habitantes da região Nordeste e os mais pobres ficaram em pior situação em quase todos os indicadores analisados.	Desigualdade
----	---	--	-------------------------	------	---	---	---	--------------

Fonte: elaborado pela autora (2022).

### BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD)

Quantidade de trabalhos encontrados: 137

Quantidade de trabalhos selecionados: 12

N.	Descritores usados	Título do artigo	Autores / Instituição Local da Pesquisa/Região	Ano	Referência – Conforme norma da ABNT	Palavras-chave	Resumo	Foco do texto
1	"Analfabetismo" e "Desigualdades sociais"	Disposições culturais e analfabetismo no Brasil: histórias de exclusão educacional	Autora: Vanessa Oliveira Pupo Universidade de São Paulo São Paulo	2011	PUPO, V. de O. <b>Disposições culturais e analfabetismo no Brasil: histórias de exclusão educacional.</b> 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI 10.11606/D.48.2011.d e-10082011-133529. Disponível em: <a href="https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-133529/pt-br.php">https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-133529/pt-br.php</a> . Acesso em: 22 jun. 2022.	Educação de Jovens e adultos; exclusão; desigualdade educacional; analfabetismo; disposições culturais; Capital Cultural.	No entender do sociólogo francês Pierre Bourdieu, disposições culturais vêm a ser um conjunto de regras, incorporadas de maneira inconsciente pelos indivíduos, as quais perpassam os domínios éticos, estéticos, cognitivos e físicos. Como exemplo, podem ser citadas as disposições linguísticas, sexuais, religiosas e estéticas, que contém a nossa visão de mundo e o nosso posicionamento nele. As disposições produzem nossa visão de mundo e condicionam nossas tomadas de posição. Tais disposições são adquiridas através das experiências de vida e em instituições constituídas em nossa sociedade como a família e a escola. Embora não haja escritos específicos de Bourdieu com relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), acreditamos que as disposições culturais incorporadas acabam por ser fundamentais para influenciar a exclusão de um grande contingente de estudantes dos bancos escolares quando ainda são crianças, bem como consolidar trajetórias sociais desprovidas de escolaridade institucionalizada. Na presente dissertação procura-se investigar os condicionantes que determinaram o fracasso escolar e, supostamente, social, de um conjunto de	Fracasso escolar

							<p>jovens e adultos inseridos em salas de alfabetização das escolas municipais de Piracicaba, estado de São Paulo. Observa-se que a grande maioria dos pesquisados é proveniente de zonas rurais de distintos municípios da região e que mantinham situações de existência divergentes da ideologia urbana propagada nas escolas formais de ensino fundamental em meados da segunda metade do século XX. Entendemos ser relevante o estudo do tema proposto, uma vez que a EJA surge em decorrência de um sistema social e escolar excludente que, através de sua ação pedagógica, modificou a trajetória de milhares de pessoas que buscam em tempos atuais o que não conseguiram na infância. Contudo, a escolarização é apenas uma das relações sociais das quais essas pessoas estão excluídas. Há o aprofundamento de uma exclusão marcada pela desigualdade. Por outro lado, a escola também pode ser considerada espaço de contradição e de superação das desigualdades sociais. Assim, a EJA pode representar subversão à lógica da exclusão, uma vez que historicamente a despossessão do capital escolar é presente nessas pessoas, e a procura pela escolarização na fase adulta pode representar uma forma de resistência.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--

2	"Analfabetismo" e "Desigualdades"	Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos.	Adenivan Mendes Carvalho  São Paulo	2014	CARVALHO, A. M. <b>Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos.</b> 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras Universitária Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em <a href="https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25314">https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25314</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	Educação de jovens e adultos; relato autobiográfico; memória; identidade; análise de conteúdo.	Muitos docentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) desconhecem a realidade de vida dos seus alunos e isso dificulta sensivelmente a interação professor-aluno, obstaculizando o processo ensino-aprendizagem. Sabe-se que a EJA no Brasil, bem como o analfabetismo, assinalam a grande desigualdade social de uma parcela significativa da população brasileira, reforçando um processo de exclusão social. Nessa modalidade de ensino, é fundamental que professores preocupem-se em conhecer a história de vida de seus alunos, seus anseios, sua cultura, seu repertório linguístico, buscando um processo de ensino-aprendizagem que seja respeitoso e, ao mesmo tempo, produtivo. Conhecer o aluno da EJA é condição para que se minimize a possibilidade de ver, mais uma vez, o fracasso escolar e a evasão ocorrerem. A análise das políticas públicas brasileiras voltadas para a erradicação do analfabetismo e, na sequência, a reconstrução do caminho percorrido pela Educação de Jovens e Adultos no percurso da história da educação brasileira demonstram o pouco investimento nessa modalidade, ocasionando exclusão econômica, social e política da população carente. Por meio das autobiografias, verdadeiros discursos memorialísticos produzidos pelos alunos da EJA, nas quais eles traçam um perfil de suas vidas, faz-se a aproximação entre memória e	Processo de ensino-aprendizagem
---	-----------------------------------	--	---	------	--	--	---	---------------------------------

							identidade, oferecem-se ao professor, em sua tarefa didático-pedagógica, subsídios para conhecer melhor o jovem e o adulto. Como recurso metodológico, para analisar os textos produzidos pelos alunos pesquisados, a análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), foi utilizada.	
3	”Analfabetismo” e “Desigualdades”	Alfabetização de adultos na perspectiva de educandos: experiências pessoais e sociais	Stella de Lourdes Garcia Universidade Federal de São Carlos São Carlos - São Paulo	2006	GARCIA, S. de L. <b>Alfabetização de adultos na perspectiva de educandos: experiências pessoais e sociais</b> , 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em <a href="https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2800">https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2800</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	Não há palavras-chave descritas no documento.	O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar quais experiências pessoais e sociais se relacionam com o início da aprendizagem da leitura e da escrita, na perspectiva de alfabetizando adultos. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, cuja coleta de dados envolveu a realização de entrevistas semi-estruturadas com seis educandos, que fizeram parte em 2003 do Programa de Alfabetização, Brasil Alfabetizado, implantando no município de São Carlos-SP, no qual atuamos como educadora. Em nosso referencial teórico apresentamos a caracterização da sociedade informacional, algumas desigualdades configuradas em seu interior e discutimos o sentido da alfabetização crítica na perspectiva de Paulo Freire e de autores a ele relacionados, como Henry Giroux e Ramón Flecha. Partimos da análise dos dados que consistiu na análise do conteúdo das entrevistas realizadas junto aos educandos. As experiências pessoais e sociais configuradas no interior do analfabetismo foram classificadas como experiências antidialógicas, pois impossibilitavam o	Analfabetismo

							<p>intercambio social e limitavam os educandos na esfera pessoal. O aprendizado da leitura e da escrita permitiu experiências positivas na esfera pessoal e social, possibilitando a recuperação da auto-estima, da confiança do educando adulto e a transformação de algumas das situações de opressão vivenciadas pelos educandos, já que aprender a ler e escrever significa a apropriação de um instrumental que permite a intervenção na realidade. Contudo, enfatizamos a necessidade de práticas de alfabetização que considerem a união entre a leitura do mundo e a leitura da palavra, que privilegiem a dialética entre a dimensão instrumental e a comunicativa, como etapa importante da transformação social, que só se realiza em comunhão, em diálogo. Os educandos entrevistados também ofereceram reflexões para educadores, bem como para a elaboração de políticas públicas na área da Alfabetização e da Educação de Adultos.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--

4	“Analfabetismo” e “desigualdades”	Analfabetismo : histórico geral e estado do fenômeno na segunda década do século XXI. Um estudo de caso da cidade de Jundiaí (SP)	Rodrigo dos Santos Oliveira  Universidade Estadual de Campinas  Campinas	2021	OLIVEIRA, R. dos S. <b>Analfabetismo:</b> histórico geral e estado do fenômeno na segunda década do século XXI. Um estudo de caso da cidade de Jundiaí (SP), 2021. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação, Universidad e Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: <a href="https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641909">https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641909</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	Educação; Desigualdade; Analfabetismo	Esta dissertação explicita o perfil da população em situação de analfabetismo na cidade de Jundiaí (estado de São Paulo). Por meio da análise de dados gerais sobre o Brasil, com base no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e específicos sobre o município, com base no CADÚnico (Cadastro Único da assistência social), mostra que o analfabetismo no país é questão premente mesmo nos dias atuais, embora nem sempre seja apresentado como tal. Percorre o desenvolvimento histórico do fenômeno no Brasil, apontando algumas das questões relativas ao surgimento e aprofundamento das desigualdades regionais da taxa de analfabetismo. Trata também do problema do surgimento do analfabetismo como questão social e o contexto onde ele passa a ser associado à ignorância, para então analisar o perfil populacional das pessoas não alfabetizadas no município de Jundiaí.  Para tanto, utiliza-se dos dados do CADÚnico (ano de 2018) e traça em detalhes o perfil desta população, desvelando as diferenças entre as taxas de analfabetismo da população com e sem deficiência e por tipos de deficiência, por raça/cor e por sexo, entre outras variáveis, mostrando que as diferentes por sexo e raça/cor são muito mais impactantes na população mais idosa, e tendem a ser minimizadas na população mais jovem. Constata que, embora haja grande proporção de	Analfabetismo
---	-----------------------------------	---	--	------	---	---	---	---------------

							idosos, há igualmente grande proporção de pessoas jovens entre os não alfabetizados. Além disso, verifica-se que um importante grupo populacional passou pela escolarização e mesmo assim não foi alfabetizado. Assim, desmistifica a ideia de que o analfabetismo seria essencialmente e quase que exclusivamente um fenômeno que se expressa na população que não teve acesso à escola e/ou na população mais idosa.	
5	“Analfabetismo” e “desigualdades”	Os sistemas de ensino baiano e mineiro: uma análise das desigualdades regionais utilizando Indicadores escolares 2007-2009	Cláudia Cristina Caxias da Costa Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Belo Horizonte	2011	COSTA, C. C. C. da. <b>Os sistemas de ensino baiano e mineiro: uma análise das desigualdades regionais indicadores escolares 2007-2009</b> , 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em <a href="http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_CostaCCR_1.pdf">http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_CostaCCR_1.pdf</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	Desigualdade educacional, INEP, IDEB, Bahia, Minas Gerais.	A existência de grandes diferenciações internas no Brasil no acesso à educação, minimizadas a partir de 2006 com a instituição, pelo Governo Federal, do Programa Bolsa Família (PBF), mostra a falta ou o fracasso de uma grande política nacional, que durante anos, não garantiu o acesso à educação de forma inclusiva e homogênea da população em idade escolar. Assim, sendo a Educação um veículo de transformação da realidade, devendo estar integrada às mudanças culturais, políticas, sociais e econômicas do país, este estudo visa evidenciar as desigualdades educacionais entre Bahia e Minas Gerais, unidades federativas contíguas, histórica e culturalmente afins, mas com indicadores educacionais dissemelhantes. Para verificar as disparidades nos sistemas de ensino	Desigualdades

							<p>baiano e mineiro, recorreu-se a índices educacionais consolidados, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que combina informações de rendimento e desempenho dos alunos, criado para promover um sistema de responsabilidade, visando à melhoria da qualidade da educação no País, que apesar dos recentes avanços, continua se portando como um dos maiores entraves para o crescimento nacional. Os índices educacionais, nesta tese, denotam a associação de vários indicadores, frutos de metodologias específicas que vislumbram vários aspectos ou dimensões do desenvolvimento educacional em um único número. Assim, os recenseamentos escolares, capitaneados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e que fomentam a produção de índices, devem ser entendidos como algo além de uma contagem de alunos e professores, pois cumprem um papel estratégico no fornecimento de subsídios indispensáveis à definição de políticas para a melhoria da qualidade do ensino. Neste estudo foi possível verificar que, apesar da aprovação dos alunos na educação básica estar impulsionando o fluxo escolar na Bahia e Minas Gerais, a</p>	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

							<p>redução da taxa de fecundidade nestas unidades federativas (UFs) vem favorecendo a redução no número de matrículas em todos os níveis, principalmente no ensino médio, pior segmento da educação básica, sobremaneira a baiana. A pesquisa também denotou a redução das taxas de analfabetismo e distorção idade-série, bem como o aumento da escolaridade média da população baiana e mineira com mais de 25 anos de idade. O desempenho dos alunos baianos e mineiros nas avaliações SAEB/Prova Brasil mostram uma tendência para o aumento das desigualdades educacionais entre os dois estados, haja vista as projeções estabelecidas para o IDEB até o ano de 2021. Além de correlacionar taxa de fecundidade, matrículas e taxas de rendimento, verificou-se também nesta tese que, a dispersão existente nas notas do IDEB num mesmo município ou região, demonstra que não há uma política pública educacional integrada, significando que localidades que detêm bons índices, empreenderam esforços próprios para alcançá-los, e não porque foram subsidiados por uma política educacional unificada em seus estados., mantendo o ensino básico com sérios abismos regionais. A escolha do período</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--

							(2007-2009), bem como dos Estados da Bahia e Minas Gerais se deve, principalmente, a carência de trabalhos acadêmicos que contemplem a espacialização e análise de seus recentes índices educacionais.	
6	”Analfabetismo” e “Desigualdades”	Análise da implementação do Projeto Cidadão Nota Dez em Minas Gerais: subsídios para ação	Cerqueira, Carla Renata Lima Campos da Gama	2008	CERQUEIRA, C. R. L. C.da G. <b>Análise da implementação do Projeto Cidadão Nota Dez em Minas Gerais</b> : subsídios para ação. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008. Disponível em <a href="http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/237">http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/237</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	Alfabetização; desigualdade; educação; políticas públicas; formulação e implantação de políticas públicas; instrumentos de gestão e monitoramento; relações intergovernamentais.	No presente trabalho procurou-se analisar o desenho e o processo de implementação do Programa Cidadão Nota Dez, buscando identificar os atores envolvidos, sua forma de atuação, bem como os processos, dinâmica e instrumentos de gestão. O referido programa consiste em um modelo de alfabetização implantado na área de abrangência da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas SEDVAN e do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais IDENE e foi concebido em 2003, no âmbito do referido instituto, sendo desenvolvido, simultaneamente, nos 188 municípios que integram a área de abrangência do sistema SEDVAN/IDENE. É uma política pública vinculada ao Programa Brasil Alfabetizado do Governo Federal sendo, portanto, destinada a alfabetização de Jovens e adultos com idade superior a 14 anos. A presente análise foi realizada considerando-se as diretrizes da agenda mundial e nacional para a erradicação do analfabetismo e superação das desigualdades, e os novos paradigmas que versam sobre o papel	Alfabetização

							transformador da educação. São destacados ainda a percepção dos atores envolvidos diretamente na execução do programa quanto à implantação das fases já executadas.	
7	”Analfabetismo” e “Desigualdades”	A democratização do acesso ao ensino superior: um estudo sobre o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e sobre o sistema de reservas de cotas de vagas étnico-raciais	Fabiana Carvalho da Silva  ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS  Rio de Janeiro	2007	SILVA, F. C. da. <b>A democratização do acesso ao ensino superior: um estudo sobre o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e sobre o sistema de reservas de cotas de vagas étnico-raciais.</b> Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <a href="https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3355">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3355</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	Democratização; Ensino Superior; Política de Cotas; ProUni; Desenvolvimento	O Brasil é um país extremamente desigual e essa desigualdade tem sido uma característica permanente de sua estrutura econômica e social. Alguns estudiosos costumam considerar que o crescimento econômico tem gerado condições extremas de desigualdades espaciais e sociais, que se manifestam entre regiões, estados, meio rural e o meio urbano, entre centro e periferia e entre as raças. Tais condições afetam negativamente a qualidade de vida da população que se refletem na redução da expectativa de vida, no aumento dos índices de mortalidade infantil e analfabetismo, dentre outros aspectos. A educação é considerada um dos meios de se promover o desenvolvimento de um país, contudo, o acesso à educação, em especial à educação superior no Brasil, desde o seu início foi restrito a um pequeno grupo de privilegiados, a elite da sociedade. Sendo assim, torna-se necessário ampliar o acesso de estudantes ao ensino superior para assim gerar indivíduos capazes de mudar a realidade em que vivem e desenvolver o país. O presente estudo tem como objetivo analisar dois programas destinados à ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, a saber, o Programa Universidade para Todos	Democratização do acesso

							(ProUni) e o Sistema de Cotas, com o objetivo de verificar em que medida o desenho e as estratégias destes permitirão a democratização do acesso ao ensino superior e a redução das desigualdades regionais. Para tanto, inicia-se o estudo com a questão do desenvolvimento e as desigualdades no Brasil, seguindo para uma discussão da história da educação superior no Brasil e finalizando com a análise do ProUni e do Sistema de Cotas.	
8	”Analfabetismo” e “Desigualdades”	Os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização, por mulheres oriundas de Palmeira das Missões-RS: o programa Brasil Alfabetizado, em Panambi-RS	Naira Aparecida de Oliveira Vieira Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul UNIJUÍ  UNIJUÍ/RS	2016	VIEIRA, N. A. de O. <b>Os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização, por mulheres oriundas de Palmeira das Missões - RS:</b> o Programa Brasil Alfabetizado, em Panambi - RS. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Programa de Mestrado em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em <a href="https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/504">https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/504</a>	Mulheres. Políticas Públicas. Alfabetização. Cidadania.	O objetivo deste estudo é compreender os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização, por mulheres oriundas de Palmeira das Missões-RS: o Programa Brasil Alfabetizado, em Panambi-RS, as quais integraram o Programa Mulheres Mil 1. Elas viram no Programa uma oportunidade de realizar o sonho da alfabetização, uma vez que, por inúmeros motivos, não frequentaram a escola em tempo regular. Especialmente, precisavam trabalhar na lavoura, no interior onde residiam, e a escolaridade não era incentivada na época, no lugar onde nasceram e cresceram, no município de Palmeira das Missões-RS. O êxodo rural provocou a migração para a cidade vizinha de Panambi-RS, em busca de emprego e renda, visando melhores condições de vida para suas famílias. Em suas trajetórias, elas enfrentaram o preconceito, não apenas pelo analfabetismo, mas por serem mulheres, pobres, idosas, algumas delas negras, o	Alfabetização

					0. Acesso em: 6 jun. 2022.		<p>que faz aumentar as diferenças sociais de gênero e étnicas, que ainda são motivos de desigualdade e injustiça no País. Muito mais que uma análise sobre o processo de alfabetização vivenciado, a escrita questiona os problemas por elas enfrentados, sendo que viveram por longos anos uma condição de opressão e discriminação. Quanto à metodologia utilizada, é de cunho qualitativo, a partir das observações sistemáticas de três alunas, dentre as vinte matriculadas no curso, fazendo uso de seus Cadernos Diários, analisando os registros neles escritos, bem como suas narrativas durante as aulas, com as colegas de estudo. As três mulheres foram escolhidas em função de três critérios básicos: faixa etária (entre 60 e 80 anos); residirem no mesmo bairro; e serem todas naturais do município de Palmeira das Missões-RS. Além disso, a coleta de dados incluiu também os registros feitos no Diário Docente, forma pedagógica de acompanhamento da aprendizagem, que se tornou um Diário de Campo para a investigação. Isso por oferecer respostas aos questionamentos feitos há mais de trinta anos sobre a desigualdade gerada pelo analfabetismo no Município de Panambi-RS e suas consequências ao longo desses anos. Quanto à compreensão dos sentidos atribuídos ao processo de alfabetização pelas mulheres do Programa Brasil Alfabetizado, a descoberta está para além de uma simples assinatura de um</p>	
--	--	--	--	--	----------------------------	--	---	--

							nome, ou domínio do alfabeto, pois abarca tudo o que constitui o seu nome, a sua vida, a sua dignidade humana e o que isso representa para cidadãs merecedoras de respeito, de oportunidades e de melhores condições de vida. As mulheres sentem-se realizadas por conquistar, mesmo que tardiamente, um dos seus direitos básicos e pela abrangência do que isso representa, ratificando a cidadania como determinante para realização e constituição do ser humano. Para tanto, não bastam direitos constitucionais, é necessário que sejam respeitados e consolidados.	
9	”Analfabetismo” e “Desigualdades”	Índices educacionais como preditores da proficiência em ciências: um estudo multinível	Fábio Alexandre Ferreira Gusmão  Pontificia Universidade Católica de São Paulo  SÃO PAULO	2011	GUSMÃO, F. A. F. <b>Índices educacionais como preditores da proficiência em ciências: um estudo multinível.</b> 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em <a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16018">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16018</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	Avaliação educacional; CHAID; Desempenho em ciências; Ensino fundamental; Educação científica	O Brasil chega ao século XXI praticamente com a universalização do acesso ao ensino fundamental da população da faixa etária dos 7 aos 14 anos. Sem dúvida, um século que se inicia com grandes avanços na área econômica, na participação política da população e na consolidação da democracia; mas que ainda apresenta indicadores educacionais sofríveis, como o índice de analfabetismo da população com mais de 25 anos, a movimentação escolar e as taxas de acesso dos concluintes do ensino fundamental e médio. Os objetivos da presente pesquisa foram: 1º) estabelecer relações entre as características dos	Desigualdades

							<p>alunos e das escolas aos resultados do desempenho de Ciências dos alunos da 8ª série do ensino fundamental, e 2º) mostrar como as desigualdades sociais são reproduzidas no sistema educacional como afirmado por Bourdieu e Passeron (2009). Neste estudo foi utilizado os dados do SAEB de 1999 referentes aos dados coletados de alunos, professores, diretores e instalações físicas das escolas. Os dados foram utilizados para se compreender qual relação e/ou correlação entre as variáveis independentes, os indicadores de desigualdade econômica e social (PIB, IDH, índice de Gini) com a variável dependente. Este procedimento de análise permitiu captar o impacto de diferentes variáveis independentes sobre o desempenho dos alunos a partir da base de dados do SAEB. Foram aplicados testes estatísticos paramétricos e não paramétricos para verificar se as diferenças encontradas foram significativas. Foi utilizado o método CHAID para encontrar os melhores preditores para o desempenho em Ciências. Em relação ao nível dos alunos os resultados mostram que todas as diferenças encontradas entre as variáveis independentes e a proficiência média em Ciências foram estatisticamente significativas. A análise</p>	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

							<p>pelo método CHAID destaca que as variáveis independentes rede de ensino, capital econômico e cultural, repetência e fazer dever de casa se relacionam estatisticamente com a proficiência média em Ciências. Em relação ao nível das escolas os resultados indicam que as categorias organização e gestão da escola, recursos escolares, formação e salário docente e clima acadêmico se relacionam estatisticamente com a proficiência média em Ciências. Em relação ao nível dos estados os resultados demonstram que a correlação entre os indicadores de desigualdade econômica e social com o desempenho em Ciências sofre a influência da condição econômica, social e educacional dos estados e regiões brasileiras. O CHAID demonstrou ser eficiente nos cruzamentos possíveis dos dados rejeitando cruzamentos não significativos, e concentrando suas subdivisões em cruzamentos potencialmente significativos para a pesquisa e para identificação de preditores para a aprendizagem em Ciências a partir dos dados do SAEB de 1999.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--

10	"Analfabetismo" e "Desigualdades"	Educação e crescimento econômico no Brasil	Mara Lucy Castilho Universidade Federal de Viçosa  VIÇOSA MINAS GERAIS	2003	CASTILHO, M. L. <b>Educação e crescimento econômico no Brasil</b> , 2003. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2003. Disponível em: <a href="https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/8986">https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/8986</a> . Acesso em: 22 jun. 2022.	Crescimento; Desempenho econômico; Educação	O intuito do presente estudo foi analisar o processo de crescimento econômico brasileiro nas duas últimas décadas, sobretudo no que tange à contribuição da acumulação de capital humano para este processo. O modelo de crescimento de Lucas estabelece que mais educação gera mais crescimento, assim, haveria uma causalidade na relação educação-productividade-salários de forma que a nação se beneficiaria com maiores taxas de crescimento e redução da pobreza. O Brasil apresentou melhorias dos indicadores educacionais nas últimas décadas, como redução das taxas de analfabetismo, repetência e evasão escolar, além de contar com expressivo aumento das instituições privadas de ensino superior. Ainda assim, a falta de equidade nos diversos níveis educacionais promove grandes desigualdades na sociedade brasileira, tanto que um trabalhador que possua apenas o primeiro grau completo recebe, em média, 27% do salário de um trabalhador com o curso superior completo. No que se refere ao crescimento econômico brasileiro, as menores taxas, desde 1960, foram registradas nos anos 80 e 90. A abertura comercial indiscriminada proporcionou déficits constantes na balança comercial e contribuiu para a elevação do déficit	Capital humano
----	-----------------------------------	--	--	------	---	---	---	----------------

							em transações correntes. Mais educação não implicou em maior crescimento do país, o que pode significar que o Brasil está acumulando capital humano, porém não fazendo uso adequado deste fator. Ou simplesmente a qualidade da educação oferecida não é suficiente para gerar acúmulo de capital humano; o país pode estar apenas obtendo quantidade e não qualidade educacional.	
11	”Analfabetismo” e “Desigualdades”	Cidadania, emancipação e imaginário social : um estudo sobre as políticas sociais para a alfabetização de jovens e adultos	Vanessa Petró Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre	2009	PETRÔ, V. <b>Cidadania, emancipação e imaginário social:</b> Um estudo sobre as políticas sociais para a alfabetização de jovens e adultos, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2009. Disponível em: <a href="https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4661">https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4661</a> . Acesso em: 22 jun. 2022.	Política social; cidadania; emancipação; imaginário social; educação	A presente dissertação tem como finalidade analisar as políticas sociais para a alfabetização de jovens e adultos sob o prisma de uma tríade conceitual composta por cidadania, emancipação e imaginário social. A discussão é pautada a partir das dimensões do conceito de cidadania trabalhadas por Marshall (1967) e do papel que a educação assume no acesso à cidadania e à emancipação. Partindo da concepção de cidadania desenvolvida por Marshall, problematizamos a questão tendo em vista a realidade brasileira em que os analfabetos se encontram em condições de subcidadania (SOUZA, 2003). Procuramos identificar como as políticas para a área são capazes de interferir no acesso à cidadania dos envolvidos, construindo uma nova forma de inserção social ou atuando de maneira a desenvolver mecanismos de	Alfabetização

							<p>invisibilidade da desigualdade e da condição de subcidadãos. A pesquisa é realizada sobre o Programa Brasil Alfabetizado, através de dois de seus convênios: com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e com a Central Única dos Trabalhadores. A investigação ocorre a partir de dois enfoques. Em um primeiro momento nos atemos à forma de organização da política social, dando destaque a sua implementação e investigando seus objetivos. Em seguida, articulamos a essa etapa da pesquisa a perspectiva dos educandos, dando atenção as suas trajetórias de vida, aos seus objetivos e às transformações ocorridas após a participação no programa. A partir disso, é possível identificar os novos contornos que a política social assume nas suas diferentes etapas e conforme a instituição conveniada. Identificamos que a participação nas políticas sociais para essa área está atrela ao anseio por reconhecimento social e para a reconstrução da identidade. No que tange à emancipação, as ações ainda enfrentam desafios, pois mesmo havendo alterações nas condições de cidadania isso não garante emancipação no sentido de recriar a realidade, buscando alternativas à situação em que se encontram.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--

12	”Analfabetismo” e ”Desigualdades”	Qualidade da educação: relações entre característic as de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região sul do Brasil	Valdeci Soligo  Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS  São Leopoldo	2013	SOLIGO, V. <b>Qualidade da educação:</b> relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região sul do Brasil. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <a href="http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4438">www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4438</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	IDEB; Indicadores Sociais; Municípios de pequeno porte.	Nas últimas décadas, o Brasil tem passado por importantes transformações em seus aspectos sociais e econômicos. Isso não significa, entretanto, que questões como desigualdade social, desigualdade regional, qualidade da Educação, distribuição de renda, miséria, pobreza, entre outras, tenham sido superadas. Pelo contrário, constituem foco de preocupação de estudiosos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. A diversidade social, cultural e a desigualdade econômica dos municípios brasileiros apontam para a necessidade de considerar o espaço do regional como fundamental para o aprofundamento dos conhecimentos da realidade. O objetivo desta pesquisa foi analisar a relação entre o IDEB e as características de contexto, mensuradas pelos indicadores Índice de Gini, Incidência de Pobreza, Renda familiar mensal per capita e Taxa de analfabetismo, para população com 15 anos ou mais de idade. A pesquisa foi realizada em bancos de dados do MEC/INEP e IBGE, a partir de levantamento de dados a respeito de 327 municípios de pequeno porte da Região Sul do Brasil, que possuem IDEB para os anos de 2005, 2007 e 2009. Como resultado, foi possível perceber a existência de relação entre o valor	Avaliação externa
----	---	---	---	------	--	---	--	-------------------

							<p>médio do IDEB e os indicadores sociais. Os valores apontaram para maior consistência das relações entre variáveis por municípios do que por Estado ou Região Sul. A composição da população estatística apontou um problema metodológico da Prova Brasil. Esta não avalia todos os municípios de pequeno porte e, por isso, muitos não possuem IDEB para os ciclos de 2005, 2007 ou 2009, o que influencia a composição do Índice para os Estados e para a Região. Outro fato revelado pelas análises diz respeito à fragilidade das estatísticas generalistas, que desconsideram as diferenças entre os municípios, através de dados por Estados ou grandes regiões, homogeneizando características sociais, por intermédio de indicadores e índices.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

Fonte: elaborado pela autora (2022).

## APÊNDICE 2 – Quadros de coleta de dados

### QUADRO 01 - Análise da obra: Disposições culturais e analfabetismo no Brasil: histórias de exclusão educacional.

Referência da obra:	
<p>PUPO, V. de O. <b>Disposições culturais e analfabetismo no Brasil: histórias de exclusão educacional</b>. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI 10.11606/D.48.2011.de-10082011-133529. Disponível em: <a href="https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-133529/pt-br.php">https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-133529/pt-br.php</a>. Acesso em: 22 jun. 2022.</p>	
<b>Tipo</b>	( ) Tese (X) Dissertação ( ) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo ( ) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização (X) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área do Estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pela área/trabalho</b>	Disposições culturais
<b>Apreciação geral da obra</b>	A pesquisadora trata a problemática de como as disposições formadas a partir das instâncias sociais, podem contribuir para a trajetória de determinados indivíduos e/ou grupos sociais. No caso da obra, analisando como as disposições culturais repercutem na exclusão educacional de educandos da EJA.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Olhar a Educação de Jovens e Adultos a partir de uma perspectiva teórica centrada na cultura.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Habitus, disposições, analfabetos funcionais, cultura; pobreza.  Principais autores utilizados: BOURDIEU, P.; PIERRO, M. C. D., JÓIA, O., RIBEIRO, V. M.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	A dissertação proporciona uma reflexão acerca de como os aspectos culturais influenciam a exclusão dos indivíduos analfabetos na educação básica. A cultura e aspectos socioeconômicos repercutem nas taxas de analfabetismo funcional.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

### QUADRO 02 - Análise da obra: Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos.

Referência da obra:

CARVALHO, A. M. <b>Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos</b> . 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em <a href="https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25314">https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25314</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	
<b>Tipo</b>	( ) Tese (X) Dissertação ( ) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo ( ) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar (X) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pela área/trabalho</b>	Relatos autobiográficos; Educação de Jovens e Adultos
<b>Apreciação geral da obra</b>	Fomenta a reflexão da prática docente quanto a visão dos educandos na etapa de Jovens e Adultos e como ela repercute no processo de ensino-aprendizagem, trazendo uma visão de como o Brasil encara o analfabetismo.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Comprovar a importância de conhecer o perfil do aluno da EJA com o propósito de auxiliar o professor em sua tarefa didático-pedagógica, fornecendo-lhe referenciais para uma ação docente eficaz.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Educação, memória, identidade, analfabeto/analfabetismo e seus níveis, educação de jovens e adultos gênero autobiográfico, saber sensível, conhecimento cotidiano,  Principais autores utilizados: FREIRE, Paulo;
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	Possibilita a contemplação sobre o analfabetismo, assinalando a desigualdade social no Brasil - conceitos relacionados à evasão e ao fracasso escolar, associando-os com base na autobiografia de adultos.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 03** - Análise da obra: Alfabetização de adultos na perspectiva de educandos: experiências pessoais e sociais

Referência da obra:	
GARCIA, S. de L. <b>Alfabetização de adultos na perspectiva de educandos: experiências pessoais e sociais</b> , 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em <a href="https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2800">https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2800</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	
<b>Tipo</b>	( ) Tese (X) Dissertação ( ) Artigo
<b>Descrição do foco</b>	(X) Analfabetismo ( ) Desigualdades

	( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pelo trabalho</b>	Alfabetização
<b>Apreciação geral da obra</b>	A pesquisadora trata acerca das perspectivas de alfabetização dos próprios educandos por meio da análise de entrevistas semi-estruturadas realizadas com adultos que participaram do Programa de Alfabetização “Brasil alfabetizado” para refletir sobre as práticas de alfabetização e desigualdades da sociedade da informação.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Identificar e analisar quais experiências pessoais e sociais se relacionam com o início da aprendizagem da leitura e da escrita, na perspectiva de alfabetizando adultos.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Educação, alfabetização, sociedade informacional. Principais autores utilizados: FREIRE, Paulo, GIROUX, Henry e FLECHA, Ramón.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	Uma reflexão sobre as experiências pessoais e sociais configuradas na condição do analfabetismo demonstrando que a questão do analfabetismo relaciona-se ao eixo da desigualdade social, cultural e pessoal. O analfabetismo na sociedade atual é também um dos componentes relacionados à desigualdade social e a desigualdade social se relaciona com o componente cultural.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 04** - Análise da obra: Os sistemas de ensino baiano e mineiro: uma análise das desigualdades regionais utilizando Indicadores escolares 2007-2009

Referência da obra:  COSTA, C. C. C. da. <b>Os sistemas de ensino baiano e mineiro: uma análise das desigualdades regionais indicadores escolares 2007-2009</b> , 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em <a href="http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_CostaCCR_1.pdf">http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_CostaCCR_1.pdf</a> . Acesso em: 6 jun. 2022	
<b>Tipo</b>	(X) Tese ( ) Dissertação ( ) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo (X) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área do estudo</b>	Geografia

<b>Viés dado pelo trabalho</b>	Dados Nacionais do INEP e IDEB
<b>Apreciação geral da obra</b>	A autora aborda sobre as desigualdades persistentes no interior do sistema educacional brasileiro, a partir da análise de dados obtidos em Censos Escolares focando nos Estados baiano e mineiro.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Evidenciar e analisar a desigualdade educacional entre Bahia e Minas Gerais, através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), bem como dos indicadores provenientes dos Censos Escolares realizados no período 2007-2009. De posse destes dados, foi traçado um panorama da educação nestas unidades federativas.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Desigualdades educacionais no Brasil, desigualdades regionais, aluno, matrícula,  Principais autores utilizados: KLEIN, R., FERNANDES, R., RIGOTTI, J. I; R, FERNANDES, R.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	A autora compreende o indicador de analfabetismo como um dos aspectos que evidenciam as desigualdades educacionais entre os estados da Bahia e Minas Gerais - que tendem a aumentar, propondo soluções para a redução das disparidades educacionais, abordando a redução das taxas de analfabetismo e distorção idade-série na Bahia.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 05** - Análise da obra: Qualidade da Educação: relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da Região Sul do Brasil

Referência da obra:	
SOLIGO, V. <b>Qualidade da educação</b> : relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região sul do Brasil. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <a href="http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4438">www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4438</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	
<b>Tipo</b>	(X) Tese ( ) Dissertação ( ) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo ( ) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem (X) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pelo trabalho</b>	Bancos de dados do MEC/ INEP e IBGE
<b>Apreciação geral da obra</b>	O autor analisa os indicadores educacionais e suas relações com os indicadores sociais, debate acerca da qualidade da Educação, as políticas educacionais e a

	avaliação da Educação Básica no Brasil no contexto neoliberal.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Analisar as relações entre as características de contexto, mensuradas por indicadores sociais, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no período de 2005 a 2009, nos municípios com população igual ou inferior a dez mil habitantes no Censo IBGE 2010, que tenham valores do IDEB nos três primeiros ciclos da Prova Brasil (2005, 2007 e 2009).
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Qualidade da Educação, Indicador Social, Pobreza.  Principais autores utilizados: SOARES, M., JANNUZZI, P. de M, ALVES, F.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	Uma reflexão sobre como as taxas de analfabetismo se relacionam com outros índices socioeconômicos ao IDEB, para pensar a qualidade da educação, problematizar as avaliações e refletir sobre como as desigualdades educacionais entre regiões e municípios repercutem na nota do IDEB.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 06** - Análise da obra: Análise da implementação do Projeto Cidadão Nota Dez em Minas Gerais: subsídios para ação.

Referência da obra:  CERQUEIRA, C. R. L. C.da G. <b>Análise da implementação do Projeto Cidadão Nota Dez em Minas Gerais: subsídios para ação.</b> 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008. Disponível em <a href="http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/237">http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/237</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	
<b>Tipo</b>	<input type="checkbox"/> Tese <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação <input type="checkbox"/> Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	<input type="checkbox"/> Analfabetismo <input type="checkbox"/> Desigualdades <input type="checkbox"/> Educação e Trabalho <input type="checkbox"/> Capital humano <input checked="" type="checkbox"/> Alfabetização <input type="checkbox"/> Fracasso Escolar <input type="checkbox"/> Processo de ensino-aprendizagem <input type="checkbox"/> Avaliação externa <input type="checkbox"/> Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Administração Pública / Gestão em Políticas Sociais
<b>Viés dado pelo trabalho</b>	Gestão Pública
<b>Apreciação geral da obra</b>	A autora analisa o Programa Cidadão Nota Dez, que se articula com a melhoria da gestão pública, vinculado ao Programa Brasil Alfabetizado destinado à alfabetização de jovens e adultos, desenvolvendo sobre o papel transformador da Educação, o histórico da política educacional no país, bem como os efeitos da implementação do Programa no Brasil.

<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Investigar o processo de implementação do Programa Cidadão Nota Dez, a partir da análise de seu processo de formulação, suas etapas de implantação, e de execução, identificando as instituições e demais atores envolvidos, bem como seus instrumentos de gestão.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Educação, e políticas públicas.  Principais autores: FREIRE, P. e GIBB, A. A;
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	Fomenta a reflexão sobre os fatores negativos do Programa Brasil Alfabetizado, também verifica fatores positivos a partir dos depoimentos dos alfabetizados. As desigualdades e os índices de analfabetismo são citados de forma a contextualizar a formulação e implementação do Programa.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 07** - Análise da obra: Cidadania, Emancipação e imaginário social: Um estudo sobre as políticas sociais para a alfabetização de jovens e adultos

Referência da obra:  PETRÔ, V. <b>Cidadania, emancipação e imaginário social</b> : Um estudo sobre as políticas sociais para a alfabetização de jovens e adultos, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2009. Disponível em: <a href="https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4661">https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4661</a> . Acesso em: 22 jun. 2022.	
<b>Tipo</b>	( ) Tese (X) Dissertação ( ) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo ( ) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano (X) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Ciências Sociais
<b>Viés dado pelo trabalho</b>	Programa Brasil Alfabetizado, isto é, foca na alfabetização  Política brasileira para a alfabetização de jovens e adultos
<b>Apreciação geral da obra</b>	O estudo trata sobre o Programa Brasil Alfabetizado, analisando-os sobre a tríade conceitual constituída por emancipação, cidadania e imaginário social. Tecendo sobre o papel da educação no processo de cidadania e emancipação
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Identificar como as políticas da área são capazes de interferir no acesso à cidadania dos envolvidos, construindo uma nova forma de inserção social ou atuando de maneira a desenvolver mecanismos de

	invisibilidade da desigualdade e da condição de subcidadãos
<b>Paradigma teórico da obra</b>	<p>Conceitos/ Concepções utilizadas: Cidadania, emancipação, reconhecimento social, imaginário social, políticas, analfabetismo funcional, apresenta uma concepção de desigualdade como um problema maior do que uma distribuição injusta, mas um processo amplo de organização econômica.</p> <p>Principais autores: Marshall, Honneth, Adorno, Mézáros, Castoriadis,</p>
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	A pesquisa possibilita a reflexão sobre como a alfabetização contribui para a formação e para o exercício da cidadania, evidenciando que o processo de interrupção da escolarização e abandono escolar se relaciona com as desigualdades. Além de incitar a reflexão sobre o papel da Educação.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

#### QUADRO 08 - Análise da obra: Educação e crescimento econômico no Brasil.

Referência da obra:	
CASTILHO, M. L. <b>Educação e crescimento econômico no Brasil</b> , 2003. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2003. Disponível em: <a href="https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/8986">https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/8986</a> . Acesso em: 22 jun. 2022.	
<b>Tipo</b>	(X) Tese ( ) Dissertação ( ) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo ( ) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho (X) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Economia
<b>Viés dado pelo trabalho</b>	Dados quantitativos de indicadores econômicos e sociais.
<b>Apreciação geral da obra</b>	A autora aborda sobre como a educação repercute no crescimento econômico e quais as relações entre ambos a partir do modelo econômico de Robert Lucas. Apresenta a relação existente entre educação, emprego, distribuição de renda e pobreza.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Verificar a relação entre educação e crescimento econômico no Brasil
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Capital humano, fala brevemente sobre a taxa natural e a linha de indigência. Aborda as teorias e modelos de crescimento econômico, e uma concepção de desigualdades como fruto da falta de equidade nos

	diversos níveis educacionais. Concepção de analfabetismo como obstáculo ao exercício da cidadania no Brasil.  Principais autores: LUCAS, R.; HARROD, R. F.; ROMER, P. M.; KALDOR, N.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	As taxas de analfabetismo são citadas no trabalho em conjunto dos Indicadores educacionais para pensar sua relação com o mundo do trabalho. Este estudo não confirma que o crescimento econômico emana da educação, mas não se desconsidera que a educação é fundamental para que um país atinja níveis cada vez mais elevados de desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 09** - Análise da obra: A democratização do acesso ao ensino superior: um estudo sobre o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e sobre o sistema de reservas de cotas de vagas étnico-raciais

Referência da obra:  SILVA, F. C. da. <b>A democratização do acesso ao ensino superior: um estudo sobre o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e sobre o sistema de reservas de cotas de vagas étnico-raciais.</b> Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <a href="https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3355">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3355</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	
<b>Tipo</b>	<input type="checkbox"/> Tese <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação <input type="checkbox"/> Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	<input type="checkbox"/> Analfabetismo <input type="checkbox"/> Desigualdades <input type="checkbox"/> Educação e Trabalho <input type="checkbox"/> Capital humano <input type="checkbox"/> Alfabetização <input type="checkbox"/> Fracasso Escolar <input type="checkbox"/> Processo de ensino-aprendizagem <input type="checkbox"/> Avaliação externa <input checked="" type="checkbox"/> Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Administração
<b>Viés dado pelo trabalho</b>	Foca nos dados estatísticos, nas diretrizes e leis
<b>Apreciação geral da obra</b>	Neste estudo, a pesquisadora busca analisar o ProUni e o Sistema de Cotas sob a perspectiva das desigualdades regionais e educacionais, discutindo sobre o papel da Educação para o desenvolvimento econômico e redução das desigualdades, tecendo sobre as repercussões destes programas para a democratização do acesso e suas contribuições no combate às desigualdades.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Verificar em que medida o desenho e as estratégias do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Sistema de Cotas permitirão a democratização do acesso ao ensino superior e a redução das desigualdades regionais.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas:

	Educação, desenvolvimento, desenvolvimento econômico. Concepção de desigualdades associada à deficiência da Educação.  Principais autores: ARAÚJO, T. B.; PEREIRA, L. C. B.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	A autora aponta o analfabetismo como uma reflexão da má qualidade de vida, afetada negativamente por condições de desigualdades espaciais e sociais, acentuadas pelo crescimento econômico. (O analfabetismo advém de uma polissemia de qualidades da oferta de cursos e programas como o ProUni)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 10** - Análise da obra: Índices educacionais como preditores da proficiência em ciências: um estudo multinível

Referência da obra:  GUSMÃO, F. A. F. <b>Índices educacionais como preditores da proficiência em ciências: um estudo multinível</b> . 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em <a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16018">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16018</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	
<b>Tipo</b>	( ) Tese (X) Dissertação ( ) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo (X) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação: Psicologia da Educação
<b>Viés dado pelo trabalho</b>	Análise de indicadores e dados.
<b>Apreciação geral da obra</b>	A autora buscou analisar os índices educacionais como preditores da proficiência em Ciências. A partir dos resultados da avaliação do SAEB para discutir sobre a realidade educacional no país, como este fator evidencia as desigualdades sociais e como são reproduzidas nas escolas.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Estabelecer relações entre as características dos alunos e das escolas aos resultados do desempenho de Ciências dos alunos da 8ª série do ensino fundamental e mostrar como as desigualdades sociais são reproduzidas no sistema educacional com base em Bourdieu e Passeron, a partir do método CHAID.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Sociedade informacional, desenvolvimento sustentável, efeito-escola, alfabetização.

	Principais autores: FRANCO C.; ANDRADE, J. M.; LAROS, J. A.; BOURDIEU, P.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	Fomenta a reflexão sobre a importância da alfabetização científica. A pesquisa evidencia a má qualidade de ensino das escolas públicas com base no SAEB, resultados que apontam o grave problema das desigualdades econômica, social e educacional, atestando uma educação pobre para os empobrecidos. O analfabetismo é citado poucas vezes na obra, apenas como índice para reforçar a problemática das desigualdades.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 11** - Análise da obra: Os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização, por mulheres oriundas de Palmeira das Missões - RS: o Programa Brasil Alfabetizado, em Panambi - RS

Referência da obra:	
VIEIRA, N. A. de O. <b>Os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização, por mulheres oriundas de Palmeira das Missões - RS: o Programa Brasil Alfabetizado, em Panambi - RS.</b> 2016. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Programa de Mestrado em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em <a href="https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/5040">https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/5040</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	
<b>Tipo</b>	( ) Tese (X) Dissertação ( ) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo ( ) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano (X) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pelo trabalho</b>	Foca nas observações sistemáticas de alfabetizandas.
<b>Apreciação geral da obra</b>	A autora busca analisar o Programa Mulheres Mil, em específico, os depoimentos de algumas mulheres participantes deste programa acerca do seu processo de alfabetização.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Compreender os sentidos atribuídos ao processo de alfabetização, por mulheres oriundas de Palmeira das Missões-RS: o Programa Brasil Alfabetizado, em Panambi-RS, as quais integraram o Programa Mulheres Mil.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Alfabetização, letramento, cidadania, preconceito (de cor), gênero.  Principais autores: FREIRE, P. ; CARVALHO, D. J.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	As análises dos Diários de Campo Docente e das observações sistemáticas das alfabetizandas possibilitam refletir e pensar sobre a desigualdade gerada pelo analfabetismo e suas consequências ao

	longo desses anos, mesmo com foco no Município de Panambi-RS.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 12** - Análise da obra: Analfabetismo: histórico geral e estado do fenômeno na segunda década do século XXI. Um estudo de caso da cidade de Jundiá (SP).

Referência da obra:	
OLIVEIRA, R. dos S. <b>Analfabetismo</b> : histórico geral e estado do fenômeno na segunda década do século XXI. Um estudo de caso da cidade de Jundiá (SP), 2021. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: <a href="https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641909">https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641909</a> . Acesso em: 6 jun. 2022.	
<b>Tipo</b>	( ) Tese (X) Dissertação ( ) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	(X) Analfabetismo ( ) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pelo trabalho</b>	Analfabetismo e Disposições culturais
<b>Apreciação geral da obra</b>	O autor parte de dados do IBGE e do CADÚnico para investigar a problemática do analfabetismo voltado para a população de Jundiá em São Paulo.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Identificar o perfil das pessoas não alfabetizadas em Jundiá.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Pessoa alfabetizada, raça, analfabetismo.  Principais autores: FERRARO, A. R.; FREIRE, P.; LEITE, S.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	É dado que o analfabetismo é uma problemática presente, histórica e que não foi erradicado. O estudo constata que o analfabetismo não atinge somente os idosos, mas afeta igualmente jovens, além de verificar que certo grupo populacional passou pela escolarização e mesmo assim não foi alfabetizado. Também aponta o aprofundamento das desigualdades regionais da taxa de analfabetismo. Entretanto não traz foco no analfabetismo funcional.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 13** - Análise da obra: Evolução e desigualdade na educação brasileira.

Referência da obra:
---------------------

<p>CASTRO, J. A. de;. Evolução e desigualdade na educação brasileira. <b>Educação &amp; Sociedade</b> [online], v. 30, n. 108, p. 673-697, 2009. DOI <a href="https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003">https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003</a>. Disponível em <a href="https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/abstract/?lang=pt#ModalArticles">https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/abstract/?lang=pt#ModalArticles</a>. Acesso em: 8 jul. 2022</p>	
<b>Tipo</b>	( ) Tese ( ) Dissertação (X) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo (X) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pela área/trabalho</b>	Análise a partir dos indicadores. Desigualdade educacional
<b>Apreciação geral da obra</b>	O artigo apresenta a evolução e as desigualdades predominantes nas condições educacionais do Brasil. Neste texto, há um foco na desigualdade educacional partindo de uma concepção que a vê como manutenção das desigualdades sociais.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Identificar a evolução e as desigualdades ainda reinantes nas condições educacionais dos brasileiros. Delinear a dinâmica e o quadro atual da situação da educação da população brasileira para servir de subsídio à discussão e formulação de políticas públicas.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: O estudo trata o analfabetismo como um problema social que repercute no exercício pleno da cidadania, sendo determinado principalmente pela renda. Aborda uma concepção de desigualdades sociais como potencializadas e mantidas pelas desigualdades educacionais.  Principais autores: BARRETO, A. M. F.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	A persistência do analfabetismo como problema social, o elevado contingente de analfabetos, a magnitude das condições de desigualdades com base nos dados do IBGE, a partir de uma análise comparativa do acúmulo de escolarização entre enriquecidos e empobrecidos, entre as regiões, entre as raças e entre as faixas etárias; bem como a diferença de taxas de analfabetismo entre as mesmas categorias. Constata-se que a renda é um elemento determinante no analfabetismo. A partir das análises infere-se a relação entre analfabetismo e desigualdades, entretanto não estabelece relação entre o analfabetismo funcional estritamente.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 14** - Análise da obra: Letramento: processos educacionais no contexto social e político.

Referência da obra:  SILVA, M. A. B. da; AZEVEDO, C. Letramento: processos educacionais no contexto social e político. <b>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</b> , Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2138–2154, 2017. DOI: 10.21723/riace.v12.n4.out./dez.2017.8816. Disponível em: <a href="https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8816">https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8816</a> . Acesso em: 5 jul. 2022.	
<b>Tipo</b>	( ) Tese ( ) Dissertação (X) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo (X) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Psicologia educacional.
<b>Viés dado pela área/trabalho</b>	Letramento. Foca nos periódicos.
<b>Apreciação geral da obra</b>	As autoras apresentam/analisa discursos referentes à letramento publicados no país, compreendendo as produções elaboradas entre 1995 e 2015, apreendendo o uso do termo, investigando quais e como as configurações sobre diversidades (gênero, étnico-raciais, idade) são focalizadas nas publicações sobre letramento; apreendendo quais temas, áreas do conhecimento e nível de ensino são retratados nas publicações. O estudo também analisa discute a relação entre letramento e desigualdades sociais na contemporaneidade.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Analisar discursos sobre letramento publicados no Brasil de 1995 a 2015.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos/ Concepções utilizadas: Letramento, alfabetização, racismo, desigualdades educacionais.  Principais autores: THOMPSON, J.B.; SOARES, M.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	Entende-se que quanto mais amplo o olhar para o processo de letramento, no que tange às desigualdades educacionais, em todos os níveis de ensino, inclusive no Ensino Superior, melhor será o processo de escolarização e a busca de equidade no sistema educacional na sociedade brasileira.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 15** - Análise da obra: Cenários educacionais na contemporaneidade: reflexões a respeito das diferenças e das performances

Referência da obra:  SABBI, C. R.; ROSA, G. A. da; GASCÓN, A. de la H. Cenários educacionais na contemporaneidade: reflexões a respeito das diferenças e das performances. <b>Revista Ibero Americana de Estudos em Educação</b> ,
--

Araraquara, v. 15, n. 2, p. 682 - 696, 2020. Disponível em <a href="https://www.redalyc.org/journal/6198/619865689022/html/">https://www.redalyc.org/journal/6198/619865689022/html/</a> . Acesso em: 5 jul. 2022.	
<b>Tipo</b>	<input type="checkbox"/> Tese <input type="checkbox"/> Dissertação <input checked="" type="checkbox"/> Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	<input type="checkbox"/> Analfabetismo <input checked="" type="checkbox"/> Desigualdades <input type="checkbox"/> Educação e Trabalho <input type="checkbox"/> Capital humano <input type="checkbox"/> Alfabetização <input type="checkbox"/> Fracasso Escolar <input type="checkbox"/> Processo de ensino-aprendizagem <input type="checkbox"/> Avaliação externa <input type="checkbox"/> Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pela área/ trabalho</b>	Dados educacionais do PISA
<b>Apreciação geral da obra</b>	Os autores focam nos dados do PISA/ OCDE, principalmente, e INEP para analisar e comparar o cenário educacional brasileiro atual com outros países que possuem melhores resultados no PISA, como a Finlândia e a Coréia do Sul.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Identificar os elementos mais importantes que, atualmente, geram desigualdades na educação, a partir de perspectivas local e global, entendendo, assim, sua realidade sob uma visão ampla.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos / Concepções utilizadas: Educação. A autora não apresenta uma concepção de analfabetismo, apenas acerca das desigualdades na educação, analisadas por meio de elementos como os índices e indicadores nacionais e mundiais.  Principais autores: BURRIDGE, Tom; HERRÁN GASCÓN, Agustín de la.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	Permite a reflexão sobre como as desigualdades no Brasil repercutem na Educação do país, tendo em vista a breve comparação com a Finlândia e Coréia do Sul, e que a Educação no país não é objeto de atenção plena e/ou alvo de políticas educacionais sólidas.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

#### QUADRO 16 - Análise da Obra: Educação, trabalho e desenvolvimento: Uma complexa relação.

Referência da obra:  SEGNINI, L. R. P. Educação, trabalho e desenvolvimento: Uma complexa relação. <b>Trabalho &amp; Educação</b> , Belo Horizonte, v. 6, p. 14-46, 2013. DOI <a href="https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003">https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003</a> . Disponível em: <a href="https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9165">https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9165</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	
<b>Tipo</b>	<input type="checkbox"/> Tese <input type="checkbox"/> Dissertação <input checked="" type="checkbox"/> Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	<input type="checkbox"/> Analfabetismo <input type="checkbox"/> Desigualdades <input checked="" type="checkbox"/> Educação e Trabalho <input type="checkbox"/> Capital humano <input type="checkbox"/> Alfabetização <input type="checkbox"/> Fracasso Escolar <input type="checkbox"/> Processo de ensino-aprendizagem <input type="checkbox"/> Avaliação externa <input type="checkbox"/> Democratização do acesso

<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pela área/ trabalho</b>	Dados econômicos (trabalho e desenvolvimento)
<b>Apreciação geral da obra</b>	A autora aborda a relação educação, trabalho e desenvolvimento.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Indagar se a relação direta, sem ou com pálidas sensações, que tem sido estabelecida entre educação, trabalho e desenvolvimento, tão apregoada nos últimos tempos, não se constitui muito mais num processo social de legitimação das mudanças no mercado de trabalho, via desemprego e precarização social, do que uma e concreta exigência dos processos de produção de bens e serviços, em tempos de economia mundializada e acumulação flexível como define HARVEY (1992:14). Chamar a atenção para a relação educação, trabalho e desenvolvimento, percorrendo caminhos na contracorrente dos discursos e políticas observadas neste momento, formulados tanto pelos organismos internacionais reguladores (Banco Mundial, FMI, OCDE) pelo Estado, instituições representantes de interesses patronais, instituições representantes dos interesses dos trabalhadores, empresas, imprensa e um grande número de pesquisa científica.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos / Concepções utilizadas: A autora cita o analfabetismo e as desigualdades como problemas sociais profundos jamais resolvidos que atingem grande parte da população.  Principais autores: POCHMANN, M.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	A autora afirma que a qualificação para o trabalho é relação social, além da escolaridade ou da formação profissional, tal relação ocasiona na construção de preconceitos e desigualdades. A autora defende a concepção de educação-processo em sua obra, como aquela que permite a tomada de consciência das desigualdades e das taxas de analfabetismo.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 17** - Análise da Obra: El nivel de alfabetismo como determinante en la probabilidad de caer en extrema pobreza: Un análisis econométrico para países en general.

Referência da obra:	
SABBI, C. R.; ROSA, G. A. da; GASCÓN, A. de la H. Cenários educacionais na contemporaneidade: reflexões a respeito das diferenças e das performances. <b>Revista Ibero Americana de Estudos em Educação</b> , Araraquara, v. 15, n. 2, p. 682 - 696, 2020. Disponível em <a href="https://www.redalyc.org/journal/6198/619865689022/html/">https://www.redalyc.org/journal/6198/619865689022/html/</a> . Acesso em: 5 jul. 2022.	
<b>Tipo</b>	<input type="checkbox"/> Tese <input type="checkbox"/> Dissertação <input checked="" type="checkbox"/> Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	<input type="checkbox"/> Analfabetismo <input type="checkbox"/> Desigualdades <input type="checkbox"/> Educação e Trabalho <input type="checkbox"/> Capital humano <input checked="" type="checkbox"/> Alfabetização <input type="checkbox"/> Fracasso Escolar

	<input type="checkbox"/> Processo de ensino-aprendizagem <input type="checkbox"/> Avaliação externa <input type="checkbox"/> Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Economia
<b>Viés dado pela área/ trabalho</b>	Análise econométrica
<b>Apreciação geral da obra</b>	Os autores realizam uma análise econométrica para verificar como o nível de alfabetização possui relação com a pobreza extrema. O principal resultado do trabalho evidencia que um país de maior renda possui maiores oportunidades de erradicar a probabilidade de cair na extrema pobreza, por meio da alfabetização, do que um país de baixa renda.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Mostrar, por meio de uma análise econométrica, como o indicador educação, apresentado como o nível de alfabetização, é decisivo para a redução da pobreza. Mostrar se o nível de escolaridade é fundamental para reduzir a probabilidade de ter pobreza extrema.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	<p>Conceitos / Concepções utilizadas: Desenvolvimento, educação.</p> <p>Principais autores: FLEGL, M. e ANDRADE, L.A.; SALVADOR, L.; VÁZQUEZ, R. e MONROY-GÓMES-FRANCO, L.</p>
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	<p>As populações economicamente vulneráveis apresentam o maior percentual de alfabetismo e analfabetismo funcional, indicando uma relação substantiva entre pobreza e piora das condições educacionais.</p> <p>significativa.</p> <p>O investimento em educação como virtude para reduzir o nível de pobreza da população, considerando que - segundo os autores - a educação e a renda são alguns fatores que se relacionam com a pobreza e determinam os seus níveis.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 18** - Análise da Obra: . Desigualdades Raciais na Incidência do Analfabetismo no Seio da População Brasileira: Uma Leitura Empírica Baseada nos Indicadores do Censo 2000.

Referência da obra:	
<p>PAIXÃO, M. Desigualdades Raciais na Incidência do Analfabetismo no Seio da População Brasileira: Uma Leitura Empírica Baseada nos Indicadores do Censo 2000. <b>Libertas</b>, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p.132 - 150, 2004. Disponível em <a href="https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18136">https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18136</a>. Acesso em: 5 jul. 2022.</p>	
<b>Tipo</b>	<input type="checkbox"/> Tese <input type="checkbox"/> Dissertação <input checked="" type="checkbox"/> Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Analfabetismo <input type="checkbox"/> Desigualdades <input type="checkbox"/> Educação e Trabalho <input type="checkbox"/> Capital humano

	( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Análises Econômicas Sociais e Estatísticas das Relações Raciais
<b>Viés dado pela área/ trabalho</b>	Microdados do Censo Demográfico de 2000.
<b>Apreciação geral da obra</b>	O autor aborda o problema do analfabetismo da população brasileira extremamente vinculado com a questão das desigualdades raciais, uma vez que a partir da análise dos microdados do Censo de 2000 evidenciam diferenciações de magnitude entre a população branca e negra.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Usar os indicadores do Censo 2000 com o fito de produzir uma análise do analfabetismo brasileiro através de um recorte por raça/cor.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos / Concepções utilizadas: Capital humano,  Principais autores: PAES E BARROS, R., MENDONÇA, R.; SILVA, M. A.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	O analfabetismo como um dos maiores temas nacionais. A questão da escolaridade como uma das variáveis mais relevantes das desigualdades sociais brasileiras. O problema do analfabetismo no Brasil também se relaciona com as desigualdades regionais e afeta de forma absolutamente assimétrica os distintos grupos de raça/cor.  Segundo o autor, a elevada taxa de analfabetismo e o reduzido índice de escolaridade do povo brasileiro relacionam-se com uma baixa consciência política; reduzida disposição à organização popular, sindical e comunitária e à passividade em relação ao aparato político e economicamente dominantes.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 19** - Análise da Obra: Estratégias de combate às desigualdades sociais na rede municipal de São José.

Referência da obra:  RAMOS, K. R.; CARMINATI, C. J. Estratégias de combate às desigualdades sociais na rede municipal de São José. <b>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</b> , Araraquara, v. 11, n. 3, p. 1557–1567, 2016. DOI: 10.21723/riaee.v11.n3.6578. Disponível em <a href="https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/">https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/</a> . Acesso em: 3 jul. 2022.	
<b>Tipo</b>	( ) Tese ( ) Dissertação (X) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo (X) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa

	( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pela área/ trabalho</b>	Teoria bourdieusiana
<b>Apreciação geral da obra</b>	Os autores analisam os projetos educacionais realizados na Rede Municipal de Ensino de São José e suas implicações nas mudanças sociais com base na teoria bourdieusiana. Descrevendo os projetos sociais, os objetivos planejados politicamente e suas contribuições.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Fazer dialogar com a teoria e as práticas dos projetos educativos realizados na rede municipal de São José de 1997 até 2006, com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983a), teórico que se consagrou por formular uma teoria para o problema das desigualdades escolares.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos / Concepções utilizadas: Habitus, Capital Cultural.  Principais autores: BOURDIEU, P.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	O artigo aponta que educandos com familiares analfabetos rudimentares ou funcionais repercutem nos resultados escolares. Nesta concepção, uma herança familiar desigual possui implicações escolares.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 20** - Análise da Obra: Desafios da EJA no processo de escolarização: caso do município de Três Lagoas-MS.

Referência da obra:  DEFFACCI, F.; RIBEIRO, G. Desafios da EJA no processo de escolarização: caso do município de Três Lagoas-MS. Educ. Form., [s. l.], v. 1, n. 2, p. 89–103, 2016. DOI: 10.25053/edufor.v1i2.1891. Disponível em: <a href="https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/102">https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/102</a> . Acesso em: 3 jul. 2022.	
<b>Tipo</b>	( ) Tese ( ) Dissertação (X) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	(X) Analfabetismo ( ) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano ( ) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pela área/ trabalho</b>	A alfabetização e o letramento na EJA
<b>Apreciação geral da obra</b>	Os autores abordam as dificuldades da Educação de Jovens e adultos no país como modalidade de ensino fortemente ligada a alfabetização de Jovens e Adultos, focando principalmente em Mato Grosso do Sul

<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Tratar da problemática em torno da Educação de Jovens e Adultos, fazendo uma reflexão em torno da modalidade no Brasil, mais especificamente na cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos / Concepções utilizadas: Letramento, analfabetismo.  Principais autores: BORGES, L. S.; PEREIRA, M. L. C.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	A EJA como principal modalidade - como reparação histórica - para a erradicação do analfabetismo. As desigualdades sociais e socioeconômicas são citadas no artigo por meio da meta nº 8 do Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

**QUADRO 21** - Análise da Obra: Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região nordeste.

Referência da obra:  PERES, M. A. de C. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região nordeste. <b>Sociedade e Estado</b> , [S.L.], v. 26, n. 3, p. 631-662, 2011. FapUNIFESP (SciELO). <a href="http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922011000300011">http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922011000300011</a> . Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/se/a/FzpMmtCqpRNfzPFxbKHfd9D/#ModalArticles">https://www.scielo.br/j/se/a/FzpMmtCqpRNfzPFxbKHfd9D/#ModalArticles</a> . Acesso em: 03 jul. 2022.	
<b>Tipo</b>	<input type="checkbox"/> Tese <input type="checkbox"/> Dissertação <input checked="" type="checkbox"/> Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Analfabetismo <input type="checkbox"/> Desigualdades <input type="checkbox"/> Educação e Trabalho <input type="checkbox"/> Capital humano <input type="checkbox"/> Alfabetização <input type="checkbox"/> Fracasso Escolar <input type="checkbox"/> Processo de ensino-aprendizagem <input type="checkbox"/> Avaliação externa <input type="checkbox"/> Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Sociologia
<b>Viés dado pela área/ trabalho</b>	O “lugar” dos idosos na Educação (Relação velhice e educação)
<b>Apreciação geral da obra</b>	O autor aborda a relação entre analfabetismo e velhice a partir de múltiplos olhares sociológicos, uma vez que o analfabetismo atinge principalmente a população idosa, parte da população que é carente de políticas públicas efetivas de educação voltadas a esse problema.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Analisar a relação entre velhice e analfabetismo na região Nordeste do Brasil, especialmente em duas áreas: o semiárido do Rio Grande do Norte e a zona cacauieira do Sul da Bahia.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos / Concepções utilizadas: Formação, pedagogia, escola, meio rural,  Principais autores: CALDART, R.; ARIÈS, P.

<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	Possibilita pensar a conexão evidente entre o analfabetismo e o problema da educação no campo. O analfabetismo como problema que afeta outros grupos de idade, que está atrelado à situação de miséria social vivida, sobretudo, pelas populações rurais no país, pelos negros, pardos e indígenas, e pela população de baixa renda, principalmente na região Nordeste; indicando a relação entre as faces das desigualdades e as faces do analfabetismo.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

#### QUADRO 22 - Análise da Obra: Alfabetização e analfabetismo no Brasil: algumas reflexões

Referência da obra:  MORAIS, J. de F. dos S.; ARAÚJO, M. da S. Alfabetização e analfabetismo no Brasil: algumas reflexões. <b>Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa [s.l.]</b> , v. 5, n. 9, p. 105-120, 2011. DOI <a href="https://doi.org/10.11606/issn.1980-7686.v5i9p105-120">https://doi.org/10.11606/issn.1980-7686.v5i9p105-120</a> . Disponível em <a href="https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11569">https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11569</a> . Acesso em: 3 jul. 2022.	
<b>Tipo</b>	( ) Tese ( ) Dissertação (X) Artigo.
<b>Descrição do foco</b>	( ) Analfabetismo ( ) Desigualdades ( ) Educação e Trabalho ( ) Capital humano (X) Alfabetização ( ) Fracasso Escolar ( ) Processo de ensino-aprendizagem ( ) Avaliação externa ( ) Democratização do acesso
<b>Área de estudo</b>	Educação
<b>Viés dado pela área/ trabalho</b>	Alfabetização
<b>Apreciação geral da obra</b>	As autoras tecem algumas reflexões acerca da alfabetização no Brasil ao longo do tempo, citando a existência de leis a favor da alfabetização - enquanto evidencia a carência de políticas educacionais eficazes - passagens de romances, pesquisas feitas sobre a temática e ainda depoimentos de educadores. As autoras revelam a tendência do oferecimento de uma educação pobre para os empobrecidos.
<b>Objetivo geral do trabalho</b>	Expor ponderações sobre a alfabetização no país, ao longo do tempo.
<b>Paradigma teórico da obra</b>	Conceitos / Concepções utilizadas: Alfabetizar, alfabetização Apresenta a concepção de analfabetismo como injustiça social, injustiças que produzem as desigualdades  Principais autores: FREIRE, P.
<b>Principais contribuições (relações) do analfabetismo funcional e as desigualdades sociais</b>	O tema da alfabetização e a fragilidade das ações oficiais em favor da aprendizagem da leitura e da escrita para toda a população é uma problemática nacional antiga. Autores apontam que dados obtidos de Avaliações Nacionais indicam que os estudantes

	<p>pouco compreendem o que lêem, portanto o sistema educacional brasileiro continua produzindo analfabetos funcionais. O trabalho possibilita pensar o analfabetismo como falha na alfabetização, processo “rompido” pela evasão e fracasso escolar, o que demonstra a carência de políticas educacionais.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2022)